

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO

SHERLOMA STARLET FONSECA

MEMÓRIAS DE UM CONSTITUCIONALISTA:

PAULO DUARTE E A GUERRA CIVIL DE 1932

GOIÂNIA

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

SHERLOMA STARLET FONSECA

MEMÓRIAS DE UM CONSTITUCIONALISTA:

Paulo Duarte e a guerra civil de 1932

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: **Culturas, fronteiras e identidades**. Linha de Pesquisa: **História, memória e imaginário social**

Orientador:
Prof. Dr. Noé Freire Sandes

GOIÂNIA

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Fonseca, Sherloma Starlet.
F676m Memórias de um constitucionalista [manuscrito]: análise da obra de Paulo Duarte sobre a guerra civil de 1932 / Sherloma Starlet Fonseca. – 2009.
135 f.

Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2009.

Bibliografia: f. 127-134.
Inclui lista de abreviaturas e siglas.

Duarte, Paulo – Crítica histórica 2. Duarte, Paulo - Memórias 3. Brasil – História – 1932 – Revolução constitucionalista 4. Constitucionalistas I. Título.

CDU: 94(81).082/.083

SHERLOMA STARLET FONSECA

MEMÓRIAS DE UM CONSTITUCIONALISTA: Paulo Duarte e a guerra civil de 1932

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, nível mestrado, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, aprovada em ____ de _____ de 2009, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

PROF. DR. NOÉ FREIRE SANDES (UFG)
(PRESIDENTE)

PROFA. DRA. FABIANA DE SOUZA FREDRIGO (UFG)
(ARGÜIDOR)

PROFA. DRA. MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS (PUC/SP)
(ARGÜIDOR)

PROF. DR. DAVID MACIEL (UFG)
(SUPLENTE)

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo só foi possível graças a ajuda e colaboração de algumas pessoas especiais. A todos o meu mais sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Doutor Noé Freire Sandes, o idealizador desse projeto, no qual integrei ainda na graduação. Agradeço pela honrosa oportunidade e pelas valiosas orientações, sem as quais essa dissertação não existiria.

Em especial, agradeço à Professora Doutora Fabiana Fredrigo pelas incríveis sugestões e pelas muitas ideias despertadas a cada encontro, que foram fundamentais para elaboração deste estudo. Agradeço pelo incentivo e pela atenção ao ter me acompanhado neste trabalho.

Expresso minha sincera admiração pelos professores Noé e Fabiana, por serem verdadeiramente mestres. Considero-os pesquisadores exemplares, que dedicam-se às atividades de pesquisa histórica com empenho, sendo indiscutível a excelência de suas produções.

Tão importante quanto os mestres acadêmicos, foram os colaboradores indiretos.

À minha família e meu namorado, que com amor e estímulo me fizeram acreditar que era possível, que me pouparam para que eu me dedicasse, que se preocuparam e estão ansiosos pelo resultado. A vocês que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho, dia após dia, agradeço pela paciência e compreensão.

Com carinho, agradeço a meus amigos e colegas pelas trocas de informações e pelas longas conversas sobre as satisfações e aflições do mestrado. Entre eles, alguns nomes merecem ser destacados: Dalila Luiza, Fabrício Camargo, Kelson Cardoso, Milrian Mendes e Leonardo de Oliveira.

Aos demais familiares e amigos, pelos votos de sucesso e felicidade.

A todos muito obrigada, que Deus os abençoe sempre!

Ser historiador é um privilégio. Não para o desfrute pessoal de quem estuda história, que vai ser sempre visto com suspeita num país indisposto a acertar as contas com o passado. Mas por poder trazer de volta à cena e dar expressão a tudo e todos que foram relegados, excluídos, ou silenciados. É isso que justifica nosso ofício. É um trabalho árduo, mas, pelo componente de justiça, quanto mais zelosamente cumprido, maior a satisfação que dá. (Sérgio Buarque de Holanda)

RESUMO

Diante dos resultados dos acontecimentos de outubro de 1930, a versão dos opositores de Getúlio Vargas ocuparam posições secundárias na História que transformou a ascensão do ex-presidente em um divisor de águas. Este trabalho dedica-se ao estudo da revolução constitucionalista de 1932 que, como outros eventos da Era Vargas, é narrada a partir da memória dos sobreviventes e ex-combatentes. O significado dessa escrita é analisado a partir da obra *Palmares pelo avesso*, do jornalista Paulo Duarte (1899-1984). Nessa crônica, o autor narrou sua experiência no campo de batalha e analisou criticamente o desfecho da guerra. Semelhanças e diferenças são encontradas entre os escritos constitucionalistas de Paulo Duarte, Armando Brussole e Euclides Figueiredo.

Palavras-chave: *Paulo Duarte, revolução constitucionalista, memória*

ABSTRACT

Considering the results of the events in October of 1930, Getúlio Vargas opponent's version occupied secondary positions in History that transformed the rise of the ex-president in a watershed. This work is dedicated to study the constitutionalist revolution of 1932 that, as other events in Vargas Age, is told from the memory of survivors and former combatants. The meaning of this writing is analyzed from the journalist Paulo Duarte's (1899-1984) work, *Palmares pelo avesso*. In this chronicle, the author recounted his experience in the battlefield and critically examined the outcome of the war. Similarities and differences are found between the constitutionalist's writings Paulo Duarte, Armando Brussolo and Euclides Figueiredo.

Keywords: *Paulo Duarte, constitutionalist revolution, memory*

LISTA DE ABREVIATURAS

Cel. – Coronel

Dr. – Doutor

FUP – Frente Única Paulista

Gen. – General

QG – Quartel General

GQG – Grande quartel general

OESP – *O Estado de São Paulo*

PD – Partido Democrático

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

SP – Estado de São Paulo

Sr. – Senhor

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – Paulo Duarte: a revolução em dois tempos	15
1.1 Paulo Alfeu de Junqueira Duarte, o Quixote brasileiro	15
1.2 Os paulistas e a Revolução na década de 1930.....	20
1.3 Quem é mesmo revolucionário?	26
1.4 O Constitucionalismo como ideal	35
1.5 A pátria bandeirante: entre o passado e o presente	37
Capítulo 2 – Palmares pelo avesso: uma crônica da guerra civil paulista	52
2.1 Momentos da escrita	53
2.2 Governo Dutra, a Segunda Guerra e a publicação de Palmares pelo avesso .	62
2.3 A descrição do combate paulista.....	64
Capítulo 3 – Imagens da guerra: narrativas constitucionalistas	90
3.1 Armando Brussole: imagens do soldado-herói	91
3.2 Euclides Figueiredo: a guerra vista pelo alto comando militar	98
3.3 Paulo Duarte: honra e vivência de guerra	106
3.4 Transformando a derrota em discurso de vitória	117
Considerações finais	121
Referências bibliográficas	127

INTRODUÇÃO

Certa escrita da história do Brasil revela um sentido de continuidade como chave para a compreensão dos movimentos políticos que marcaram a sociedade brasileira. A independência e a república foram avaliadas por esse prisma: a superficialidade da mudança encobria a permanência das estruturas do passado. É certo que tal percepção já se encontra golpeada pela renovação da pesquisa em História, mas ainda se conserva no senso comum. A Revolução de 1930 foge a esse enquadramento, pois a ideia de passagem para o Brasil moderno se firmou como interpretação hegemônica. Em torno da efetivação deste marco, travou-se uma luta pela representação dos acontecimentos que levaram Getúlio Vargas ao poder. Essa concepção, construída sob a ótica dos “vencedores” exigiu o esvaziamento da experiência política das elites liberais na Primeira República. (GOMES, 1980; SANDES, 2003, 2008).

Entre os movimentos subordinados a representação do vencedor se encontra a revolução constitucionalista de 1932. Nesse prisma o movimento é identificado como separatista, conservador e contra-revolucionário, sendo uma tentativa de retomada do poder por parte das oligárquicas paulistas. Discutir as representações em torno da Revolução de 1932 por meio da guerra travada entre os paulistas e o governo Vargas é o objetivo central desse trabalho. Mesmo derrotado, a memória da guerra permanece viva na tradição oral, em livros e celebrações cívicas. Analiso a guerra a partir do relato e da memória de um contemporâneo, Paulo Duarte, que narrou o que viu no *front* e fora dele. Sua narrativa, portanto, tem um compromisso com a verdade como vivência.

No ano de 2004, as *Memórias*¹ de Paulo Alfeu de Junqueira Duarte foram apresentadas a mim pelo Prof. Dr. Noé Freire Sandes. No período de dois anos, com base

¹ A partir de 1965, Paulo Duarte começou a escrever suas memórias, só publicadas a partir de 1974 até 1980. As *Memórias* de Paulo Duarte constituem uma obra formada de nove volumes: I - Raízes Profundas; II - A Inteligência da Fome; III - Selva Obscura; IV - Os mortos de Seabrook; V - Apagada e Vil Mediocridade; VI - Ofício de Trevas; VII - Miséria Universal, Miséria Nacional e Minha Própria Miséria; VIII - Vou-me embora pra Pasárgada; IX - E vai começar uma era nova. O trabalho monográfico analisou os dois primeiros volumes da obra memorialista de Paulo Duarte, em que a revolução constitucionalista é relatada com mais ênfase.

nessa obra, desenvolvemos a pesquisa *Paulo Duarte: história e memória*, integrando o plano intitulado *Entre a memória e a História: Os Exilados da Velha República*², em que fui aluna contemplada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

Nos dois primeiros volumes de suas *Memórias*, Paulo Duarte trata do contexto dessas revoluções e do tempo em que esteve na Europa, em seu primeiro exílio. A narrativa é encerrada ao receber a notícia de que lhe fora permitido retornar ao Brasil. Paulo Duarte destacava-se na carreira como jornalista e era membro do Partido Democrático, tendo inclusive participado de sua fundação. Em *Memórias*, o autor se apresentou como membro do grupo político do jornal *O Estado de São Paulo*, liderando por Júlio de Mesquita, que participou ativamente da Aliança Liberal.

Assim, o autor fazia parte do grupo que apoiou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em destituição de Washington Luís. Contudo, com a política dos interventores federais, o Partido Democrático foi alijado dos cargos pretendidos no governo de São Paulo. A intervenção do governo provisório em São Paulo provocou forte reação da elite paulista que rapidamente ultrapassou as fronteiras regionais, ganhando uma amplitude nacional, falava-se em todo país sobre o caso de São Paulo.

O Partido Democrático, que saudou os vitoriosos revolucionários de 1930, mudou a postura adotada. Nos jornais *O Estado de São Paulo* e o *Diário Nacional* percebe-se o arrefecimento do entusiasmo dos primeiros dias por sucessivos revezes, até assumir a posição de reserva e de ação radical para criar ambiente favorável para a insurreição. Envolvidos nos fatos, os democratas não percebem que a situação política do momento era o desenvolvimento inevitável das contradições da revolução de 1930, vez que a oposição a Washington Luiz aliou grupos dos mais variados projetos (COSTA, 1982). Para esses, prevalecia a imagem da traição e violação dos princípios liberais e democráticos, outrora defendidos.

O sentimento de perda revitalizou as fortes expressões de paulistanidade. Tanto perrepistas como democráticos se viram hostilizados pelo governo getulista. As agremiações, ora dispersas e discordantes, anunciaram a confluência em uma só diretriz: a Frente Única Paulista³, que arregimentou forçar com militares descontentes e, principalmente, com a

² Ver o artigo *1930: Entre História e Memória*, publicado, em 2003, pelo Professor Noé Freire Sandes na Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, que serviu como diretriz do grupo de pesquisa por ele coordenado.

³ Paulo Duarte não deixou de ver com discrição a sinceridade dessa fraternização. O autor expôs que “fora contra a ideia da frente única com o PRP, porque não acreditava que os elementos melhores deste partido pudessem impor-se sobre a maioria perrepista composta de gente sem escrúpulos, falcatureiros, irremediáveis politiquieiros à caça de emprego, ladrões de votos” (DUARTE, 1974, p. 60). Contudo, o desapontamento com a formação da Frente Única Paulista, não impediu que Paulo Duarte integrasse a causa paulista. Nas obras analisadas, percebe-se que o autor transformou-se em um crítico observador dessa dinâmica relacional.

população insatisfeita. Os desentendimentos com o Governo Provisório culminaram, em 9 de julho de 1932, na eclosão da guerra civil.

Ao estudar as memórias de Paulo Duarte, tema de minha monografia de conclusão do curso de História pela Universidade Federal de Goiás, deparamos com citações do autor sobre *Palmares pelo Averso*. Em contato com essa obra, percebe-se que, tratando-se do movimento constitucionalista, os volumes analisados de *Memórias* e *Palmares pelo Averso* apresentavam pontos em comum ao rememorar o passado. Os primeiros tratavam dos bastidores políticos no tempo precedente e posterior ao conflito e o último, da vivência da guerra. Percebi na interlocução entre as duas narrativas um caminho de continuidade a ser trilhado no mestrado.

Paulo Duarte foi um intelectual militante tanto no âmbito da política como na defesa da cultura brasileira. Seu compromisso radical com as causas que abraçou o transformou em um polemista, um aguerrido opositor, um homem de ação e de pensamento. Suas memórias, como bem lembrou, resultam do reconhecimento de si como homem compromissado com o Brasil, ainda que duvide de que o Brasil o tenha compreendido.

Em *Memórias e Palmares pelo avesso* percebe-se que Paulo Duarte nutria “projeto de memória”, em que buscava por meio de arquivos e de produções bibliográficas materializar suas lembranças e preservar os fatos relatados do esquecimento. Nos prefácios dessas obras, Paulo Duarte apresentou o seu testemunho. Escrever tratava-se de depor demarcando o sentido de sua vida em dois planos: o público e o privado. A separação se apresenta claramente nos seus livros de memória, embora a narrativa da vida acabe por ultrapassar a fronteira fragilmente construída.

Segundo Paulo Duarte (1974, p.2) “A verdadeira história não é contada pelos documentos oficiais, mas pela correspondência e os diários deixados por grandes figuras, testemunhas exatas de acontecimentos ou nomes notáveis na política e na literatura”. Tal afirmação se aproxima de uma escrita que dialoga com a subjetividade, embora se perceba a tradicional perspectiva assentada no acompanhamento da vida dos homens públicos. Segundo Calligaris (1998) a escrita de autobiografias, diários íntimos e memórias é um dispositivo crucial da modernidade, sendo esse o tempo em que o sujeito ganha visibilidade. Contudo, o interesse por esses escritos como fonte só surgiu após a primeira metade do século XX, quando foram questionados os paradigmas estruturalistas e deterministas que consideravam irrelevante o estudo da atuação do indivíduo. (SCHIMIT, 1997; MOTTA, 2000)⁴.

⁴ A relação entre biografias e História precedeu a essa época. No século XIX, as biografias eram gêneros voltados a escrever a vida de grandes homens, fundamentadas nos discursos oficiais e cronologicamente organizadas. O retorno da biografia no século XX parte de um olhar diferenciado como a emergência da história

A partir de então, a História ampliou temas, objetos e métodos de abordagem. Assim, os historiadores passaram a lançar um olhar diferenciado sobre as fontes de pesquisa, valorizando o homem comum e o espaço da privacidade. Voltou-se para os escritos elaborados ao sabor da lembrança, resgatando sentimentos, dúvidas e expectativas. É dada voz a vivências do indivíduo diretamente relacionadas aos fatos, antes rejeitados por uma historiografia antinarrativista.

Os constitucionalistas, derrotados em 1932, assumiram o imperativo de preservar a memória paulista. Entretanto, o sentimento de derrota se contrapunha a auto-imagem do bandeirante, símbolo da paulistanidade. Afirmar a justeza da guerra contra a ditadura também significava reforçar a imagem heroica dos paulistas. A derrota não é facilmente “interiorizada” pelo grupo vencido, a explicação é de outra ordem: não se trata de apresentar argumentos movidos por uma razão distante; ao contrário, o que se pretende é revolver o terreno minado da derrota em busca da heroicidade que se encontra na tragédia da guerra. Para quem vivenciou a guerra só os fatores bélicos (que considere as táticas, estratégias e desvantagens numéricas) não fornecem argumentos suficientes para a explicação da derrota. A memória do conflito dá lugar à subjetividade. Os ressentimentos marcam o olhar sobre os fatos: é preciso falar das expectativas frustradas, dos afetos e das inseguranças futuras. Nesse sentido, concorda-se que:

O historiador do lado do vencedor facilmente se inclina a interpretar o sucesso de curto prazo em termos de uma teleologia ex post do longo prazo. Isso não acontece com os derrotados. Sua experiência básica é que tudo aconteceu diferente do esperado ou planejado (...). Eles têm uma necessidade maior de explicar por que outra coisa ocorreu e não aquilo que achavam que aconteceria. Isso pode estimular a busca de causas de médio e longo prazo que expliquem a (...) surpresa (...) gerando percepções mais duradouras e, conseqüentemente, de maior poder explicativo. No curto prazo, a história pode ser feita pelos vencedores. No longo prazo, os ganhos em compreensão históricos têm advindo dos derrotados (KOSELLECK *apud* HOBBSAWN, 1998, p. 255).

Quando a História se interessa pela versão dos derrotados e subalternizados, a reconstrução do passado não é mais homogênea, pois se passa a trabalhar com a variedade de representações construídas pelos próprios atores políticos. Nesse sentido se destaca o trabalho memorialístico de Paulo Duarte. *Palmares pelo Avesso*, cujo tempo de escrita é praticamente contemporâneo aos fatos, é comumente classificada como crônica pelas livrarias e bibliotecas.

cultural. O próprio conceito de cultura estava sendo revisado, desvinculando-se das hierarquias do discurso ocidental, para alargar em direção a novas dimensões voltadas para o sujeito e o popular em seu ambiente sócio-cultural. Assim, a História voltava-se não apenas para as elites, mas efetivamente para os atores sociais.

Margarida de Souza Neves (1992, p. 82) define que a crônica é “portadora por excelência de um 'espírito do tempo' por suas características formais como por seu conteúdo [...], pelos aspectos aparentemente causais do cotidiano, que registra e reconstrói, como pela complexa trama de tensões e relações sociais que através dela é possível perceber”. O cronista reúne elementos jornalísticos e literários na produção de textos que traduzem ao leitor a sua visão de mundo. Segundo Davi Arrigucci Junior (1987), a crônica é um “relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido”.

Considera-se, então, que a crônica é uma escrita impressionista, ou seja, nela se divisa as linhas e cores próprias a subjetividade do escritor. Sua narração é referenciada naquilo que sua memória e seus escritos lhe permitem reportar. A crônica normalmente é escrita em primeira pessoa, sendo a personagem, fictícia ou não, narradora da história. Assim também é o livro de Paulo Duarte, o escrito que refletir o que foi vivido, portanto requisita o compromisso com a verdade ao refletir sobre o passado. Nessa direção, *Palmares pelo avesso* pode ser percebida como uma escrita de combate. A guerra é narrada como experiência vivida e a escrita é, também, um instrumento de luta contra a política e a herança varguista na memória histórica.

O problema da pesquisa, portanto, reside em acompanhar os escritos do autor em duas perspectivas: como fonte capaz de iluminar a trajetória política nos primeiros anos da década de 1930 - especialmente da elite paulista derrotada em 1932 - e como reflexão sobre o processo de registro da memória da guerra de 1932. Em 1933, a Assembléia Constituinte foi instalada. Esse é o argumento paulista: São Paulo foi o campeão moral da disputa. Assim, a derrota é transformada em discurso de vitória.

Considera-se que a crônica de Paulo Duarte contém em si elementos e dados da memória individual e coletiva, pois “se por um lado, o indivíduo só pode ter memória do seu passado como um ser social, por outro, há que se levar em conta o aspecto individual dessa memória” (MOTTA, 2000: 115). Assim, este estudo busca assinalar as singularidades da narrativa de Paulo Duarte, em comparação com outros autores que descreveram o mesmo acontecimento, como também “captar algo que ultrapasse o caráter individual do que é transmitido e que se insere na coletividade em que o narrador pertence” (QUEIROZ, 1988, p. 20).

O primeiro capítulo tem por objetivo localizar Paulo Duarte: sua posição política, profissão e grupo social. Apresenta-se uma biografia do autor acompanhada da descrição da participação do mesmo nas revoluções da década de 1930.

No segundo capítulo, discute-se a guerra por meio do detido acompanhamento de *Palmares pelo Avesso*: as estratégias de ação do exército constitucionalista, a adaptação ao ambiente, as esperanças e frustrações, os ressentimentos, os afetos, as explicações da derrota e as inseguranças futuras. Trata-se, portanto, do remanejamento da memória no intuito de recompor o sentido da guerra, heróis e aproveitadores, o *front* dividido entre civis e soldados e os últimos já ultimando negociações em busca de alguma proteção com o anunciado fim da guerra.

No terceiro capítulo, discute-se distintas representações da guerra por meio do diálogo entre a narrativa de Paulo Duarte, de Euclides Figueiredo e de Armando Brussolo sobre guerra paulista. Na escolha dos dois autores, considerou-se as profissões de cada um deles, que apresentavam relação com a função de Paulo Duarte na guerra (um jornalista combatente) - sendo Brussolo um repórter e Euclides um militar - o que revelou proximidades e também diferenciações de percepções entre eles. Em Paulo Duarte destaca-se a que a percepção do autor tem influência de uma literatura sobre guerra disseminada após o conflito de 1914-18, o que também é trabalhado nesse capítulo.

O presente estudo busca demonstrar a escrita dos ex-combatentes como um trabalho de composição da memória do evento de 1932 por parte de sujeitos que transformaram a vivência no campo de luta e de tensão política e cultural e converteram as condições adversas e incertezas futuras em uma fecunda produção memorial. Este é um exercício de releituras, não sendo estas as únicas possíveis, mas as que foram resultando da interpretação. Ao adentrar nas representações sobre a guerra de 1932 por meio da narrativa de Paulo Duarte, percebe-se a vontade do memorialista em rerepresentar o cenário de destruição por ele vivido naqueles anos tormentosos. O livro foi publicado após a eleição de Vargas a senador em São Paulo. Esta eleição demonstrara, em alguma medida, que a compreensão da guerra paulista mudara de sentido. A guerra agora era outra e se desenvolvia noutra *front*, a memória.

CAPÍTULO 1

PAULO DUARTE: A REVOLUÇÃO EM DOIS TEMPOS

1.1 Paulo Alfeu de Junqueira Duarte, o Quixote brasileiro

Paulo Duarte⁵, entre tantos personagens que marcaram a vida política da década de 1930, é, atualmente, quase um desconhecido, entretanto sua presença foi marcante na oposição veemente ao Partido Republicano Paulista (PRP) e ao populismo de Getúlio Vargas. Notabilizou-se o no cenário nacional pelos seus trabalhos como jornalista de *O Estado de São Paulo*. O emprego no jornal possibilitou o contato do autor com a família Mesquita e Amadeu Amaral (importantes nomes do jornalismo brasileiro), dos quais se tornou amigo íntimo e admirador. O autor participou, junto com as pessoas dessa família, do processo de cisão do PRP e da fundação do Partido Democrático (PD) e, ainda, como incentivador das determinações do partido, foi revolucionário em 1930 e 1932.

A trajetória de Paulo Duarte não é muito diferente de outros intelectuais da época. Coursou a Faculdade de Direito em São Paulo, em uma instituição que atuava como intermediária na importação e difusão da produção intelectual europeia, concentrando inúmeras funções políticas e culturais. O espaço social ocupado pela elite intelectual bacharelesca começava a se abrir para as classes menos abastadas. Os liberais paulistas

⁵ Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte (1899 -1984) nasceu na cidade de São Paulo. Era o mais velho dos sete filhos de Hermínio Monteiro Duarte e Jovina Dinis Junqueira Duarte. Passou parte da infância no município de Franca (SP). Aos catorze anos começou a trabalhar em empresas de comunicação. Ingressou em *O Estado de São Paulo*, em 1919, onde se consagrou como jornalista. Foi um dos colaboradores para a fundação do Partido Democrático e seu jornal oficial *Diário Nacional*. Foi exilado em 1932 e ao regressar ao país ingressou no Partido Constitucionalista — sucessor do Partido Democrático — elegendo-se deputado estadual no pleito de 1934. Em 1937, atuou na criação do Departamento de Cultura de São Paulo. Logo depois, foi enviado para o segundo exílio. Ao todo foram aproximadamente nove anos exilado. Trabalhou em museus no exterior, entre eles o *Musée de l'Homme*, em Paris, dirigido por Paul Rivet. No Brasil foi um dos responsáveis pela fundação da Universidade de São Paulo, onde dirigiu o Instituto de Pré-História. Foi compulsoriamente aposentado e teve seus direitos políticos cassados pelo AI-10. Foi escritor e diretor da revista *Anhembi* e produziu muitos livros e artigos sobre antropologia, política, biografias e crônicas, marcados pela sua passionalidade, pela escrita caudalosa e polêmica.

delegavam aos intelectuais a tarefa de formar a consciência nacional e disciplinar a mentalidade do povo.

Paulo Duarte integra o grupo dos “primos pobres” das oligarquias⁶, cujas famílias encontram-se relativamente afastadas da fração política, econômica e intelectual da classe dirigente. O pai de Paulo Duarte, Hermínio Duarte, era maçom e republicano. No entanto, já na República, tinha repulsa pela política partidária e pouco interferia nas eleições⁷. A mãe, Dona Jovina – a quem Paulo Duarte (1974, p. 79) se referiu como: “inigualável amiga”, a quem devia tudo – era descendente de uma família tradicional da região de Franca. Seu bisavô era o Barão de Casa Branca. Contudo, sua avó materna fora privada da herança e, conseqüentemente, a família de Paulo não desfrutou de muita riqueza. Ao descrever a condição econômica da família, o autor comenta:

Nós também sofríamos aquelas diferenciações sociais. A maioria dos Junqueiras era ricos (sic) e nós pobres. Meu Pai vinha também de uma família pobre. Mas minha Mãe, (sic) Junqueira, havia sido muito rica, e meu Pai era filho de um desses que os patriotas chamam de herói do Paraguai, antigo protegido de Caxias e dos Republicanos. De modo que gozávamos de um prestígio intermediário. (DUARTE, 1974, p. 166)

A posição social alcançada pela família de Paulo Duarte deve-se à formação educacional e profissional a que se dedicava. Paulo Duarte teve contato com o ambiente da imprensa desde o primeiro emprego, ainda na adolescência, aos quatorze anos. Os contatos profissionais o colocaram próximo aos personagens e bastidores da política do período.

⁶ A expressão foi usada por Sérgio Miceli (1979) ao se referir aos intelectuais de 1920-1945 que pertenciam a famílias de “parentes pobres” ou de oligarquias decadentes que ingressaram nos serviços públicos buscando resgatar o declínio social e a segurança financeira para desenvolverem suas atividades intelectuais. O autor demonstra que a ascensão social e intelectual desse grupo se deu com dificuldades, quando comparados a trajetórias de modernistas herdeiros de famílias tradicionais (o autor usa como exemplo a comparação entre Oswald de Andrade, proveniente de berço abastado, e Mario de Andrade, que não chegou a concluir nenhum curso superior).

⁷ Hermínio Duarte (nascido em 1873, em Franca) exercia atividades comerciais, desde os doze anos, quando se mudou para São Paulo. Em 1895, fez parte de um grupo de enfermeiros contratados para lutar contra uma epidemia de febre amarela em Cataguases. Foi quando conheceu Paulo Saldanha da Gama, sobrinho do famoso almirante de 1893, que se tornou um grande amigo, e foi por causa dele que Paulo Duarte foi batizado com o mesmo prenome. Depois do nascimento de Paulo, a família voltou para Franca. Hermínio passou a trabalhar numa coletoria, uma repartição arrecadadora, e sentia-se frustrado com o baixo cargo no emprego público, apesar de ser um personagem indispensável na vida cultural da pequena cidade em que morava.

Paulo Duarte cita como fato importante que o pai, em 1910, votou em Rui Barbosa, de quem era grande admirador. A campanha civista que agitara São Paulo – em oposição à candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca, ministro de Guerra de Afonso Pena – “deixara lembranças fundas que se integraram na tradição francana. E fez ainda inimizadas” (DUARTE, 1974, p. 206). Após a vitória do militar, o *Diário Oficial* publicou, dias depois, a demissão de meu pai e a nomeação de um heremita para o seu lugar. “Tudo aquilo por uma questão de política na qual se envolvera apenas com o seu voto” (p. 212).

Hermínio Duarte voltou a ser demitido do emprego em 1932, devido à participação de Paulo Duarte no movimento constitucionalista.

Cláudio Abramo (1989) o descreve como um jornalista de escrita caudalosa e polêmica, com noções rígidas sobre o comportamento dos jornalistas, que teve poucos bons e fiéis amigos e muitos inimigos e que se ocupava e se divertia com suas denúncias aos políticos de reputação desaprovada por ele.

Alto, esguio, de cabelo espetado, gravata borboleta, um ar empinado, grande bravura pessoal, amigo dos amigos, companheiro fiel e solícito, mas inimigo redutível, possuído de uma verve inigualável quando se tratava de destruir adversários - sobretudo quando adversários de baixa estatura moral-, Paulo Duarte ocupou, na história de São Paulo, um papel importante e no jornalismo exerceu uma missão moralizadora. Hoje, provavelmente, noventa por cento dos jornalistas vivos e operando não sabem quem foi. (ABRAMO, 1989, p.73)

Nos livros analisados, Paulo Duarte apresenta-se como sujeito crítico, por vezes cômico e irônico, pronto a expor sua opinião, pertinaz defensor da justiça e opositor ao autoritarismo. Com certeza, muito lhe agradou a descrição de Érico Veríssimo, no prefácio de “Raízes Profundas”, em que Paulo Duarte é comparado a um Dom Quixote moderno:

cavalheiro andante capaz de entrar gratuitamente nas pelepas alheias, desde que esteja em jogo o espírito de justiça e humanidade, esse Quixote lúcido, que jamais confunde moinhos de vento com gigantes, mas que se lhe surgissem gigantes no horizonte ele os enfrentará e lhes dará rijo combate (DUARTE, 1974, p.VI).

A impressão é que algumas vezes a passionalidade de Paulo Duarte foi o que lhe deu coragem e força para lutar pelo que realmente acreditava, fosse na defesa de seus princípios, ou nos projetos em que esteve engajado. Envolvido de forma emocional nos conflitos, tomando-os como projetos pessoais e demonstrando sua forma moralista de pensar o mundo político e as amizades (criticou a politicagem, “os espetáculos das adesões” e os gestos de traições), o autor pagou o preço pela exposição franca de suas opiniões: foi preso, exilado, cassado. Em suas memórias, o autor expôs:

Passei a vida brincando de sonhar sonhos impossíveis, aliás, todos sonhos bruscamente interrompidos em começo ou pela metade, como o Departamento de Cultura de São Paulo, o Instituto de Criminologia, o Instituto de Pré-História da nossa Universidade, o Institut Français des Hautes Études Brésiliennes de Paris, o Museu do Homem Americano, a revista *Anhemi* e por aí além... (DUARTE, 1974, p. 5)

Apesar de presente e atuante em momentos marcantes da vida política e cultural, Paulo

Duarte foi relegado ao segundo plano em meio à elite intelectual. Segundo Marli Hayashi⁸, em entrevista a Luiz Sugimoto (2003, p. 12), as dificuldades enfrentadas pelo autor para efetivar seus projetos deve-se ao fato de que ele “nunca foi figura unânime e cordata⁹. Muito pelo contrário, desentendeu-se com inúmeras pessoas e fez inimigos. [...] consolidara a fama de humanista e antitecnocrático, progressista patriota e antitotalitário, polemista de temperamento ardente”.

Paulo Duarte orgulhava-se de se manter fiel a seus princípios, apresentando-se como sujeito que expunha suas escolhas e opiniões, divergindo quando julgasse necessário e fazendo oposição de frente, assumindo o preço que lhe fora cobrado.

Penso que meu caso é diferente. Jamais tive tempo de ganhar dinheiro nem nunca tive coragem de ficar rico. E as minhas preocupações e escrúpulos nunca permitiram disputasse postos altos que chegaram a me atrair. Depois, muito cedo descobri que, para a gente fazer uma carreira triunfal, na política e na fortuna principalmente, pelo menos em nosso país, é preciso praticar antes uma porção de porcarias. E eu sonhei e lutei sempre por ser um sujeito asseado. Talvez não o tivesse conseguido de todo, mas a culpa não foi minha, deve-se à fatalidade humana. O culto da submissão, do aplauso incondicional, da bajulação e da subserviência, em tempo algum foi meu divertimento. (DUARTE, 1974, p. 2)

Por vezes suas análises sobre a história e o presente do país assumiram posturas diversas: manifestou-se contra o perrepeismo e a tradicional permanência do partido à frente do Executivo; opôs-se a modernização getulista; defendeu o voto secreto, mas tinha algumas ressalvas sobre a ampliação da participação popular nas eleições. Acreditava que uma nova mentalidade ainda iria se formar, porque o cidadão brasileiro ainda não estava pronto. Seguindo essa preocupação, Paulo Duarte idealizou o Departamento de Cultura como meio de ação intelectual junto à massa, muitas vezes tutelada pela pressão do Estado e dos meios de comunicação.

Paulo Duarte foi um tenaz defensor de um projeto paulista para o Brasil. O governo de Getúlio Vargas e dos tenentes ameaçou as pretensões de São Paulo. Armando Sales Oliveira, nomeado interventor, empreitou permanente campanha eleitoral para suceder Vargas no poder. O projeto armandista voltava-se para construção de uma “uma nova unidade nacional” a partir de um “regionalismo equilibrado” (BARBATO JR, 2004).

⁸ Marli Hayashi, em sua tese de doutorado intitulada *Paulo Duarte, um Dom Quixote Brasileiro* (2001), estudou a trajetória do autor como membro da USP e editor da Revista Anhembi.

⁹ Após a morte de Juanita, a esposa do autor, sua companheira de toda a vida, ele adoeceu e veio a falecer em 24 março de 1984. Hayashi comenta que talvez sirva como prova da figura dissonante do jornalista o fato que no enterro dele havia apenas cerca de trinta pessoas, dentre as quais Florestan Fernandes, Hélio Bicudo, José Mindlin, Luiz Vieira de Carvalho Mesquita e Alípio Corrêa Neto.

A luta contra a presença de Getúlio Vargas no espaço político (mesmo de seu legado político) consumiu a vida do jornalista. Contudo, ele não recebeu muita atenção do Presidente, que em seus diários dedicou-lhe apenas duas referências, manifestando-se: “o exilado Paulo Duarte [...] 'Que reles intrigante!'” (VARGAS, 1995, p. 241). Percebe-se Paulo Duarte como um opositor ferrenho, mas sem a visibilidade de muitos membros da elite social, política e econômica.

O autor escreve suas “razões de defesa por ter vivido”, como diz o emblemático título de sua apresentação ao livro de *Memórias*, para registrar na escrita sua versão dos fatos, defendendo-se das perversidades do tempo e dos julgamentos humanos. Ao descartar o interesse pelas memórias de vidas insípidas, valorizou seu gesto memorial. A vida só devia ser contada quando se estava em jogo à defesa do espaço público (SANDES, 2009).

Nesse sentido, revelou-se um projeto de memória. Assim, busca-se identificar como o real foi pensado, escrito e dado a ler pelos contemporâneos dos acontecimentos. A obra tornou-se um objeto singular a ser decifrado, tanto em suas condições de produção, quanto na sua organização discursiva. Nas obras selecionadas, percebe-se que a escrita sobre o passado da revolução se desdobra em dois momentos: no primeiro, a lembrança se efetiva rente aos fatos; no segundo, depois de trinta anos quando o regime militar já havia se consolidado.

O primeiro é uma escrita feita no exílio na Europa, para onde Paulo Duarte e os outros exilados foram enviados após a derrota da luta constitucionalista. Nesse momento, é comum, sobretudo, a escrita epistolar entre os exilados e seus parentes e amigos no Brasil. É desse período também a obra *Palmares pelo Avesso*, um relato sobre o cotidiano da guerra de 1932. Esses escritos apresentam as impressões do autor contemporâneas aos fatos, sinalizando o primeiro “momento biográfico”¹⁰ em que a escrita teve por finalidade ordenar e dar sentido aos acontecimentos.

Com base nos escritos da década de 1930, Paulo Duarte escreveu *Memórias*. O arquivo constituído ao longo de décadas servia-lhe como garantia da verdade e da legitimidade de sua escrita. Os papéis preservados são expressões da identidade do autor, que no trabalho de triagem de sua documentação pessoal teve a oportunidade de ordenar a narrativa e, assim, reconstruir sua história, construindo um sentido à própria vida e uma imagem de si¹¹. Esses papéis integram a obra memorialista e alguns deles são anexados (cartas

¹⁰ Conforme Carlos Piña (1991), no “momento biográfico”, o sujeito constrói uma imagem de si, isto é, uma representação, realizada para si e para os outros, de sua identidade como persona. A ideia de persona está relacionada à percepção do indivíduo como uno e múltiplo: único em relação a todos os demais; múltiplo no que diz respeito a seus papéis sociais. Somos múltiplos e teatrais. O sujeito moderno não é contínuo e harmônico, mas ao escrever apresenta o desejo de “unidade do eu”.

¹¹ Paulo Duarte reconhece o valor das memórias para a história e pressupunha a importância de sua contribuição

e fotos), compondo o enredo da narrativa.

1.2 Os paulistas e a Revolução na década de 1930

O envolvimento de Paulo Duarte nas campanhas políticas da década de 1930 ocorreu, especialmente, em decorrência de sua atuação em *O Estado de São Paulo*. No jornal, o autor conviveu com os novos intelectuais e empreendedores paulistas, como Júlio de Mesquita, que ingressou no jornal em 1885 quando ainda era chamado de “Província de São Paulo”. Era genro de José Alves de Cerqueira César, um dos fazendeiros do café do oeste paulista que contribuiu para o jornal, e era um dos grandes chefes do Partido Republicano Paulista (PRP).

[...] Cerqueira César, o avó [de Júlio de Mesquita Filho] era um dos últimos patriarcas que teve São Paulo. Homem altaneiro, chefe, o principal chefe talvez do Partido Republicano, era rígido e mandava. Com sua formação, até Júlio Mesquita, temperamento de boêmio inteligente, tivera choques. Por isso mesmo, Cerqueira César, às vezes, irritava-se com os rompantes de independência do genro, rebelde ao mandonismo do velho partido que exigia sujeição e humildade aos comandados. Diante dele se curvavam mesmos os altos chefes do velho Partido Republicano. (DUARTE, 1974, p. 70)

A tradição patriarcal do “velho Partido Republicano” aos poucos foi questionada por um grupo de jovens e influentes liberais paulistas. O Partido Democrático surgiu com o intento de reformar os “costumes” políticos em São Paulo e, posteriormente, do país, mobilizando a juventude (de elite) em torno da defesa de valores da nacionalidade (LOVE, 1982).

São os dissidentes do PRP que formaram o PD. Os democratas tinham um laço embrionário com a oligarquia paulista. Por isso, a cisão partidária pode ser compreendida mais pela diversidade de interesses e estratégias políticas no interior das oligarquias do que pela diferença de projetos políticos. Os republicanos manifestavam-se favoráveis à formação de um mercado interno impulsionado pelo surto industrial em São Paulo, propondo a substituição de importações em claro desafio ao pacto liberal. Entre os fundadores do PD havia bacharéis, banqueiros e cafeicultores favoráveis à valorização do café e demais preços

peçoal para possíveis estudos futuros, por isso certamente escreveu esperando que seu registro fosse lido e servisse como fonte de estudo. Como escritor, e especialmente jornalista, a intenção de publicação dos escritos é perceptível. Alain Viala (1985 *apud* Alberti, 1991) diferencia o autor do escritor: o “autor” mantém-se como autoridade, originalidade e autoria, o “escritor” passa a ser reservado aos “autores” para os quais se torna necessário publicar a obra, porque ser escritor não terá valor sem o ato que instaura a relação com o leitor.

agrícolas, atingidos pela Grande Depressão. O partido se colocou contra as políticas protecionistas defendidas por setores da incipiente indústria paulista.

Entre os proprietários e o corpo editorial de *O Estado de São Paulo* havia representantes do PRP e do PD. Apesar da composição controversa, Paulo Duarte afirmava que os proprietários do jornal não se colocaram de maneira neutra. *O Estado de São Paulo* foi o principal articulador do projeto liberal de oposição na década de 1920-30 (CAPELATO, 1989). O jornal era porta-voz da resistência ruralista à urbanização e dos intelectuais que trabalhavam em prol de um desenvolvimento cultural que levaria a coletividade à construção de uma sociedade civil madura capaz de conduzir com lucidez os rumos das reformas políticas.

Os jornalistas de *O Estado de São Paulo* que se aproximaram do PD colaboraram com a organização do órgão de imprensa desse partido: o jornal *Diário Nacional*, proclamador dos princípios democratas e liberais. Paulo Duarte relatou que:

Quando se reorganizou o *Diário Nacional*, ainda em 1929, do qual fui um dos fundadores, ele [Júlio Mesquita Filho] recomendou a Joaquim Sampaio Vidal o meu nome para substituir Couto de Barros, que abandonava a redação. Era uma forma de ligar o *Estado*, sem compromisso, como órgão democrático. (DUARTE, 1974, p. 72)

O autor ingressou no novo partido como militante e como jornalista do *Diário Nacional*.

A gente vivia conspirando. Aconteceu que, antes de 30, o Partido Democrático resolveu editar um jornal oficial, e certo dia apareceram lá no "O Estado" o Joaquim Sampaio Vidal, o Prudente de Moraes Neto e o Valdemar Ferreira para pedirem ao Júlio Mesquita que eu fosse emprestado a eles, a fim de fundarmos um jornal, que seria o "Diário Nacional". Lá fiquei até 1929, ano em que o Amadeu Amaral voltou do Rio e eu o indiquei para redator-chefe do "Diário Nacional". Foi o Amadeu, um grande jornalista, quem deu ao jornal um grande descortino e uma nova feição. (DUARTE, 1979, p. 2)

Os jornais eram os espaços em que os grupos e partidos políticos difundiam seus projetos e disputavam a direção da sociedade. Há, portanto, um sentido pedagógico na atuação dos jornais, que assumiam a função regeneradora da ordem social (CAPELATO, 1989). O PD encarnou a resistência aos projetos políticos promovidos pelo PRP, cuja ação aviltava a representação política para se perpetuar no Executivo, assegurando a continuidade de suas práticas.

Segundo Dulce Chaves Pandolfi (2003), a campanha contra o Governo de Washington Luís, em 1930, uniu os grupos que faziam oposição sistemática ao regime (que se diziam propagadores de novos projetos para o Brasil) a outros que ingressaram apenas por discordarem do encaminhamento dado pelo então presidente à sucessão presidencial ao indicar o perrepista Júlio Prestes. Os opositoristas (as oligarquias afastadas do poder, os grupos tenentistas e os liberais democratas) concentraram sua ação em torno da Aliança Liberal.

Paulo Duarte, como democrata, então, integrou a campanha da Aliança Liberal. Os aliancistas obtiveram apoio de um grande número de pessoas, estruturando uma agitada campanha de contato e comunicação com a população por meio de caravanas, panfletos e jornais. Paulo Duarte colaborou com a organização desse material e foi um dos oradores nas caravanas revolucionárias.

A Aliança Liberal levantou a bandeira da democracia contra as fraudes eleitorais e a favor do voto secreto, imaginando ser um meio capaz de acabar com a hegemonia do PRP. Paradoxalmente, o jornalista, como outros membros dessa coligação, divulgaram também que, caso a campanha eleitoral pleiteada pelos aliancistas não fosse bem sucedida, os princípios democráticos seriam estabelecidos ainda que por meio da revolução armada.

No Brasil, salvo pequenas exceções, não existe regime representativo. Não há eleições no exato sentido desta palavra [...]. Em resumo, dentro de um regime de simples ficção constitucional, o presidente da República governa discricionariamente, sem controle, sem responsabilidade. O governo onipotente de um homem que domina sem responsabilidade é a causa de todos os abusos.

Cansada de lutar inutilmente contra essa máquina política, desesperada de melhorar a situação do País, dentro das possibilidades legais, decidiu-se a Nação pela luta armada. (DUARTE, 1931 *apud* PEREIRA, 1982, p. 4)

O clima revolucionário ganhou impulso com a derrota do candidato aliancista nas eleições de 1930. Acreditava-se, entre os paulistas, que São Paulo, como pioneiro dos avanços da civilização brasileira, também deveria estar envolvido nessa nova empreitada. Entretanto, o envolvimento paulista na conspiração foi bem menor do que desejavam os revolucionários. Formou-se um clima de desconfiança logo após a vitória da revolução. Ainda assim os membros do PD esperavam assumir o comando da revolução no estado, contudo surpreenderam-se com a direção para a qual o Governo Provisório apontou: a intervenção em São Paulo. O governo de São Paulo não foi entregue aos paulistas e, portanto, a semente da discórdia foi lançada e rapidamente prosperou.

As primeiras medidas adotadas pelo Governo Getulista, que suspendeu os direitos constitucionais, cassaram adversários políticos e impuseram uma série de medidas centralizadoras; em suma, foi implantado uma espécie de regime ditatorial, tendo como principal base social de sustentação os tenentes.

O exercício do poder é uma das coisas mais difíceis do mundo. Com autoridade, o homem sente-se inclinado naturalmente ao abuso. Se este homem então é proveniente de camadas menos adiantadas, espiritualmente, como no geral acontece com os militares de todo o mundo ou de coletividades mais ou menos débeis, como é o caso do nosso povo, aquela inclinação surge ainda mais irreprimível e violenta. Que dizer pois de um militar surgido, geralmente, sob a influência desses dois signos sociais? O característico da vida militar é justamente o autoritarismo e a força. No nosso caso particular, autoritarismo e força exercidos pelos menos preparados para deles usar. Por isso que as nossas questões políticas assumem sempre uma gravidade muito maior quando os militares pulam a janela dos quartéis para intrusar-se (sic) na casa civil da administração. Sem competência no melhor das vezes, no exercício das próprias funções na arte positiva da guerra, julgavam-se entretanto os únicos capazes da perfeição nos negócios complexos do governo. (DUARTE, 1947, p. 209-210)

O vínculo entre Getúlio e os tenentes passou a ser severamente criticado pelos jornalistas, especialmente paulistas. Assis Chateaubriand chegou a assumir que sua implicância não era pessoalmente com Getúlio, mas com os “tenentes”, pois acreditava que eles estivessem arrastando o presidente e o governo para as posições nacionalistas e esquerdistas (MORAIS, 1994). Os críticos diziam que era necessário afastar o governo da presença dos tenentes e enrijá-los de disciplina e ordem.

Algumas medidas governistas representaram o combate às oligarquias regionais; a principal delas foi a nomeação de interventores estatais. Na luta contra o PRP, o Governo Getulista acabou assumindo posturas que limitavam a autonomia política e econômica de São Paulo, desagradando também aqueles que foram companheiros em 1930: o PD. Contrariando as pretensões dos aliados paulistas, o presidente nomeou como interventor João Alberto, um tenente pernambucano. Esse cargo era almejado por Francisco Morato, presidente do PD, e a nomeação de um tenente para o lugar foi o grande golpe de Getúlio para com os democratas.

As escolhas e ações dos interventores não correspondiam aos interesses do PD. O Partido declarava-se “um dos precursores e pioneiros do grande golpe, que agora se celebra entre transportes misturados de júbilo e desapontamento” e reivindicava que “aos partidos que fizeram a revolução é que devesse caber sustentar o espírito revolucionário e reconstruir o organismo constitucional”, contudo, “não nos estranha a grita que contra eles se levanta”

(CARONE, 1973, p. 24-25). No mesmo sentido, Paulo Duarte afirma que:

Aliás, desde depois do movimento de 1924, eu vinha observando um aspecto até então para mim inédito com relação a amigos e companheiros, que era o espetáculo da adesão, da bajulice da maioria com relação ao vencedor. Até a traição é freqüente nesses momentos. Registrei o fato no livro *Agora Nós!* [de 1927]. Depois veio 1930 e o espetáculo lastimável foi o mesmo. 'Só uma minoria corajosa permanecia, porque todos os grandes entusiastas pela situação de antes de 1930, passaram a aderir a nós revolucionários, ao ponto de se tornarem mais revolucionários, mais implacáveis delatores e inimigos da situação perrepista do que nós que sofríamos no Diário Nacional e no "Partido Democrático" as hostilidades e represálias que vinham mais dessa gente agora infiltrada, aderida aos nossos meios. Repelia-se neste momento o triste espetáculo em São Paulo. Aos abusos dos ocupantes somava-se a miséria moral dos adesistas. Com a prática que temos de revolução, isso não nos surpreende. (DUARTE, 1974, p. 21-22)

O autor relembra que antes de 1930, os democratas paulistas já se reuniam sob o signo da oposição aos perrepistas. Assim, reivindica a importância do partido que se tornou a “primeira agremiação organizada e legal, que conseguiu, em São Paulo, sobreviver e inserir-se efetivamente nas lutas político-ideológicas travadas no período” (PRADO, 1986, p. 1). As pressões intensificadas sobre o PRP por parte do Governo Provisório – com medidas de centralização política - prejudicaram também a atuação do PD. Os democratas paulistas sentiam-se duplamente traídos: o partido via-se cada vez mais fora da distribuição do poder à medida que o governo assumia características mais centralizadoras e ditatoriais, contrárias aos princípios da Aliança Liberal. Desapontados, começaram por atacar o governo e os tenentes, que são chamados de “ocupantes” e “invasores” de São Paulo.

As elites dirigentes de São Paulo passaram declaradamente a defender a descentralização do poder, vez que perdiam a autonomia política do estado. Defendiam também que o governo de estado fosse ocupado por um civil paulista. Nesse ínterim, o interventor João Alberto não resistiu às pressões políticas, demitindo-se em junho de 1931. Os paulistas derrubaram outros três interventores do estado, até ser nomeado interventor o diplomata Pedro de Toledo, que atendia ao perfil exigido pelos paulistas.

O PRP interpretava que estava se fazendo uma “guerra contra São Paulo, sua riqueza, sua prosperidade e prestígio incomparáveis” (CAPELATO, 1989, p. 33). Esse argumento tinha fundamento, pois a campanha aliancista identificava na hegemonia dos partidos republicanos as decadentes práticas políticas da República Velha.

O PD tinha apoiado a revolução, acreditando na formação de um tempo novo em que o partido e São Paulo sairiam beneficiados. Os democratas almejavam o lugar do PRP no

Executivo, contudo, a revolução se transformou rapidamente, abandonando as pretensões de aperfeiçoamento das práticas liberais. As cisões não demoraram a ocorrer. O PD se afastava dos setores tenentistas e os antigos adversários uniram-se contra a ditadura na Frente Única Paulista.

O Manifesto que anunciava a aliança entre o PD e o PRP foi divulgado em 17 de fevereiro e estruturava-se “em torno de dois problemas que envolvem todas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que há 16 meses se acha esbulhada” (PEREIRA, 1982, p. 81). O documento foi redigido por Francisco Morato, representando o PD, e Altino Arantes, representando o PRP. Depois que a FUP foi fundada, iniciaram-se contatos nos meios militares.

E a frente única graças ao Julinho se fez, e a revolução de 1932, cuja eclosão se deve a ele, pôde estruturar-se com a participação militar do coronel Salgado, comandante da Força Pública¹², do general Isidoro Dias Lopes e do coronel Euclides Figueiredo. Por estes dois últimos e por Joaquim Sampaio Vidal é que penetrei na conspiração. (DUARTE: 1974, p. 73)

As altas oficialidades do Exército manifestaram-se insatisfeitas com o fortalecimento do tenentismo, que gerou quebras de hierarquia militar, e também com medidas governistas de restrições de gastos e investimentos no setor. Os jornalistas de *O Estado de São Paulo* anunciavam as discórdias entre os militares governistas, comparando com a crescente união entre os partidários da Constituinte e estimulando os militares à reflexão e à adesão ao constitucionalismo.

Os próprios revolucionários já estão experimentando, no círculo estreito em que movem, os inconvenientes da ditadura. Dissensões já se manifestam entre eles [...]. Cada chefe militar considera-se, nos períodos ditatoriais, o sustentáculo principal da ditadura [...]. A discórdia sempre gostou de circular entre os deuses...

Meditem bem os militares sobre este fato, que é uma advertência: enquanto os defensores da ditadura se desavêm e contendem, crescem, entre os paladinos da Constituição a harmoniosa solidariedade. (PEREIRA, 1982, p. 292)

A imprensa incitava a população a abandonar as diferenças, como havia feito o PRP e o PD, em apoio à campanha pró-constituente. Os meios de comunicação ocuparam papel

¹² A Força Pública aderiu a Revolução Constitucionalista por posicionar-se contra o governo ditatorial após a dupla humilhação de ter se preparado para a Batalha de Itararé. Preparados para vencer, foram vencidos sem combate pela vitória da Revolução em 24 de outubro e por ter de se submeterem à ditadura tenentista.

central na preparação do clima revolucionário e na mobilização de voluntários. O jornal impresso foi o meio de comunicação mais usado em favor da campanha constitucionalista, devido ao seu caráter persuasivo e à disponibilidade de acesso a ele, considerando a presença de jornalistas e proprietários de jornais entre os membros dos partidos.

A divulgação constitucionalista contava também com o rádio, que transmitia as marchinhas da campanha e os discursos pronunciados por políticos e oradores. Os radialistas também declamavam poesias, sobretudo de Guilherme de Almeida, o “Poeta de 1932” (DUARTE, 1974, p. 77). Havia também as caravanas populares, que realizavam comícios no interior do estado, sendo uma possibilidade de os oradores pronunciarem seus discursos inflamados e se aproximarem mais diretamente da população. Outro meio muito usado foram os panfletos, folhetos e cartazes distribuídos pelas cidades.

Empregou-se uma estratégia de convencimento à população, objetivando mobilizá-la em favor dos ideais constitucionalistas. Uma rede de propagandas e discursos divulgou os princípios liberais como valores da sociedade paulista. Não houve nenhuma convocação oficial de forças. A propaganda por si teve um sucesso perceptível na quantidade de voluntários que se alistaram e que participaram da luta tanto no *front* quanto na retaguarda. Acreditava-se que São Paulo lideraria a revolução.

1.3 Quem é mesmo revolucionário?

O processo de construção da identidade não depende apenas das relações de analogias, mas a alteridade também é colocada como componente. Neste sentido, grupos, principalmente políticos, ao se perceberem diferentes de outros, estabelecem relações de oposição com aqueles. A imagem de si é, então, elaborada em detrimento da negação ou da renúncia das práticas e dos discursos que identificam o outro grupo, que se torna adversário¹³. No caso da identidade constitucionalista, a principal característica é a oposição ao governo de Getúlio

¹³ O trabalho monográfico de 2006 (*Paulo Duarte: entre a História e a memória da Revolução Constitucionalista*) tratou-se da definição da identidade constitucionalista como um processo de constantes transformações em que a imagem de si é construída conforme as representações apresentadas pelos opositores, em que busca-se negar as acusações, afirmar as posições defendidas e não reconhecer as denominações e ações positivas do governo. A questão foi melhor compreendida ao compartilhar das reflexões de Fabiana de Souza Fredrigo (2003, p. 90) que afirma: “Sabe-se que a construção da identidade depende de uma relação na qual a alteridade deve colocar-se como componente [...] a figura do *outro* é estabelecida a partir do *eu* que exclui”. Assim, para construir sua identidade, seja uma pessoa, um grupo ou uma sociedade, passa a definir-se contradizendo o “outro”, não só contrapondo-o, mas desmentindo-o e ocultando-o. A autora menciona o conceito de “denegação”, de Leandro Karnal, em que denegar é usar a imagem do outro para construir sua própria imagem e definir o que não se quer ser.

Vargas, que faz com que o constitucionalismo represente em torno desse ponto comum uma unidade de diferenças, que tem o poder de coesão. Contudo, a trajetória de construção dessa identidade não se encerra com a resolução das querelas internas – que são apregoadas no ódio comum ao governo federal. Transpõem-se ao passo de provar-se diante do outro.

O pensamento de Hegel (1992) atenta para o fato de que nunca se pode perder a dimensão do “outro”, pois a “consciência-de-si¹⁴” só se satisfaz perante o reconhecimento dele. Sendo assim, no processo de construção de uma identidade, colocar-se na posição de alteridade significa não só diferenciar-se do “outro”, mas fazer com que esse reconheça a distinção¹⁵.

Considerando a historiografia e as narrativas memorialistas sobre o movimento constitucionalista, o reconhecimento necessário do “outro” torna-se um problema diante da complexidade desse processo, vez que o discurso de defesa da pátria, da liberdade e também da revolução de 1930 aparece entre os dois grupos: governista e oposicionista.

Charles Taylor (2000) afirma que a identidade própria depende crucialmente das relações dialógicas com os outros, pois esta não é produzida no isolamento e se altera dialeticamente: a cada vez que se tem contato com este “outro”, ocorre o retorno a si, ressaltando que nesse retorno as certezas sobre si e sobre o outro são diferentes das que existiam no início. Ou seja, a visão exterior que existe de um determinado grupo também é um elemento que compõe a identidade deste. É nesse sentido que se compreende as reformulações da identidade constitucionalista, pois vivenciava-se um ambiente político em que as provocações e acusações eram constantes. Os paulistas tiveram que construir sua identidade também para defenderem-se das acusações feitas pelos governistas de que o movimento era separatista e contra-revolucionário.

O que se constata é a dificuldade de reconhecimento recíproco entre varguistas e constitucionalistas, em que cada grupo apresenta uma visão depreciativa do outro. O que prevalece é um jogo de forças argumentativas a fim de agregar aliados. Posteriormente, as versões se confrontam com o objetivo de consagrar a memória do grupo na história nacional.

¹⁴ Segundo a fenomenologia hegeliana, a passagem na consciência para a consciência-de-si opera-se diante das experiências, segundo as quais a consciência toma conhecimento de um objeto que corresponde a ela mesma, ou seja, uma autoconsciência. Essa experiência torna-se ainda mais complexa quando se percebe a relação do sujeito com o mundo, pois o saber sobre si é continuamente colocado à prova a cada nova situação.

¹⁵ Sabe-se que, no processo de construção da identidade, a imagem que se tem de si é elaborada com relação ao que tem de particular, sendo assim, ao que tem de diferente, que é percebido na dimensão do que chamamos de “outro”. A tradição hegeliana afirma a necessidade de que a consciência-de-si se reconheça em si e pelo outro, assim, que não seja reconhecida a diferença por apenas uma das partes. Ou seja, para que o movimento de 1932 seja reconhecido como constitucionalista, não basta que os paulistas assim se expressem, mas é necessário que os ditatoriais também vejam o grupo como atuantes em prol da Constituição.

As concepções sobre o movimento constitucionalista são divergentes, pois o lugar social que os atores ocupavam determinou seu ponto de vista sobre o acontecimento. Os vencedores de 1932 compreenderam a guerra civil como o ponto de ebulição da oposição da oligarquia paulista ao tenentismo, sendo interesse do PRP de retomar o poder e depor a revolução. Para os vencidos, especificamente do PD, a guerra civil significou a reunião de forças contra a opressão política.

O principal ponto de conflito é, então, definir quem eram os “verdadeiros revolucionários”. Neste período em que os discursos ideológicos estavam envoltos em mitos, a força simbólica de representação de um movimento “revolucionário” implicaria no ganho de um espaço dentro do cenário político e histórico. Para legitimar o movimento de 1932 como revolucionário, era preciso reaver o sentido dos conflitos que levaram à deposição de Washington Luís em 1930. Na medida em que os democráticos reafirmaram sua participação no golpe que derrubou a velha oligarquia, consentiam que o constitucionalismo era a continuação de uma obra revolucionária.

Com a fundação do Partido Democrático, o temário da revolução penetrou no interior da classe dominante. Contudo, em 1930, o partido ainda lidava com a indecisão e procurava ganhar tempo antes de definir como assumir verdadeiramente a revolução. Estava consciente de que combater eleitoralmente o Partido Republicano requeria esforços de ampliação de alianças, capazes de polarizar em torno de seu programa o maior número possível de setores da sociedade.

Em torno da Aliança Liberal, uniram-se os democráticos aos tenentes, baluartes da luta contra as oligarquias, desde os movimentos de 1922 e 1924. Eles passaram a se definir como “revolucionários”, sujeitos políticos, por excelência, do conjunto das propostas de revolução (refere-se a “conjunto” porque dentro do grupo havia propostas diferentes de revolução). Sob a luta comum de oposição às oligarquias tradicionais, a Aliança Liberal apresentou proposta “consensual” entre seus membros e conseguiu o apoio entusiasmado da população nos momentos do golpe que depôs Washington Luís.

As distinções internas da Aliança Liberal não foram apagadas e emergiram após 1930. Segundo Edgar De Decca (1988, p. 74), “o termo revolução representa uma estratégia da dominação para apagar outras propostas políticas que se expressam no interior da luta de classes”, garantindo ao vencedor da luta sua legitimação no conjunto social.

Por conseguinte, a dimensão simbólica do discurso revolucionário de 1930 não poderia ser negada pelo PD. Apesar de as direções do movimento não terem sido democráticas e liberais, como foram defendidas as propostas do partido, aos democráticos não

interessava abdicar do título de vencedores. A alternativa foi acusar os que se instalaram no poder de terem corrompido os princípios aliancistas e passar a tratá-los como usurpadores.

Para Holien Bezerra (1988) a ditadura e a revolução de 1930 apareceram corporificadas nas pessoas de Getúlio Vargas, dos tenentes revolucionários ou dos interventores estaduais. Por outro lado, Paulo Duarte demonstra que essa corporificação descendeu da direção do Governo Provisório, que afastou os democratas dos centros de tomada de decisões. Para o jornalista, a violação dos princípios de 1930 fez com que Getúlio, os interventores e os tenentes despersonificassem a revolução. Sem as mudanças pretendidas no programa da Aliança Liberal, o PD visualizava no Governo Provisório o impasse para a efetivação da obra revolucionária:

Eu, todas as campanhas revolucionárias do Brasil me viram nas linhas de frente. Todos os períodos mais violentos encontraram-me ou na ação ou na cadeia das velhas oligarquias. Um dia vencemos. Mas os oportunistas vieram na retaguarda das tropas vitoriosas. Encontraram o político recém-caído envolvido na sua capa feita de retalhos de todas as torpitudes de uma mentalidade também carcomida. Puseram o político num navio e o exilaram. Mas ficaram com a capa! Esta é que devia ter sido atirada ao mar. O político podia ficar. Ou se regeneraria ou acabaria de apodrecer em qualquer canto, inofensivamente. (DUARTE, 1947, p. 296)

Quando Paulo Duarte denunciou o continuísmo dentre os novos atores no poder de uma mentalidade oligárquica que fora combatida em 1930, o autor desclassificou o caráter revolucionário desses vencedores. O ex-combatente, como representante dos constitucionalistas, demonstrou a ousadia do movimento de não reconhecer como revolucionários aqueles que se instalaram no poder e de identificá-los como “oportunistas” e, de alguma forma, continuístas, o que os descaracterizava como revolucionários.

A generalização em torno do uso do termo “oligarquias” refere-se mais especificamente aos membros do Partido Republicano Paulista, expulsos do poder pelo golpe de outubro de 1930. Paulo Duarte reconheceu como revolucionários os que se mantiveram fiel à luta contra o perrepismo que, para ele, era sinônimo de partidarismo, de particularismo e de uma mentalidade atrasada. Por isso, o autor não foi a favor da união do PD com o PRP na Frente Única Paulista¹⁶.

Para o autor, nem mesmo os constitucionalistas são os “verdadeiros revolucionários”, pois estes estavam representados na FUP e o paulista revolucionário estava à parte dessa inclusão: era diferenciado porque não se deixava influenciar pelo perrepismo. Se, por um lado

¹⁶ Sobre a oposição de Paulo Duarte ao PRP, conferir a monografia *Paulo Duarte: Entre a História e a Memória da Revolução Constitucionalista* (FONSECA, 2006).

a união com o PRP apresentou uma vantagem numérica de aliados; por outro, representou uma desvantagem ao dar ao movimento “o caráter de contra-revolução”.

O perrepismo de São Paulo cometera mais um dos seus crimes imperdoáveis e irreparáveis – o crime imperdoável e irreparável de procurar dar ao levante um caráter de contra-revolução. Se vingasse a tentativa, São Paulo, pela sua mocidade que se organizara nas linhas de frente, faria outro movimento para derruí-los, pois o paulista se detestava o que aí se via desde logo depois de 1930, se achava completamente, irremediavelmente incompatibilizado com o que por aí andou antes de 1930. (DUARTE, 1974, p. 395)

Ao defender sua fidelidade aos princípios do PD, o autor apontou para os possíveis interesses dissimulados pela bandeira revolucionária dos governistas, sendo um recado também ao Partido Republicano Paulista (PRP) contra quem Paulo Duarte nutria severas desconfianças. O governo vislumbrou na participação do PRP entre os constitucionalistas a oportunidade de minar o movimento das acusações de puro “revanchismo” político. A possibilidade de que esse fosse o real interesse dos partidários do PRP também aterrorizava os democráticos.

O movimento foi fortemente atacado pelos federalistas, que objetivavam legitimar a revolução de 1930 e a permanência do grupo provisório no poder. Para isso elaborou discursos estratégicos argumentando contra os adversários. Estes discursos tinham dois principais alvos de ataque aos constitucionalistas que os condenavam a nível nacional, as acusações de serem “contra-revolucionários” e “separatistas”.

Desde o início dos conflitos entre os constitucionalistas e os legionários de Miguel Costa, no final de 1931, os tenentes passaram a chamar os paulistas de separatistas. Os jornais governistas propagavam que o movimento paulista tinha cunho regionalista extremado, o que comprovava os intuítos separatistas do movimento.

Para José Alfredo Vidigal Pontes (2004), o separatismo não passou de um clichê largamente explorado pela ditadura, pois a informação não correspondia à verdade. Prova disso é que a maioria dos oficiais e soldados da Força Pública era nordestina, os quatro principais comandantes da revolução eram de outros estados (Isidoro e Klinger eram gaúchos, sendo que o último atuava no Mato Grosso; Euclides Figueiredo era carioca; o comandante da Frente Sul, coronel Taborda, era paranaense), além do envolvimento da colônia mineira em São Paulo e do apoio de políticos gaúchos, como João Neves. Concordante ao autor, Jeziel de Paula afirma que:

Atribuir ao movimento de 1932 uma conotação "separatista" foi, sem dúvida, a maior e mais eficiente arma ideológica contra os que se opunham à ditadura Vargas. Muitos elementos contribuíram para que o restante do país aceitasse tal acusação. Um dos mais eficazes foi a propaganda maciça nos jornais e emissoras de rádio. A censura imposta pelo governo militar de Vargas jamais deixou passar a informação de que o Estado de Mato Grosso também lutava ao lado de São Paulo e nem qualquer notícia sobre as várias rebeliões antiditatoriais que pipocaram em mais oito Estados brasileiros. (DE PAULA, s/d)¹⁷

A imagem separatista do movimento não surgiu de acusações inférteis. Mais uma vez, elas encontravam alguma correspondência no PRP. Confirmou-se que realmente havia um pequeno grupo radical do partido que defendia essa ideia, inspirado cegamente pelo desejo de autonomia econômica do estado (PONTES, 2004). O radicalismo separatista, apesar de restrito a uma minoria, incendiou as propagandas anticonstitucionalistas. Paulo Duarte nega que o movimento tenha sido separatista e desmerece qualquer conquista de espaços e de aliados que os governistas tenham obtido, expondo que nada significavam, pois foi conseguida à base de mentiras. Para o autor, o separatismo é isso: uma farsa governista.

A existência de nortista e gente do sul, recrutados pelo inimigo, nada significava à vista da maneira por que êsse (sic) recrutamento se fazia, à custa de notícias falsas sobre São Paulo.

Explorava-se o separatismo que nunca existiu do nosso lado, para arrastar o norte contra o sul. Dizia-se que os nossos intuitos eram bolchevistas, chegou-se a propalar uma revolta de estrangeiros [...]. Apoiado o inimigo em bases tão frágeis a nossa vitória era uma questão de tempo. O segredo (sic) da guerra estava em resistir o mais possível. (DUARTE, 1947, p. 244)

Contudo, a exacerbação do sentimento de paulistanidade não é restrita à minoria perrepista, o que fortalecia as bases nas quais o inimigo se apoiava. Nas obras de Paulo Duarte, a menção ao movimento como uma causa paulista recebeu mais destaque do que a própria divulgação do que foram os ideais constitucionalistas. É fácil imaginar como os adversários reverteram a questão em seu benefício, interpretando-a de forma a torná-la base das acusações de separatismo.

No clímax da narrativa sobre guerra civil, quando começavam as inquietações com as sucessivas derrotas, o autor chegou a admitir um possível rompimento com o Brasil. E, então, perceberam-se os tênues limites entre o que significava defender São Paulo e defender o Brasil.

¹⁷ Jeziel de Paula em entrevista concedida a Jotabê Medeiros, "Fotografia foi usada para enfatizar mito separatista", publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, s/d. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Troy/9288/textos1.html>>.

Se São Paulo ganhar essa partida (como pensei nitidamente nisso!) eu serei brasileiro para ajudar São Paulo a tornar o Brasil brasileiro. Para lancetar-lhe este quisto do regionalismo pesteadado robustecido pelos negróides da politicalha profissional. Intriga com a qual sustentou a desunião de um povo ingênuo, a fim de melhor aproveitar-se da seiva boa em benefício dos corrilhos.

Se São Paulo perder (nitidamente começava a pensar também...) então eu serei paulista, só paulista e combaterei contra o Brasil por São Paulo. (DUARTE, 1974, p. 302-303)

Os interesses paulistas e nacionais foram muitas vezes entrecruzados. São Paulo representava-se como o cerne da história e do progresso nacional, o conquistador das riquezas, o propagador da civilidade, o grande pensador e empreendedor e o pioneiro que guiaria o Brasil. É assim que pode ser entendido o sentido de “ajudar São Paulo a tornar o Brasil brasileiro”, que lido fora do contexto do imaginário constitucionalista pareceria ambíguo e abstrato. Se houvesse como desassociar a parte do todo, pode-se dizer que nessa citação de Paulo Duarte a impressão é que o exercício da paulistanidade é colocado acima da brasilidade.

Os memorialistas e a historiografia não negam que havia interesses “contra-revolucionários” e “separatistas” entre os paulistas. A força dessas acusações foi tamanha que os historiadores empenharam-se durante anos para refutar que estes sejam os princípios primordiais do movimento de 1932. O que realmente merece ênfase são as dimensões da agregação popular em torno de sentimentos patrióticos e regionalistas de estímulo ao compromisso cívico, e também militar, em defesa de que o bem do Brasil perpassava pelo retorno do país à legalidade e ao respeito pela democracia.

Que as elites de São Paulo queriam de volta o poder que haviam tido por mais de trinta anos, parece claro. Mas a profunda e entusiasmada participação popular aponta para outras motivações. O povo não foi às ruas e os jovens não foram à luta simplesmente para defender os interesses da oligarquia. Também não tinham como objetivo central o separatismo, embora isso estivesse na mente de muitas lideranças. Havia alguma coisa a mais que mobilizava as massas e empolgava os jovens: a ideia de uma democracia moderna e urbana, sem tiranos, com respeito às leis e repúdio aos golpes políticos ou militares como solução para os conflitos sociais. (FEIJÓ; GERTEL, 1998, p. 45)

A população demonstrava o descontentamento com o histórico de golpes e governos que efetivavam o poder para além do direito e não visavam o bem da maioria dos que lhes estavam submetidos, mas apenas nas vantagens particulares do pequeno círculo que os

exerceram. Segundo Ângela de Castro Gomes (2005), até 1930 o governo do Brasil não era para o povo, mas para seus representantes. A população operária estava dividida entre sindicatos, associações, partidos e movimentos, sendo sua participação restrita à representação de seus líderes, que apresentavam a diversidade de propostas marcadas pela esperança de conquista de um espaço de expressão política efetiva. Dessa forma, no final da Primeira República, já existia a figura do trabalhador brasileiro, mas não existia um cidadão-trabalhador¹⁸.

Contudo, novas propostas surgiram no universo de instabilidade política da época e apontavam para a diluição de uma ordem senhorial, lançando ao país um processo de construção de novas relações sociais. Divulgava-se a convicção de que a única forma de restaurar a ordem e a segurança era arrancar o país das mãos dos tiranos ou ditadores e entregá-lo ao povo por meio da democracia e da legalidade, o que estava presente também entre os militares.

Entre esses, ainda havia a preocupação a respeito da desestruturação dentro das forças armadas, que representava um risco para a segurança nacional à medida que os militares desvirtuavam-se de suas funções essenciais e lidavam com assuntos políticos. Estes estavam mais preocupados em alcançarem altos cargos, colocando os interesses privados acima do compromisso de servir à sociedade. A ascensão do tenentismo implicou na quebra da hierarquia nas forças armadas e a inclinação do governo ao autoritarismo. A manutenção da ordem dependia da reorganização da disciplina militar e, logo, da sociedade em geral.

Euclides Figueiredo, Palimércio de Rezende e Bertoldo Klinger têm em comum mais do que o fato de terem sido comandantes da guerra civil constitucionalista. Todos eles, quando alferes, aperfeiçoaram-se na Alemanha e foram conhecidos na volta ao Brasil como os “jovens turcos”. Estes acreditavam que, em relação às questões políticas internas, o exército deveria manifestar-se como “o grande mudo”. Sua função era proteger a soberania do país dos ataques internos ou evitar qualquer insurreição e ameaça à ordem. Quanto ao envolvimento com a política, na campanha de Rui Barbosa em oposição ao Marechal Hermes da Fonseca, manifestaram-se como “civistas”.

Compreende-se que para a defesa de um governo legal, legalmente constituído e obediente às leis, devam os militares afastar-se das contentas, para garantirem, por sua conduta, o pleno exercício da autoridade civil; mas

¹⁸ Segundo a autora, nos anos de 1930-1949 é interessante observar o avanço na “governabilidade” que se voltou especificamente para a montagem do cidadão-trabalhador. Mais do que falar ao público, era necessário haver identificação entre o ouvinte e a classe trabalhadora. Por isso, o “trabalhismo” brasileiro manteve tantos laços com as iniciativas governamentais no campo das políticas sociais.

não se tire daí a ilação de que as forças (sic) armadas devem ser instrumento inconscientes nas mãos dos maus governos que, sem amparo da lei, não podem corresponder aos anseios da Nação. (FIGUEIREDO, 1977, p. 66)

Euclides Figueiredo justificou o envolvimento de militares no movimento constitucionalista, considerando que o Exército não poderia ser conivente com os trâmites do Governo Provisório sem se inquietar com sua ilegalidade. O Exército deveria estar a serviço da Nação e atuaria em defesa de um governo legal, garantindo o pleno exercício das funções reservadas aos civis, mas não poderia ser devoto às usurpações que percorriam o Governo Vargas. Sendo assim, para o coronel Figueiredo: “A colaboração do Exército visa particularmente também afastá-lo da política e fazê-lo de volta aos quartéis” (PEREIRA, 1982, p. 430)

Paulo Duarte também discutiu a posição dos militares. O autor se identificou com as reivindicações dos tenentes em 1922 e 1924 em defesa dos princípios liberais ultrajados pelos governos oligárquicos. Entretanto, desaprovou a presença dos militares em cargos públicos para os quais não estavam capacitados, assim apelavam para o autoritarismo como recurso único para permanecerem no poder.

Durante a guerra, Paulo Duarte enviou cartas ao comandante da Divisão em que reclamava a presença de autoridades militares na frente da batalha, sendo as únicas exceções o coronel Palimércio e o major Oswaldo. As cartas foram respondidas pelo major em uma conversa com o autor, na qual se confirmou que há entre eles um ponto de vista comum:

Não só concordou, mas ainda declarou se os negócios da guerra pertenciam aos militares, os da política pertenciam aos civis. Na política, os militares só podiam entrar, como os civis tinham entrado na guerra; por necessidade e para fortalecer a campanha [...]. Os militares na política precisavam deixar de ser militares. Por causa da confusão militar é que nos achávamos lutando. (DUARTE, 1947, p. 208)

Para o coronel Euclides, as estratégias políticas do período deixaram livre o acesso dos tenentes aos cargos públicos que, perseguindo ambições pessoais, abandonaram o povo ao alento, sem garantias, causando uma esfera de confusão e desordem.

[...] deixando o campo inteiramente livre ao “tenentismo”. Alvorçam-se, então, as ambições políticas dos militares revolucionários [...]. A confusão e a desordem eram levadas por toda a parte; o sobressalto e a ruína assolavam o Estado inteiro. A economia paulista, a despeito de sua pujança, não resistiria, por muito tempo, aos desatinos revolucionários [...] O Estado dividido em satrapias, a cuja frente foram colocados capitães e tenentes do

Exército, que abandonavam as suas funções na tropa, já não prestava garantia a ninguém que não fosse um “autêntico revolucionário”. (FIGUEIREDO, 1977, p. 21)

A crítica do coronel aos revéis tenentes demonstrava sua preocupação com os riscos de abandono que relegavam à população, ao autenticar uma “revolução” cujo alcance positivo era restrito a alguns colaboradores. Os primeiros anos da década de 1930 corresponderam a momentos “revolucionários” se correlacionados a períodos de latência de divergências, insatisfação e perspectivas de mudança que não puderam mais ser controladas. Acima dessas transformações, o que torna mais evidente no período são as cisões no interior do grupo revolucionário.

O antagonismo entre os discursos e as práticas políticas que eram alvos de ataques recíprocos entre governistas e constitucionalistas só poderia ser resolvido através de uma vitória hegemônica dos interesses em conflito, levando a subordinação do vencido às outras decisões possíveis.

1.4 O Constitucionalismo como ideal

Além da declarada oposição ao Governo Provisório, que afastou do poder o PRP e decepcionou o PD, os paulistas almejavam os espaços legislativos, depositando a esperança na proclamação de uma nova Constituição que consagrasse os preceitos liberais. Contudo, o Governo prorrogou a data das eleições e das atividades da Assembleia Constituinte. A prorrogação da Constituinte demonstrava a face ditatorial e os interesses de continuidade do Governo Provisório. Diante das restrições do Governo, os paulistas levantaram-se em defesa “da Liberdade, do Direito e da Lei” (CAPELATO, 1989).

Inicialmente, o movimento contra o Governo Provisório tinha como lema “Campanha pela Autonomia e Constitucionalização”. A reconstitucionalização do país e a restituição da autonomia dos estados eram as causas que envolveram os paulistas, pois relacionavam-se diretamente a suas esperanças e seus destinos. Lutava-se pela liberdade de São Paulo, acreditando que o estado fora invadido pela ditadura. É neste sentido que Paulo Duarte (1947, p.161) afirma que “todo São Paulo estava entranhado nesta causa, pois além da questão constitucional aparecia também à frente a defesa do território paulista, onde se está fazendo a guerra”. Os paulistas, desagradados com a política dos interventores, consideravam que o estado estava sendo assaltado pelo “invasor forasteiro” (p. 164).

Na fase militar, o movimento foi intitulado de “Revolução Constitucionalista”. Aparentemente, as ambições foram reduzidas. No entanto, o que aconteceu foi a representação da Constituição como a “panacéia de todos os males” (BORGES, 2002, p. 9)¹⁹. Os paulistas esperavam que a Assembleia Constituinte consagrasse os princípios liberais e garantisse a autonomia do estado, tanto em aspectos políticos como econômicos.

Os jornais publicavam também mensagens de políticos e associações de classes (como Ordem dos Advogados, Sociedade de Medicina, Instituto de Engenharia) que pediam a volta ao regime constitucional. O compromisso destas associações provocava mais do que ações individuais e isoladas, pois favoreceram uma concentração imediata e representativa.

Os diversos setores políticos e sociais anuíram em congregar seus esforços pela reivindicação da constitucionalização do país, que se transformou na principal motivação da luta contra Vargas. Em torno dessa forte bandeira, mobilizava-se a população e justificava-se que, embora a luta estivesse sendo empreitada por São Paulo, tinha como ideal o bem nacional.

Os paulistas alegavam que sem a lei sagrada o país não era livre e nada que a ditadura já tivera feito ou viesse a fazer indenizaria a perda da liberdade. A falta das garantias constitucionais era vista como empecilho também para resolver as dificuldades econômicas e financeiras que assolavam o país, os governos e os cidadãos. A nova Constituição, aos moldes democráticos e liberais, limitaria os avanços da ditadura Varguista, garantiria a segurança do patrimônio e representaria a salvação do país.

Os democratas lembravam que a revolução de 1930 só se tornou vitoriosa devido a sua orientação liberal. Contudo, o Governo Provisório não atendeu à vontade que o povo já manifestava. A conduta da ditadura era o oposto do que havia pregado na campanha liberal, por isso, não bastou que Getúlio Vargas marcasse a data das eleições da Assembleia Constituinte (que seria realizada ainda com delonga). O Governo desagradava os paulistas e despertava desconfiança de que palavra dada seria descumprida. A insatisfação popular era alimentada pela crescente propaganda contra o governo. Os constitucionalistas apegaram-se à necessidade imediata de ordenação constitucional, temendo o risco iminente da desmobilização, decorrente dos prazos impostos pelo governo.

Iniciada a luta, Arthur Bernardes publicou em *O Estado de São Paulo*: “Convencido estou de que [...] a falta de Constituição tem sido e será o mais importante fator de agravação

¹⁹ Informação fornecida por Vavy Pacheco Borges em palestra proferida no Arquivo Histórico do Departamento de Música do Estado de São Paulo – CMU - USP, no dia 04/07/2002, durante a Exposição “Testemunhos de 32”, transcrito por Rogério Luís Giampietro Bonfá, disponível em: <http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/docs/pdf/testemunha_32.pdf?PHPSESSID=4e62646a99dd6678b8b931830bae61df> Acesso em: setembro de 2008.

da crise e da sua longa duração. Vivêssemos já sob o regime constitucional e não estaríamos assistindo o espetáculo da guerra civil” (PEREIRA, 1982, p. 478).

1.5 A pátria bandeirante: entre o passado e o presente

Tratar da identidade constitucionalista é identificar um “ser paulista” que se refere não apenas ao paulista de nascimento, mas todos que congregariam de um “espírito paulista”. A guerra civil ficou na história como uma questão paulista e o isolamento a que o estado foi subjugado durante o conflito exacerbou ainda mais as percepções nesse sentido. Para que o movimento ganhasse expressividade e agregasse o maior número possível de militantes e simpatizantes, tornou-se estratégico o uso de propagandas que divulgavam a autoimagem do grupo constitucionalista vinculada à exaltação e reafirmação da identidade deste “ser paulista”, entrecruzava-se, assim, as duas identidades. O velho bandeirante construtor da nacionalidade teria agora que defendê-la, empunhando a constituição como arma. Os historiadores, sobretudo da revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP), como Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr., atribuíram aos paulistas o papel de construtores da nacionalidade. Aos intelectuais e, sobretudo, à imprensa coube o papel de exaltar a superioridade desse povo diante do novo desafio, a luta pelo retorno da norma constitucional.

Segundo Peter Burke (2000), cada sociedade, assim como os indivíduos, seleciona os acontecimentos e valores a serem retidos na memória e depois determina também a maneira com que devem ser lembrados. Essa observação se aplica à experiência paulista, pois a construção da identidade do movimento de 1932 perpassou pela adaptação dos valores e da história paulista aos princípios constitucionalistas. Nesse sentido, os feitos e as personagens do passado são lembrados e outras vezes também ressignificados no trabalho de construção de uma imagem do Estado de São Paulo personificado como sujeito coletivo, civilizador e promotor do progresso nacional. Busca-se também promover a coesão de diversos grupos sociais e étnicos, resgatando a importância destes nos cenários das mudanças regionais, formando uma aparente homogeneidade firmada na identidade uma do “ser paulista”.

Danilo Zioni Ferretti e Maria Helena Capelato (1999) afirmam que, desde o final do século XVIII, a elite paulista esforçava-se por formar a identidade de São Paulo como a vanguarda da nacionalidade. Segundo os autores, a partir de 1870, a elite cafeeira, marcada pela orientação republicana e liberal descentralizadora, empenhou-se em representar

o paulista como um povo singular que tinha como principal característica o empreendedorismo, visto o desenvolvimento e a consolidação do café no oeste da província.

Segundo este discurso, os "brasileiros" seriam caracterizados pela submissão e dependência frente ao governo, pela falta de iniciativa, indolência e preguiça. Já os paulistas seriam marcados pelo desenvolvido "espírito empreendedor", pela iniciativa, tenacidade, energia e independência perante o governo. Disso concluía-se que o paulista era uma "exceção" no conjunto do império e o rápido crescimento da província e sua participação no movimento republicano, devido única e exclusivamente ao espírito empreendedor de seus filhos, comprovaria tal fato. (FERRETI e CAPELATO, 1999, p. 5)

Ferreti e Capelato demonstraram que tais grupos paulistas buscavam representar a superioridade do estado no conjunto do Brasil, além de marcarem com clareza a excepcionalidade de São Paulo, aproximando-se do norte americano. O auge das discussões foi dos anos 1920 e início dos anos de 1930, quando a temática passou a ser discutida nos diversos veículos de comunicação. Nesse contexto, o levante de 1932 marcou mais um surto de paulistanismo.

Segundo Maria Helena Capelato (1989), o jornalista paulista Amadeu Amaral referiu-se ao "imperialismo benéfico de São Paulo", que justificava o papel de liderança que esse estado deveria assumir na grandiosa obra de transformação do Brasil em uma potência. A definição do Estado de São Paulo como a "locomotiva que puxa os vagões vazios" é ressaltada em vários estudos econômicos e sobre a dinâmica industrial.

Para continuar sendo a "locomotiva" do Brasil e, naquele momento, defender o país da ditadura varguista, os paulistas tinham consciência de que o estado necessitava de "trilhos" fortes. Durante os primeiros anos da década de 1930, os paulistas tentaram agregar os outros estados à campanha constitucionalista. Contudo, o apoio conseguido nessas regiões não foi oficial, restringindo-se a alguns líderes isolados em Minas, no Rio Grande do Sul e no Mato-Grosso. A falta de apoio, especificamente de Minas Gerais, ressentiu os paulistas, pois, até então, a integração entre os dois estados era estendida do campo econômico ao político. Minas e São Paulo eram os "dois irmãos" da política Café com Leite; foram aliados na Aliança Liberal, que incluiu o Partido Republicano Mineiro e o Partido Democrático. O estado de Minas Gerais era o vizinho com que os paulistas esperaram contar até o último instante em 1932. Contudo, o passado de integração ficou para trás, pois o momento colocava antigos aliados em lados contrários. Paulo Duarte (1947, p. 302) comenta com pesar a separação dos antigos companheiros de luta: "O mineiro, este era da família. Vizinho amável,

um pouco agarrado, mas companheiro firme de todas as agruras. Entretanto, hoje nos mostrava as coisas diferentemente”.

A situação de isolamento exacerbou ainda mais o sentimento regionalismo que existia em São Paulo. A população do estado revestiu-se de uma espécie de “patriotismo regionalista”, que se caracterizava pela divulgação de que o bem do Brasil passa pelo bem de São Paulo. Naquele momento, os paulistas colocaram-se à disposição para guerrilha ofertando esforços, bens, trabalho, família e a própria vida em defesa da Pátria.

Os paulistas viam nos dados econômicos e na compreensão de sua própria história o *status* que legitimava a sua liderança nacional e justificava o apoio ao movimento constitucionalista solicitado aos outros estados. Para reforçar ainda mais a própria representação, os paulistas foram envolvidos nos discursos nostálgicos de valorização das glórias do passado. A imagem do paulista vinculada ao empreendedorismo e à liberdade aparece na obra de Paulo Duarte relacionada à luta constitucionalista pela democracia, tendo como símbolo os bandeirantes e ex-escravos do Quilombo dos Palmares.

A imagem dos ancestrais bandeirantes é retomada numa visão romântica de heróis paulistas. Considerava-se que São Paulo gozava as honras do estado mais rico do país graças à tenacidade daqueles que o construíram, ou seja, dos desbravadores do território nacional que enfrentaram os perigos das matas e foram recompensados pela descoberta das riquezas.

A febre épica de valorização do bandeirante tinha finalidade comparada a de um mito de origem, que celebra os feitos do passado e justifica as ações do presente. A valorização da figura do bandeirante como herói descobridor do país daria ensejo à superposição de uma parte sobre o todo, ou seja, de São Paulo sobre o Brasil.

Os feitos paulistas ganharam realce na reflexão sobre a história do Brasil. Grande parte da riqueza nacional tinha origem no estado. Não só o sucesso das expedições bandeirantes, mas também o empreendedorismo dos cafeicultores paulistas possibilitaram que o desenvolvimento de São Paulo se diferenciasse da economia mineira e fluminense. A região tornou-se a mais avançada do país e sua imagem estava diretamente ligada a ideia de progresso nacional, pois a economia paulista se tornou o centro dinâmico da economia brasileira, sendo responsável por uma impulsão do crescimento econômico das outras regiões.

Assumiu-se o bandeirante como símbolo dos paulistas na revolução de 1932, sendo este um momento de encantamento cívico, organizado em torno da simbologia regional. Esse espírito de patriotismo paulista é chamado por Holien Bezerra (1988) de “mito da paulistanidade”²⁰, cujas características são o apelo emocional aos bandeirantes e o discurso

²⁰ O período de 1930-32 é propício ao desenvolvimento da ideologia da “paulistanidade”. O termo surge na obra

homogeneizador com ênfase na unidade e na harmonia da população do estado.

As características citadas por Bezerra podem ser identificadas na narrativa de Paulo Duarte (1947, p. 14) sobre o *front*: “Não via o espaço, via o tempo. Via diante a guerra vencedora. Via o paulista atravessando mais uma vez, na nova bandeira, as serras em que agora se batia. Via-o entrando pelo Brasil a dentro para, de novo, dar o Brasil ao Brasil”. Percebe-se nas palavras do autor a generalização em torno de “o paulista”, como se toda a população estivesse envolvida na guerra civil e como se o espírito bandeirante pudesse se conservar no tempo. Os cartazes do movimento com figuras de bandeirantes ilustraram a citação de Paulo Duarte, quando o autor falou em “Dar o Brasil ao Brasil”.



Cartaz da Revolução Constitucionalista, 1932.
São Paulo (SP). (CPDOC/ CDA Roberto Costa)²¹

A imagem anexada refere-se a um dos cartazes da campanha, amplamente divulgado nos livros e na internet quando o assunto é a revolução constitucionalista. Na ilustração aparece o desenho de um grande bandeirante carregando um pequeno Getúlio como uma presa; atrás aparece o soldado constitucionalista segurando a bandeira do estado e, em sua extensão, os dizeres “Contra a dictadura”, o que demonstra o claro desejo de se estigmatizar a

do historiador Alfredo Ellis Júnior, *A nossa Guerra*, e é usado para adjetivar o espírito que toma conta dos paulistas nesse período e que institui uma série de valores e características consideradas próprias da condição desses (CERRI, 1998).

²¹ Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_pop_cons5.htm

imagem do governo Vargas. O desbravador e o soldado paulista enfrentavam o invasor Getúlio Vargas para livrar São Paulo e o país daquele que usurpou os princípios revolucionários de 1930. A identificação de São Paulo como construtor do Brasil tornou tênues os limites de compreensão entre “dar o Brasil ao Brasil” e devolver São Paulo aos paulistas (dar São Paulo a São Paulo).

Os interesses paulistas eram expostos como nacionais. É o que podemos perceber não apenas nos cartazes da campanha, mas nas mensagens dirigidas aos líderes políticos de outros estados. Estes ocupavam as páginas dos jornais paulistas, incitando a todos da responsabilidade de fazer parte da luta que visava a continuidade do país perante as ameaças à ordem e ao desenvolvimento dos estados pela ditadura, o que significaria o “aniquilamento” destes. É o que se constata na mensagem de Pedro de Toledo, Isidoro Dias Lopes, Francisco Morato, Bertholdo Klinger e Pádua Sales a Olegário Maciel, no início da luta, quando já conseguiram o apoio de mato-grossenses:

São Paulo, numa unanimidade assombrosa de todas as forças civis e militares [...] levantou-se resoluto e armado para impor aos dirigentes da Nação as ideias que formam o fundo das tradições da grandeza e das esperanças dos brasileiros, levantou-se para forçar o retorno do País no mais breve prazo possível à normalidade constitucional, à tranquilidade dos espíritos, de seus compatriotas e ao triunfo na próxima Constituinte dos princípios liberais, que são o apanágio da nossa cultura, o penhor de nossa hegemonia [...].a segurança de nossa finalidade, o orgulho de nosso povo e a relevância de nosso papel no seio das nações que prosperam à sombra do cristianismo e das leis que regem perpetuamente os destinos da Humanidade, expressões nas quatro ideias fundamentais de Deus, Pátria, de Família e de Prosperidade.

Conjugados nossos irmãos de Mato Grosso, já estamos no campo da luta. Não ignora v. exa. que a ditadura, subjugada nas malhas de uma política nefasta e mesquinha, tem demonstrado não poder corresponder ao pensamento e desejos do País; o trabalho da reconstituição nacional não será possível sem mudança radical dos rumos até hoje trihados.

A luta está travada. Havemos de vencer, venceremos custe o que custar, pois a derrota seria o aniquilamento de São Paulo, de Minas, do Brasil e da nossa própria nacionalidade. (PEREIRA, 1982, p. 454)

Apreende-se no texto o desejo de unidade que São Paulo dirigia a Minas e Mato Grosso. A possibilidade da derrota representaria o aniquilamento de São Paulo e, por extensão, de toda nacionalidade. O uso da sinédoque sinaliza a inversão da parte pelo todo, reforçando o sentido de superioridade do paulista.

Nota-se que os princípios do liberalismo são reafirmados, estando seus pilares estruturados nas quatro ideias fundamentais: “Deus, Pátria, Família e Prosperidade”. Os

valores tradicionais são adaptados às necessidades emergentes, servindo como elementos de apelo ideológico à sociedade como um todo. A correspondente identificação dos paulistas à causa passou pela consolidada interiorização desses valores. Ao assumi-los, o paulista se aproxima do grupo que diz defendê-los e, dessa forma, o interesse particular das elites encontra maneiras populares de se manifestar.

As estratégias de mobilização popular que tiveram, sobretudo na imprensa, o principal veículo de atuação, foram eficazes dentro do estado, pois conseguiram deslumbrar a maioria da população. Orgulhosamente, a própria imprensa cuidou de anunciar a mudança da natureza do movimento constitucionalista, que era acusado de elitista e adquiriu depois um nítido caráter popular. É o que se nota no artigo de 1932, publicado em *O Estado de São Paulo*.

Admitimos, para argumentar, que o movimento de São Paulo tivesse sido planejado por políticos desejosos de reconquistar o poder. Ainda assim não se poderia dizer que esse movimento é partidário. E não se poderia dizer por que, fosse qual fosse a sua origem, ele tomou tal caráter popular, ganhou proporções tais, avolumou-se de tal maneira que se transfigurou. Se algum dia foi político, nada tem de político. Se nas suas fontes remotas algum fermento partidário conteve, agora, neste momento, nenhum conserva. Hoje, é um momento do povo inteiro que nenhum político será capaz de dirigir e a que todos os políticos são forçados a obedecer [...].

Não haverá, por isso, perdão para quem quer que, sob este ou aquele pretexto, se deixe ficar à margem da corrente e não ponha a totalidade das suas energias ao serviço da causa que São Paulo defende. A indiferença será, nesta hora, um começo de traição. O fato é esse: São Paulo está em armas. Quando a terra da gente se bate, a todos seus filhos corre o dever de auxiliá-la combatendo sem desfalecimento ao lado dela, e com ela vencendo ou perecendo sem indagar, sequer, se ela tem razão.

A espontaneidade com que os batalhões se formam e os serviços de guerra se organizam não permite a mínima dúvida sobre o caráter coletivo do movimento [...].

A grandiosidade da colaboração do povo para a obra da guerra faz-nos crer que nenhum paulista se encontra transviado dos seus deveres. Paulistas de verdade, paulistas de sangue ou de sentimento, não haverá e não há ao serviço da ditadura. (PEREIRA, 1982, p. 475)

A propaganda constitucionalista conclamava a todos a pegarem em armas na defesa de São Paulo e do Brasil. Verifica-se a expressividade das mensagens na quantidade de voluntários que se alistaram sem nenhuma convocação oficial e participaram da luta tanto nas trincheiras, quanto na retaguarda. O serviço de recrutamento se iniciou apenas quando a ruptura com o governo provisório foi anunciada. E o voluntariado, em grande massa, principiou afluír nos postos especialmente organizados. Em 72 horas, 10 mil voluntários se alistaram. Somaram-se ainda as mulheres, os engenheiros e os operários, que se

responsabilizaram pela construção dos materiais necessários, além de médicos, enfermeiros, do clero, dos jornalistas e muitos outros.

A força do movimento era exatamente o grande entusiasmo que tomou conta do paulista. A imagem que prevalece na propaganda constitucionalista é a de um movimento consensual e arrebatador, em que as diferenças são desconsideradas. A mesma percepção consta em muitas das narrativas sobre o movimento de 1932.

Ao ler os relatos memorialistas, tem-se a impressão que São Paulo inteiro correu para o alistamento, como se nota na descrição do repórter Armando Brussolo (1932, p. 25): “Velhos, moços e crianças pareciam tomados de uma alma nova e se apresentavam para receber as instruções (sic) necessárias. E todos só tinham um anseio: seguir com destino a linha de frente e combates as tropas dictatoriaes (sic) que eram enviadas ao encontro das que defendiam o ideal constitucionalista”.

O sentimento que a narrativa provoca no leitor é de comoção e deslumbramento diante dessa aparente homogeneidade paulista quando se pontua a presença de estudantes, de profissionais de diversas categorias e de intelectuais. Referia-se também à empolgação das mulheres, aos batalhões de etnia negra e indígena, aos batalhões representativos de crianças.

De fato, homens e mulheres de diferentes idades e posições sócio-econômicas estiveram envolvidos na guerra constitucionalista. No entanto, o mito que envolve o movimento apenas ocultou a existência de conflitos e desigualdades no seio do movimento constitucionalista.

Os voluntários foram atraídos pela forte propaganda constitucionalista. Os revolucionários de 1932 buscavam atestar que as notícias e propagandas do movimento estavam de acordo com as aspirações reais da população ciente das grandezas de São Paulo. Apresenta-se como um mito homogeneizador de paulistanidade e prosperidade para todos, não aludindo aos aspectos estruturais da crise (BEZERRA, 1988).

Os paulistas resgataram aspectos da história que estavam ocultados ou depreciado, como, por exemplo, o mito bandeirante que passou a divulgar a imagem de que o legado de glórias dos desbravadores não é apenas exclusividade das famílias tradicionais. Assim, percebe-se a transformação do mito, que abandona a centralidade dos descendentes de Fernão Dias para se tornar uma virtude de “todo” paulista, pois participaram das bandeiras também os homens simples e rudes que desbravaram o sertão. A presença de homens de diferentes posições sociais tornou possível generalizar a figura do bandeirante a todo paulista. Contudo, apenas os descendentes dos ilustres chefes de expedições recebiam as honras e heranças materiais garantidas pela importância do nome da família.

Nos relatos de Paulo Duarte, há o prosseguimento da exaltação do mito bandeirante, contudo, o texto também fornece pistas de que a propensa unidade dos discursos constitucionalistas não implicava na formação de um corpo homogêneo, pois a guerra não desfez as diferenças sociais entre os paulistas. A narrativa do sobrevivente do campo de batalha constata a presença de distinções decorrentes da posição social e do prestígio dos combatentes longe do *front*. O que se percebe é uma visão restrita da ideia de povo e de cidadão e um racismo mal disfarçado na “suspensão” dos preconceitos.

São Paulo, no século XX, levou mais adiante que qualquer outro estado o ideal de branqueamento em detrimento da mestiçagem, da democracia racial e do sincretismo – ideais divulgados por literatos nordestinos como José Lins do Rego e Raquel de Azevedo. Para os paulistas, o branqueamento natural aconteceria por meio da dizimação dos negros pelas pestes urbanas (tuberculose, alcoolismo, sífilis), ou pela substituição da mão de obra negra pela branca livre dos imigrantes, intensificando-se as correntes imigratórias brancas (GUIMARÃES, 1999).

Entretanto, em 1932, os “homens de cor”, conforme eram designados os negros pela elite paulista, foram chamados a contribuir com a guerra constitucionalista. No campo de batalha, foram divididos entre as frentes e formou-se um batalhão, especificamente por negros: a “Legião Negra”.

A presença dos negros em meio a um movimento que cultuava a origem bandeirante exigiu um processo de adaptação das representações do passado aos interesses do conflito bélico. Nesse sentido analisamos o manifesto publicado à população negra por Joaquim Guaraná de Sant’Ana, o principal idealizador da Legião Negra que foi também comandante civil no movimento constitucionalista:

Descendentes da Raça Negra do Brasil

Estamos vivendo a hora mais decisiva da nossa História. Nós, os construtores da grandeza econômica da nossa pátria, que, como nosso sangue a temos redimido de todas as opressões e com o leite da Mãe Negra, que a todos nós embalou e ensinou com suas lendas e canções, o grande amor ao Brasil, somos neste momento um dos maiores soldados desta cruzada pelo dever que temos de defender o imenso patrimônio que durante três séculos e meio acumulamos.

A dedicação e espontaneidade com que viemos cerrar fileiras pela defesa da Constituição é prova indiscutível de que os descendentes da Raça Negra, bravos com Henrique Dias, intemeratos como Patrocínio e sábios como os Rebouças, saberão, coerentes com o passado, não desmentir os seus feitos na conquista da vitória pela qual nos batemos: o Regime da Lei – a Constituição.

Vinde, sem demora, onde já se acham acantonados centenas dos nossos

irmãos negros, formar com eles batalhões – a Legião Negra. (GOMES, 2005, p. 71-72)

O texto transcrito, semelhante a outros relacionados à Legião Negra, ressalta os grandes nomes da história de negros no Brasil, que marcaram sua trajetória pela luta contra a opressão. Os textos são envoltos em uma mística segundo a qual a epopeia de Henrique Dias (líder negro que se aliou aos brancos para expulsar os holandeses que “invadiram” o nordeste brasileiro em meados do século XVII) e a defesa pela liberdade – continuando o exemplo dos líderes abolicionistas como André Rebouças e José Patrocínio – seriam grandezas revividas na luta contra Getúlio Vargas²².

Durante o movimento, a coragem e a garra dos negros foram aclamadas como elementos que marcaram a trajetória destes no Brasil. Em homenagem aos legionários, estes eram chamados de “Pérolas Negras” - reafirmando a participação dos negros na construção do país - não apenas como trabalhadores e escravos, mas ressaltando que essa população entregou o seu melhor (suor, sangue e leite materno)²³.

Os manifestos dirigidos aos negros em defesa do movimento constitucionalista expunham as ideias de nacionalismo, integração e diferenças sociais. Segundo Ronaldo Sales Junior (2006, p. 171), no documento transcrito acima, nota-se que a “afirmação de pertencimento e de integração evoca simultaneamente o desejo de reconhecimento e a explicitação da desigualdade histórica”. Durante a guerra civil, a “união” em defesa do “patrimônio” perpassava pelo elemento que agregou brancos e negros: a luta pela liberdade.

Durante o movimento constitucionalista, os paulistas invocaram estrategicamente vários personagens e acontecimentos, de forma que o particular (ou restrito a um determinado grupo) e o coletivo se entrecruzavam em uma dinâmica complexa e, por vezes, paradoxal, em que a heterogeneidade da sociedade era dissimulada em uma aparente homogeneidade. Mesmo em narrativas dispersas, aclamavam-se, ao mesmo tempo, diversos símbolos nacionais, pois estes elementos forneciam a base de identificação dos mais diversos e distantes grupos sociais. O forte apelo emocional centrado (além da constitucionalização), na liberdade e na nacionalidade era comum (por exemplo) nos discursos que relacionavam a imagem elitista representada no quadro de Pedro Américo aos paulistas (que continuariam a proclamar o grito pela independência). E, ainda, enfatizava a continuidade da resistência negra, tendo como marco histórico o fato de serem eles os descendentes dos quilombolas.

²² Ver Petrônio José Domingues, *Os “Pérolas Negras”*: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. Salvador, 2003.

²³ Cf. Ronaldo Sales Júnior, 2006.

O movimento de 1932 convergiu a “raça negra” à luta pela liberdade, revestindo de significado o lugar do negro no conflito cívico. O marco histórico fundamental foi a narrativa do quilombo dos Palmares que, no século XVI–XVII, constituiu, em pouco tempo, o mais importante refúgio pela liberdade de escravos fugitivos na América. Relido à luz das experiências históricas do Império Português no Brasil, Palmares representou um modelo alternativo de organização da sociedade que desafiou os poderes coloniais e suas formas de domínio, baseando-se no trabalho livre e na sociedade comunal da terra.

Os verdadeiros Palmares viveram há trezentos anos. Primeiro eram cerca de quarenta negros escravos. Refugiaram-se no sertão. Querendo ser homens livres, ali se fortificaram. Desciam a serra, a princípio, em busca de comida e de mulheres. Arrasavam as plantações e as senzalas. Todos os escravos fugitivos eram bem recebidos e ali principiavam a viver como homens livres. A aglomeração foi crescendo. Delineou-se a organização coletiva. Escolheu-se um rei dentre os de mais ação e valentia. Foi-se esboçando uma religião primitiva, mista do cristianismo, bebida parcamente da catequização jesuítica mal assimilada, de grosseiras superstições, dos mitos africanos ou indígenas. Até leis escritas apareceram. Deixaram um dia de descer a serra para apossar-se das colheitas e das fêmeas, porque as colheitas e as mulheres iam surgindo em roças e gerações novas [...] O branco civilizado queria escravizar o negro bronco que sonhara ser livre. A nação dos Palmares foi arrazada (sic). Mas os Palmares não puderam ser escravizados, porque enquanto houve um guerreiro negro em pé, êste (sic) resistiu aos invasores. (DUARTE, 1947, p.199).

A luta pela liberdade e a resistência negra são lembradas por Paulo Duarte e indiretamente homenageadas no título de sua principal obra sobre o movimento constitucionalista, *Palmares pelo avesso*. Mesmo em outras obras, sempre que Paulo Duarte se refere ao livro explica que os “palmares eram escravos que lutavam para ser livres” (DUARTE, 1974, p.87). A saga dos mocambos do palmares é exaltada pela audácia de desafiar a sociedade e arriscar a vida na fuga quando eram ferozmente perseguidos pelos “capitães-do-mato”.

Paulo Duarte insurgiu à memória dos brasileiros este histórico de lutas pela liberdade. Nesse sentido, guerreiro e heroico, o negro é visto como parte dessa nacionalidade. Diante dos estudos apresentados sobre brancos e negros nas primeiras décadas do século XX, intui-se que, ao elaborar o título da obra, em 1933, o autor tenha representado no termo “palmares pelo avesso” um meio de coagir o “ilustre povo paulista”, a elite intelectual e as oligarquias, à necessidade de oposição à ditadura varguista. Quando o texto foi publicado, no fim do Estado Novo, momento em que Vargas permanecia com imenso prestígio após a vitória de Dutra, o avesso indica no título uma crítica ao presente: as elites paulistas abdicaram da luta pela

liberdade, adequando-se à tutela do Estado Nacional, transformando 1932 em um movimento derrotado e esquecido. Dessa forma, aqueles que se aproximavam de Vargas e de seu sistema político eram considerados “cativos”.

7 de setembro!

Completava àquele dia justamente cento e dez anos que a Pátria amada, como a chamavam todas as horríveis canções patrióticas, proclamara a liberdade.

Dos dois milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados de território livres os acontecimentos provavam que, depois de cento e dez anos de independência, apenas pequena parte tinha perdido a mentalidade de escravo... Nas nossas linhas, havia homens livres. Mesmo a disciplina de guerra não ia além da vontade de cada um combater. Era uma guerra de voluntários. O soldado que não quisesse lutar, podia retirar-se.

Do lado do inimigo, deviam ser escravos. E estes morriam defendendo o cativo.

Palmares pelo avesso...

[...] Ali estavam eles à nossa frente, morrendo, prontos a ver-se destruídos até o último para não se tornar homens livres. Entre ser livre e escravo, optaram pelo cativo...(DUARTE, 1947, p. 198-200)

O autor refere-se à trama dos “verdadeiros Palmares” fazendo uma analogia aos soldados paulistas - que se alistaram voluntariamente na guerra constitucionalista - sendo essa a “pequena parte que tinha perdido a mentalidade de escravo”. A ideia de integração voluntária à guerra civil é destacada pelo autor, que critica a ambiguidade do discurso dos aliados da “ditadura”. Estes apoiavam o governo em nome do amor à Pátria, mas sacrificavam a liberdade conquistada.

Apesar da relevante participação de negros, pardos e mulatos na guerra de 1932, as referências aos feitos destes segmentos populacionais são escassos, até mesmo na obra de Paulo Duarte. Há na literatura um “silêncio” sobre a participação dos negros no conflito armado de 1932, fruto do etnocentrismo que influenciou a produção acadêmica. O nosso autor não foge à regra. Seus comentários sobre a participação de negros no movimento constitucionalista, afora o título e as explicações relacionadas a ele, são bastante restritos. A descrição da fisionomia do soldado negro é ambígua:

Quase de manhã uma sede horrível me torturava. Embora molhado completamente, tinha a garganta ressequida pelos gases da pólvora.

- Ninguém tem água, aí?

- Aqui, tem um pouco, seu capitão.

Era um preto fantasticamente feio. Beiços inchados e feridos, dentes podres, gengivas escuras abertas num sorriso para me agradar. Eu testemunhara já a sua bravura e destemor. Mas tinha nojo da figura mulambenta que lembrava os morféticos de estrada.

Entretanto, coisa estranha, àquele instante senti um carinho profundo por essas feições que mais decomposta pareciam na meia luz do dilúculo fosco. No entanto, ainda pude deixar de um certo asco, apesar da necessidade que tinha de um pouco d'água.

Sempre sorrindo, êle (sic) mantinha o braço estendido com um cantil velho entre a mão suja de barro e queimada de pólvora.

Um momento, pareceu-me que parou o sorriso vendo, talvez, a minha rápida indecisão em pegar o cantil viscoso dos beijos daquela boca feia.

Agarrei-o rápido e emborquei, bebendo de um só trago o resto de água que continha, um líquido salobro com gosto de terra. Ao devolver o cantil ao dono, esse também tomava água. Ele também tinha sede. Estava bebendo numa poça suja à borda da trincheira.

Toda a ternura que pode ter um homem que passou a noite combatendo, pus o meu agradecimento.

A trincheira nivela e acaba com os escrúpulos. Senti-me menor do que aquele pobre anônimo de beijos inflamados e dentes ruins que, sedento, não fez dúvida em dar-me o restinho da sua água, enquanto eu hesitava em bebê-la, não por um gesto nobre, mas numa manifestação humilhante. (DUARTE, 1947, p. 37-38)

A narrativa indica a atitude de subordinação do negro à elite branca quando o soldado entrega a Paulo Duarte o cantil de água “limpa” e ele se serve da água suja da chuva nas bordas da trincheira. O jornalista tem um comportamento dúbio: o preconceito aparece na descrição dos traços físicos do soldado. A feiúra é contraposta à coragem. Os segundos de indecisão indicam que a ideia de que a trincheira nivela os homens se constitui em uma lição que ainda carecia de ser internalizada pelo combatente revolucionário.

Segundo Petrônio José Domingues (2003), a população negra incorporou o espírito da paulistanidade e foi convencida de que deveria pegar em armas e arriscar morrer por uma aparente coletividade, mas que na essência atendia às particularidades da elite branca. No que se refere aos valores ideológicos envoltos nessa paulistanidade, o soldado-bandeirante dificilmente foi associado ao homem negro. O vocativo das propagandas constitucionalistas dirigia-se ao negro em particular, aos “homens de cor”, o que os diferencia de autênticos paulistas, tratando-os como “homens em auxílio à causa paulista”²⁴.

É comum na narrativa de Paulo Duarte e de memorialistas a menção aos descendentes de famílias ricas que, ao chegarem à linha de fogo, se esquivavam e, utilizando-se do tráfico de influências, permaneciam na retaguarda. Conforme Domingues, a Legião

²⁴ Domingues (2003, p. 209-210) afirma que há fortes evidências de que os paulistas não “esqueceram”, mesmo provisoriamente, as doutrinas racistas. Além de que a elite “bandeirante” não considerava os negros como autênticos paulistas, o autor aponta que, durante a guerra, artistas modernistas como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Guilherme de Almeida, Mario de Andrade, Menotti Del Picchia, tal como a elite econômica do país, buscaram capitalizar recursos para, dessa forma, colaborar com a luta cívica. Contudo, no momento da distribuição do material, havia discriminação: as tropas de elite recebiam os primeiros e melhores materiais; aos negros, ficava o resto.

Negra era então enviada para a linha de frente para sustentar os combates²⁵, e, assim, essa se destacava por assumir as responsabilidades de atuar nas regiões mais perigosas.

Pensei no soldado da frente. O soldado da frente, aquê (sic) que não tem nome e, pela eterna contradição das coisas, dá sempre muito mais do que os que têm, geralmente é tão bravo no fogo, como tímido na retaguarda. Que não sofrem êsses (sic) pobres heróis na frente, para depois serem pagos com o desprêzo (sic) da retaguarda! A linha de frente é o ventríloquo da retaguarda. O ventríloquo dá voz ao boneco bem vestido e o boneco bem vestido recebe aos aplausos da assistência... (DUARTE, 1947, p. 168)

Por mais que o autor não tenha se referido estritamente aos negros como soldados da frente, percebe-se em seu comentário a diferenciação de posições e tratamentos devido ao *status* social dos combatentes. Em *Palmares pelo avesso*, Paulo Duarte comenta ter testemunhado ações de bravura de um homem negro e parece prever o que aconteceria com os pobres soldados da frente após o final do conflito. Aos negros, em específico, foram dedicadas algumas homenagens como gesto de gratidão pelo auxílio prestado. Contudo não foram inclusos nos registros históricos, sendo uma demonstração de que os “aplausos” não seriam voltados a eles.

Ao fim da guerra, muitos deles viram-se desolados, não só pela derrota do movimento, mas por perderem a assistência social prestada pelas elites, que era a forma de sustento de suas famílias²⁶. Por isso, Petrônio Domingues (2003, p. 215) afirma que para os negros a guerra paulista não tinha apenas um sentido ideológico, mas a possibilidade de desfrutar das benesses vindas das frentes assistenciais, num período em que o desemprego assolava lares e famílias paulistas (sobretudo, entre negros).

De fato, a concentração da pobreza entre negros fixou uma imagem que relaciona negros ao pauperismo, o que aparece nítido em cartaz de propaganda constitucionalista, demonstrando a percepção da época sobre a forma de estruturação social dos paulistas.

²⁵ Não há nada declarado oficialmente sobre uma estratégia de chacina da população negra, mas várias evidências demonstram que os negros eram usados como “buchas de canhão” (GUIMARÃES, 2003).

²⁶ Domingues (2003), em seu estudo sobre a Legião Negra, revela que muitos negros se alistaram na causa constitucionalista simplesmente porque viviam em condições degradantes e durante a guerra tinham assistência médica, odontológica e apoio financeiro a suas famílias.



“O mais soberbo espetáculo de generosidade, civismo e renúncia esta representado na campanha do ouro” (desenho de Benedito Bastos Barreto, “Belmonte” in Toral, 2003)

O cartaz desenhado por Benedito Bastos Barreto, o cartunista Belmonte, para a campanha “Ouro para o bem de São Paulo”, mostra membros de todas as classes sociais, sexo e idade doando ouro. O cartaz propaga o mito da paulistanidade, de uma idealizada homogeneidade, que une os paulistas sem ocultar as diferenciações. Ao lado da imagem de um homem e de senhoras requintadas, há um pobre negro depositando um objeto não identificado na mesa de joias, utensílios valiosos e moedas. André Toral (2003) chama atenção para o broche com a bandeira de São Paulo preso ao terno puído, seu cabelo branco e sua situação modesta. A imagem pretende demonstrar a dignidade dos mais pobres e o envolvimento do proletariado com o movimento.

Entre ícone e símbolo, a presença do preto velho aparece como uma tentativa de se fazer arte com doutrina, emprestando um caráter de alegoria àquilo que pretendia ser uma representação realista. A obra é tão favorável ao movimento e as intenções do desenhista são tão óbvias que o desenho adquire um caráter de farsa. (TORAL, 2003, 21)

Segundo o autor, o cartaz evidenciou a posição que era relegada aos negros: ao lado (no canto do quadro) demonstrando que eram considerados auxiliares, cuja atribuição não era bem definida (o desenho não explicita o objeto depositado); suas vestes remetem a origem de

pobreza e o trabalho braçal e a representação do negro por meio de um velho indica que o valor deste estava em seu passado.

As representações constitucionalistas, que apresentam a identidade de um “ser paulista”, são construídas com usos de imagens e linguagens que transparecem a ideia de revolucionários, voluntários e unidos, a defesa da liberdade e da democracia. É a divulgação do mito da paulistanidade que tenta minimizar as diferenças. Por isso, a metáfora é uma figura de linguagem constante em toda a propaganda do movimento constitucionalista, pois atua mediante o procedimento de se destacar as semelhanças em detrimento das diferenças. Assim, exerce um papel unificador chave, ao produzir identidades parciais em torno das quais a identidade constitucionalista pode transitar.

CAPÍTULO 2

***PALMARES PELO AVESSO:* UMA CRÔNICA DA GUERRA CIVIL PAULISTA**

Em *Palmares pelo avesso*, Paulo Duarte fez um registro de sua participação no *front* durante a revolução constitucionalista de 1932. É uma obra literária engajada, pois transmite uma mensagem política de valorização dos princípios constitucionalistas e liberais, narra a luta de oposição ao regime ditatorial varguista e o enfrentamento das atrocidades da guerra. O autor apresenta o cotidiano da guerra, o que leva o leitor a compartilhar sua percepção dos acontecimentos. O relato, que tem como base o vivido, apresenta a leitura de um homem que acompanhou o desvendar do conflito nos angustiosos tropeços do dia a dia.

A narrativa de Paulo Duarte inicia-se com sua chegada ao campo de batalha, na Frente Leste, e encerra-se no navio, quando é enviado ao exílio, após a derrota do movimento. A obra é uma análise da revolução em que são apontadas as motivações da guerra e as justificativas para o insucesso constitucionalista.

O exílio foi uma ação varguista para punir os adversários derrotados e uma tentativa de silenciar forte oposição paulista, mantendo os líderes do movimento distantes. Estes atuaram como formadores de opinião (políticos, jornalistas, cafeicultores, intelectuais e proprietários de indústrias) e representavam uma ameaça à estabilidade do governo provisório.

Não obstante, assistiu-se a um apelo imediato à memória de 1932 por parte dos ex-combatentes e repórteres, que se esforçaram para registrar os eventos políticos e militares que envolveram o movimento (ABREU, 2008). Paulo Duarte também escreveu nesse contexto. Sua obra foi publicada posteriormente, resistindo às agruras dos tempos da ditadura varguista. Todo o esforço de fixar a memória da revolução foi um meio de se opor ao governo de Getúlio Vargas e evitar que o silêncio condenasse o movimento ao esquecimento perante a

História.

Palmares pelo Avesso carrega um projeto de oposição, denúncia e registro de memória que se torna mais claro ao se refletir sobre a escrita e seu lugar. Mais do que “recuperar” e “representar” o passado, o autor visa a construção deste a partir do presente. Essa escrita de oposição nasceu em momento de transformações sociais e terminou como testemunho da complexidade desse processo, apresentando a diversidade de olhares e percepções de um tempo. Para aqueles que lutaram do lado constitucionalista, trata-se de um tempo heroico. Paulo Duarte, esse “Dom Quixote”, bateu-se contra o mundo e foi vencido. Resta contar a história como lição.

2.1 Momentos da escrita

Palmares pelo avesso foi escrito por Paulo Duarte, de janeiro a maio de 1933, em Paris, enquanto o autor cumpria o primeiro exílio em decorrência do final da revolução constitucionalista. Embora vencidos militarmente, os ideais do movimento continuaram a ser aclamados pelo ex-combatente que não permitiu que a expatriação o silenciasse. O cotidiano nas trincheiras paulistas é o tema desse livro, em que o autor busca pela escrita tornar inesquecível a memória do que considera ser o “mais belo capítulo da história de São Paulo” no século XX (DUARTE, 1947, p. 8).

Paulo Duarte participou do movimento de 1932, da conspiração aos últimos atos de resistência, quando foi preso na costa do litoral de Florianópolis juntamente com Euclides Figueiredo e encaminhado para a Casa de Correção no Rio de Janeiro. Na prisão, o autor encontrou com outros ex-combatentes e vivenciaram juntos momentos de incertezas sobre o destino ao qual a ditadura varguista lhes reservaria. Mesmo cientes da penalidade a que Getúlio condenou seus opositores em 1930, foram surpreendidos com a expatriação.

Os constitucionistas embarcaram no navio-presídio “Pedro I”, que os levou até Recife, onde foram transferidos para o “Siqueira Campos”, navio que desembarcou em Portugal em 14 de novembro com 73 brasileiros banidos de sua pátria para se juntarem aos outros exilados.

Após três meses de guerra, um mês e meio de prisão e sem ao menos ter tido oportunidade de despedir-se dignamente da família, Paulo Duarte foi obrigado a deixar o Brasil, desiludido com os rumos da política nacional. Essa é a atmosfera com que o autor encerra *Palmares pelo Avesso*:

[..] alcançado ainda pelos olhos de setenta e três proscritos silenciosos que viam desaparecer o último pedaço do Brasil. E este último pedaço de terra era um presídio!

Afinal, todo aquele continente de que acabávamos de ser expulsos não era outro Fernando de Noronha, grande, enorme, triste?

E antes que desaparecesse o presídio Fernando de Noronha, um dos expulsos lançou dentro da noite as primeiras palavras e as primeiras notas do hino de liberdade [...].

E prosseguiu silenciosa a noite profunda que caíra sobre o Brasil. (DUARTE, 1947, p. 417)

O autor metaforiza o momento da despedida da terra materna como uma noite sobre o Brasil representado no presídio de Fernando de Noronha. A partida para a terra do desterro é descrita em uma narrativa marcada por perturbações provenientes da ansiedade diante do novo caminho a trilhar, envolvendo sentimentos de condenação e dor ao deixar a pátria e de alívio por um novo começo, pela liberdade. Segundo Montañés (2006), o porto e o navio são imagens que revelam a aparência de início e fim. À medida que da ponte o navio se afasta, acrescenta-se à distância o efeito do movimento. O navio, território móvel, lugar de trânsito que facilita a emergência de um desejo mudo e soterrado, foi um escape para a liberdade tão desejada.

Com todas essas expectativas e ressentimentos, Paulo Duarte chegou a Portugal. Nesse momento, as incertezas e frustrações junto às novas situações de sobrevivência configuram condições de crise de identidade. Os exilados viveram o dilema de adaptação e pertencimento. Como pertencer a uma nação que os expatriou? Onde reconstruir a vida? As indagações refletiam o peso de uma cultura nacionalista. As nações modernas organizaram uma forma de identidade fundada na relação com o local de nascimento. O desterro podia ser analisado como um processo de perda da identidade. Longe de sua terra, os exilados enfrentaram as dificuldades de integração ao novo grupo.

No caso dos exilados brasileiros, o jogo simbólico entre colonizador e colonizado atenuou o distanciamento entre os dois países. Paulo Duarte e os companheiros, ao chegarem a Portugal, fizeram questão de conhecer o lugar de exílio e, ao mesmo tempo, demonstraram já conhecê-lo, em alguns casos não por visitação, mas pela leitura da história e da literatura. Procuraram conhecer os monumentos e o povo português, que recebeu muito bem os exilados: “A maioria do nosso grupo de exilados está gostando de bancar o exilado. Toda gente nos fala nas ruas, querem nos oferecer um café, 'ama-nos', como diz Tito Pacheco que, por isso mesmo, já mudou o nome de Lisboa para Lis tima” (DUARTE, 1974, p.18).

O contexto político aproximou ainda mais os dois povos. Poucos dias depois de chegarem a Portugal, os brasileiros assistiram o discurso de Antônio de Oliveira Salazar, que inaugurou oficialmente a ditadura, que vinha ensaiando desde 1928²⁷. Foram recebidos pelo Dr. Bittencourt Rodrigues e o genro Afonso Rodrigues Pereira, que havia deixado há pouco o Ministério do Exterior como protesto contra os poderes excepcionais que acabavam de ser dados ao Salazar, então Ministro das Finanças.

As dúvidas sobre o futuro se misturaram às reflexões sobre o passado. Buscaram-se justificativas para a derrota da guerra e entendimento sobre as implicações políticas. Por conseguinte, o testemunho do ex-combatente voltava-se para busca de sentido, ainda que longe de sua pátria. Ao registrar sua versão dos fatos, o autor tentou ordená-los, tendo nesse momento, também, a possibilidade de relembrar, produzindo uma interpretação da própria experiência.

O afastamento geográfico e temporal circunstanciou seu olhar sobre o passado. Sendo assim, o exílio era mais que um estado físico; era um estado mental marcado pela supressão do laço com o presente. O exilado vive o presente a partir do passado (das lembranças do que ficou para trás) e do futuro (da expectativa de regresso). Certamente, a relação indicada entre presente, passado e futuro não é exclusiva do exilado, entretanto a supressão do espaço e do tempo vivido em sua pátria propicia o deslocamento da própria identidade, então cindida entre as notícias da pátria e o desterro.

Foi assinado um decreto ditatorial, decreto-lei nº 22.194, de 8 de dezembro 32 suspendendo os nossos direitos políticos por três anos... Estupidez em todos os sentidos, que vem acirrar mais ainda os ódios. Além disso, considero o exílio coercitivo profundamente desmoralizante para um país. Se o exilado é figura sem a menor importância política ou cultural, o raciocínio no estrangeiro é evidentemente contra um país que, para viver em paz, precisa expulsar elementos sem significância. E se o exilado é uma figura significativa ou um homem ilustre, o raciocínio é igualmente contrário: que espécie de país é esse que exila os seus melhores elementos intelectuais? ... O banimento é coisa pior ainda, esta palavra precisa desaparecer do vocabulário das constituições. Nenhum governo, por mais legítimo que seja, tem o direito de banir qualquer homem, o pior dos criminosos, desde que seja natural do país. O governo ou o governante que assina um decreto de banimento é usurpador de um direito irrevogável que é a cidadania. Pelo menos enquanto existir ainda esse instituto chamado Nação ou Pátria, que vive dançando na boca de tanto histrião ...

Voltando à vaca fria, de qualquer maneira, as notícias do Brasil fazem acreditar que nos espera um longo período de exílio, o que muito contraria os prenúncios de alguns impacientes loucos pelo regresso. Daí o ter eu

²⁷ As impressões do discurso e de Salazar, do dia 23 de Novembro de 1928, foram publicadas no artigo na Revista *Fato Novo*, nº 15, sob o título “O Último Inquisidor”.

procurado logo adquirir um instrumento indispensável de trabalho: uma máquina de escrever. (DUARTE, 1974, p. 22).

As notícias que chegavam do Brasil anunciavam que a estadia seria longa. As medidas autoritárias do Governo exasperavam as críticas dos intelectuais da oposição. Era preciso se preparar para os desafios da sobrevivência no exílio e Paulo Duarte começou então sua saga pela procura de emprego. A oportunidade de exercer a profissão de jornalista na Europa era estratégica, pois permitia que a ditadura fosse denunciada fora do Brasil.

Não é do meu temperamento abandonar a luta por causa de algumas batalhas perdidas. Assim, minha atividade permaneceu a mesma, lá fora. Combati o ditador Vargas, onde estive: na França, em Portugal, em Espanha, na Argentina, nos Estados Unidos. Tive momentos duros por causa disso [...] lutei com as maiores dificuldades para ver aceita a minha inscrição como correspondente de guerra de “O Estado de São Paulo”. (DUARTE, 1946, p. 9)

As dificuldades financeiras tornaram-se um grande problema com a extensão do tempo de exílio. Paulo Duarte, que não era um dos “exilados ricos”, muitas vezes pôde contar com a ajuda dos amigos e com os esforços da família. A partir dos relatos do autor, percebe-se que havia uma rede de solidariedade entre os exilados mais necessitados economicamente, mas por outro lado houve o constrangimento dos que precisavam recorrer à assistência:

Julinho me deu também uma carta para Havas, depois de insistir muito para que eu não deixasse Lisboa, pois aqui seria fácil resolver qualquer dificuldade principalmente de dinheiro. Não quis ouvi-lo, porque evidentemente não posso ser pesado a quem quer que seja, ainda menos a um amigo. (DUARTE, 1974, p. 88)

Por isso, Paulo Duarte não permaneceu em Portugal.

O melhor do grupo pois, do Hotel Central, vai dispersar-se. Eu mesmo estou dando um jeito de ir para Paris. Se devo, como tantos outros, estar condenado a passar fome no exílio, prefiro passá-lo incognitadamente em Paris e ficar constrangido e vexado aqui em Lisboa no meio de gente que é quase a minha família. (p. 29)

Paulo Duarte queria encontrar meios que garantissem mais que sua subsistência, que lhe acrescentassem culturalmente. Foi pensando nisso que escolheu partir para a França: “Se tenho que passar fome neste exílio, que a passe em Paris, cujo conhecimento se tornou uma necessidade vital” (p. 87).

Nesse período, o autor começou, com a ajuda de amigos no Brasil, a reunir seus apontamentos sobre 1932. Paulo Duarte obteve suas anotações a partir do minucioso trabalho de triagem e organização dos documentos que serviriam de referências para a obra escrita. Todo esse trabalho foi de um processo de ordenamento das lembranças de forma que configuraram a visão que o autor tinha dos fatos, que diretamente contam sua própria história.

Nesse momento, o autor preparava-se para escrever o livro *Palmares pelo avesso*. Escreveu-o nesse ambiente do exílio pouco tempo após o fim do confronto armado. Além do desejo de ser fiel às impressões e aos sentimentos que afloravam no *front*, havia o compromisso com o presente. A escrita, de um modo ou de outro, afasta-se da vivência. Entre o lembrar e o escrever abre-se um espaço de ordenação das vivências. A ordem narrada supõe o conhecimento do desdobramento do acontecimento. Desde o início da narrativa de *Palmares pelo Avesso*, o autor buscou dar explicações para a derrota, incorporando gradativamente as críticas ao comportamento dos soldados e oficiais constitucionistas. Para o autor, estes foram os principais responsáveis pela rendição de São Paulo.

Durante um rigoroso inverno em Paris, em que foi obrigado a permanecer a maior parte do tempo em seu minúsculo quarto de hotel, Paulo Duarte se dedicou à sua paixão pelo ofício de escritor. Transferiu para sua obra suas análises, experiências e indignações. Empenhou-se na elaboração do livro para que pudesse ser publicado rapidamente, aproveitando as expectativas geradas com as notícias vindas do Brasil:

Também o Néelson Meireles Reis escreve anunciando que já há vários editores para o meu livro, que, por sinal, estou escrevendo intensamente. Ainda há tempo e a tarefa entusiasma. Chamar-se-á *Palmares pelo avesso*. Os palmares eram escravos que queriam ser homens livres. Os palmares pelo avesso do Brasil são homens livres que preferem ser escravos. (DUARTE, 1975, p. 37)

No entanto, as questões de sobrevivência se tornaram emergenciais e “o livro foi então escrito e abandonado” (DUARTE, 1947, p. 7). No prefácio de *Palmares pelo avesso*, Paulo Duarte expõe a conjuntura de elaboração da obra. Os originais foram lidos por Mario de Andrade, em 1936, e por Armando de Sales Oliveira, em 1940. O autor informou que acatou as sugestões dos amigos – que eram quase sempre cortes. Releu o livro e considerou sua tarefa encerrada.

O próprio exercício da releitura fez com que Paulo Duarte reconstruísse seu olhar sobre os acontecimentos narrados, pois o processo de escrita é um eterno redescobrir, vez que a reconstrução das lembranças provoca a criação de sentido numa tensa dialética entre

experiência e temporalidade.

O tempo percorrido entre a redação da obra e sua publicação – cerca de quinze anos- foram causa também de se atenuarem algumas expressões mais vivas com que inicialmente se vestiam certos episódios que ora aparecem à luz mais serena da análise de fatos que já vão longe. (DUARTE, 1947, p. 8)

O cronista foi influenciado por diferentes temporalidades, sendo assim, não se tratava apenas de apresentar a visão dos acontecimentos tendo como perspectiva o espaço de tempo do presente-presente, mas de presente-passado e presente-futuro. A explicação está relacionada às categorias de Reinhart Koselleck (2006) de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Segundo esse autor, tanto a experiência quanto a expectativa são categorias capazes de entrecruzar o passado e o futuro. A experiência do passado pode ser recordada no presente, de forma que se fundam a elaboração racional e os modos inconscientes de comportamento e do saber. O horizonte de expectativa, por sua vez, nos remete à elaboração do futuro a partir do presente: esperança, temor, desejo, inquietude, análise racional e visão receptiva, que apontam para o ainda não experimentado e o que se pode descobrir.

Nesse sentido, compreende-se o retorno à obra e às lembranças do passado. Em momentos significativos, acarreta a identificação deste com o presente e modifica o olhar sobre o futuro. Registrar a guerra significa inscrever a vivência no tempo. Ao retornar aos seus escritos, o jornalista recordava o vivido a partir do presente, reorganizando os sentidos das suas vivências.

Há três momentos importantes na produção de *Palmares pelo Avesso*: a escrita, em 1933; a análise de Miguel Osório de Almeida, em 1938, que ao ler o texto original manifestou a opinião de que o livro estava vivo²⁸; e a afirmação de Paulo Duarte, em 1947, da atualidade do livro diante do contexto político brasileiro. Estes três momentos caracterizaram as etapas de escrita, revisão e publicação da obra, respectivamente.

É preciso entender o que há em comum entre esses três momentos. No primeiro, Paulo Duarte vivia os dramas de sua primeira experiência fora do país, amargando a derrota de um projeto político e pessoal. Apesar da persistência de um grupo restrito, do qual Paulo Duarte fez parte, o armistício foi assinado e visto como um gesto de fraqueza e traição.

Ao regressar ao Brasil, em 1933, Paulo Duarte ingressou no Partido Constitucionalista (sucessor do Partido Democrático). Além de atuar na oposição ao governo

²⁸ No prefácio, Paulo Duarte comenta que a opinião de Miguel Osório o reanimou a reler seus escritos, pela primeira vez, após sete anos.

por meio do ofício de jornalista, o autor elegeu-se deputado estadual na constituinte. Votada a Constituição Federal, o jornalista buscou consolidar o novo partido nacional que se formava sob a liderança paulista. O período de constitucionalização do país, entre 1934 e o Estado Novo, foi marcado pela existência de conflitos políticos entre o novo partido e o velho PRP.

Paulo Duarte também foi consultor jurídico municipal do prefeito Fábio da Silva Prado; colaborou ativamente com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, juntamente com Júlio de Mesquita Filho, e do Departamento de Cultura e de Recreação de São Paulo²⁹ (capital), sonho realizado com Mario de Andrade, que contou com a participação de outros intelectuais modernistas, como Sérgio Milliet (seu cunhado), Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida entre outros.

Conforme Roberto Barbato Júnior (2004, p. 25), “embora o alcance das iniciativas do Departamento de Cultura fosse restrito à cidade de São Paulo, a aspiração maior de seus dirigentes consistia em expandir ao âmbito nacional aquilo que era visto simplesmente como uma aventura de cultura local”. Armando Sales garantiu que o projeto seria efetivado quando fosse candidato ao governo nas eleições de 1937. A candidatura de Armando Sales foi apoiada irrestritamente pelo grupo de intelectuais do Departamento de Cultura, devido ao vínculo de amizade existente entre eles e por ser o candidato de oposição a Getúlio Vargas.

Nós sabíamos que o Departamento de Cultura era o germe do Instituto Brasileiro de Cultura. Primeiro, um Instituto Paulista, que Armando Sales no Governo já nos garantira. Para isso o projeto do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, já estava na Assembléia Legislativa, ladrado embora pela cachorrada solta (sic) do despeito e da incompreensão. Depois, com Armando Sales na Presidência da República, seria o Instituto Brasileiro, uma grande fundação libertada da influência política, com sedo no Rio, inicialmente instalados, além do de São Paulo, paradigma, outros núcleos em Minas, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Tivéramos uma idéia genial que Armando Sales aprovou: os Institutos de Cultura assistiriam com assiduidade todas as grandes cidades, com a colaboração da Universidade, porque, não comportando evidentemente essas cidades uma Faculdade, teriam contato íntimo com esta, através de conferências, cursos, teatro, concertos etc. (DUARTE, 1985 *apud* BARBATO JR. 2004, p. 25-26)

Contudo, o golpe de novembro de 1937 frustrou as expectativas: cancelou as eleições e impôs uma constituição autoritária. A Carta Magna do Estado Novo regulamentou a censura à imprensa e, por meio do Departamento de Imprensa Propaganda (DIP), interveio

²⁹ Com a instituição do ato nº 1146, de 4 de julho de 1936, fundou-se a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos, e o Departamento de Cultura e de Recreação passou a se chamar tão somente Departamento de Cultura (BARBATO JR., 2004).

diretamente nos jornais que, receosos do risco de serem confiscados, se adaptaram aos novos tempos. Entre dezembro de 1937 e novembro de 1938, foi editado o jornal *Brasil*, redigido por Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, impresso na gráfica de *O Estado de São Paulo*, atacando Getúlio e o nazismo. Depois de vinte e um números, a polícia conseguiu confiscá-lo e seus redatores foram obrigados a sair do Brasil (LOPES, 2008)³⁰. Assim, o cerco se fechava contra os adversários de Vargas. Isso custou a Paulo Duarte o retorno ao exílio.

Em Nova Iorque, o jornalista encontrou Miguel Osório, que reforçou a ideia de que o texto ainda respondia a uma questão atual. O autor foi estimulado pelo amigo a revisar a própria obra e pôde observar as marcas deixadas por Mário de Andrade. Desconhecemos os originais, contudo, considera-se possível que as supressões sugeridas por Mário de Andrade visassem as marcas de ressentimento, que poderiam enfraquecer a percepção do texto como relato verdadeiro. Paulo Duarte demonstrou-se preocupado com a qualidade de suas análises e reconheceu que o tempo e as críticas dos colegas colaboraram com a construção de um texto mais esclarecedor. Talvez, por isso, tenha acatado as sugestões dos leitores.

Paulo Duarte narrou ao jornalista Noé Gertel, em entrevista para *a Folha de São Paulo* (1979), que no exílio havia enviado correspondência ao Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra, expondo informações recolhidas do exterior sobre ameaças ao Brasil.

O ministro do Exterior da Inglaterra, Anthony Eden, havia prometido a Hitler ampla liberdade para agir na América do Sul, para seus planos coloniais. Em troca, Hitler deveria deixar em paz a África. Documentos nesse sentido eu tinha. Levei ao Dutra, que encarou o assunto a sério. Mas aconteceu que Ademar de Barros, que era interventor em São Paulo, fez uma intriga em torno da visita ao Dutra. Disse ao Getúlio que eu estava conspirando com o seu ministro de guerra. Era, evidentemente, grossa mentira. Fui preso e convidado a me retirar do país. [...] Depois fui aos Estados Unidos, com a ideia de apresentar os documentos que possuía ao presidente Roosevelt, mas não consegui vê-lo. (DUARTE, 1979, p. 3)

No exílio, Paulo Duarte pôde juntar provas do envolvimento do presidente brasileiro com o nazismo. Segundo o autor, as suas relações na Europa facilitaram o conhecimento de fatos que considerava gravíssimos atentatórios da liberdade e integridade do Brasil. Os fatos foram confirmados nos Estados Unidos, por onde passou em 1939. Paulo Duarte não se calou.

³⁰ Dirceu Fernandes Lopes (2008) também cita a atitude do cartunista Belmonte diante do Estado Novo. O setor das caricaturas foi um dos mais atingidos pela censura. Belmonte já se destacava pela oposição a Vargas com seu personagem Juca Pato, a própria imagem do sofrido cidadão classe média de São Paulo. Proibido de abordar problemas internos, Belmonte voltou-se à política internacional e notabilizou-se por seus ferrenhos ataques ao nazismo e ao fascismo, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. Chegou a irritar Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler.

Pensei primeiro escrever a uma autoridade do Exército dando conhecimento do que sabia. Mas tal a gravidade dêles (sic) que, de acordo com êsse (sic) brasileiro excepcional que se chamou Armando de Salles Oliveira, resolvi levar pessoalmente ao Ministério de Guerra os elementos da informação de que dispunha. (DUARTE, 1946, p. 17-18)

Em Nova York tive a missão de vir clandestinamente e de nome trocado ao Brasil, a fim de trazer documentos e revelações importantes ao Ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, sobre o intuito nazista de invadir o Brasil, cujo ditador se mostrava cabalmente nazista [...]. O Ministro de Guerra ouviu-me pelo espaço de varias horas, em alta madrugada, tendo eu insinuado mesmo a necessidade dele depor Getúlio Vargas. (DUARTE, 1974, p. IX).

Paulo Duarte afirma ter narrado ao ministro tudo o que sabia e deixado alguns documentos. O ministro não dificultou sua partida, mas foi preso por agentes de Felinto Muller. Conforme o autor, esse destacamento teria firmado um convênio oficial com a Gestapo de Berlim. Contudo, conseguiu, com a ajuda das confusões burocráticas do sistema policial em Santos, embarcar para Buenos Aires.

O autor procurou, então, exercer influência política por meio de cartas em que apresentava o conteúdo de suas investigações. As cartas foram transcritas ao livro *Prisão, exílio e luta*, em que explicou por que escreveu ao Gen. Dutra:

[...] por mais que se queira mascarar, o Exército é quem tinha há muito a situação do Brasil nas mãos. Escolhi assim o seu mais alto representante para receber aludidos dados [...].
Dentro dessa orientação é que enderecei minhas cartas do estrangeiro ao então ministro da Guerra, tomando-o sempre como expressão das forças armadas, jamais como membro do governo ditatorial. (DUARTE, 1946, p. 18)

Nada se pode afirmar a respeito das impressões de Eurico Gaspar Dutra sobre as cartas. Sua relação com Paulo Duarte também é difícil de descrever, pois, apesar de o ministro ter poupado o mensageiro da prisão e tentar colaborar com a volta desse ao Brasil (segundo informações do autor), ele nunca respondeu às cartas. Paulo Duarte então encerrou essa espécie de monólogo que se prolongou por dois anos. A resposta de Dutra foi adiada para o final de 1945 quando, finalmente, Vargas foi deposto.

2.2 Governo Dutra, a Segunda Guerra e a publicação de *Palmares pelo avesso*

O general Dutra surpreendeu o país durante o período de campanha eleitoral. Comprometeu-se com o restabelecimento da democracia como estratégia para alcançar um clima de concórdia e confiança entre os brasileiros (VALE, 1978). Entre as promessas de pacificação, ressaltou a necessidade da anistia e da liberdade de imprensa. O retorno dos brasileiros banidos pelo regime estadonovista era um compromisso com o futuro da democracia no Brasil.

Empossado em janeiro de 1946, Dutra inicialmente seguiu um modelo mais liberal de orientação da política econômica e aproximou-se dos setores conservadores, incluindo representantes da União Democrática Nacional, que lhe foram contrários nas eleições. Esta foi fundada em 1944 em defesa do liberalismo econômico e político. Em um esforço ciclônico e por vezes paradoxal, a UDN agregava diversos setores sociais historicamente identificados pelo antigetulismo³¹. Entre os udenistas, encontram-se nomes de vários amigos de Paulo Duarte. Embora não se possa comprovar nos livros pesquisados o envolvimento do autor com a UDN, reconhece-se que este é simpatizante da ideologia udenista, pois tinha o nítido projeto de derrubar a ditadura e eliminar os resquícios do governo Vargas.

Apesar de afastado da presidência, Vargas estava presente no cenário político como senador e na orientação política do Governo Dutra, herdeiro do aparato do Estado Novo. Paulo Duarte preparou seu livro para ser publicado nesse ambiente e escreveu no prefácio de *Palmares pelo Avesso*: “Não é o editor quem o ressuscita, agora. São os fatos. Hoje, mais do que nunca, o livro vive, porque os palmares pelo avesso aí estão vivos e ativos na confusão reinante” (DUARTE, 1947, p. 8).

A partir da afirmação do autor no prefácio do livro, pode-se aludir que Paulo Duarte percebeu no contexto de 1947 a oportunidade de apresentar ao público sua visão da guerra de 1932. A democracia corria riscos, pois o prestígio do ditador persistia. Portanto, o relato da guerra respondia a uma necessidade do tempo presente:

Vale a pena pois lembrar o mais belo capítulo da História de São Paulo,

³¹ Segundo Maria Vitória de Mesquita Bernevides (1981), em torno da UDN uniram-se: antigos liberais constitucionais como Armando Sales e Júlio de Mesquita Filho, proprietários de jornais como Assis Chateaubriand, o dono do *Correio da Manhã*; Paulo Bittencourt; oligarquias destronadas com a revolução de 1930 (perrepistas de Minas Gerais, Bahia e São Paulo); antigos aliados de Vargas marginalizados pós-1930/37: Juracy Magalhães, Eduardo Gomes, José Américo e outros; alguns representantes da esquerda, como comunistas dissidentes. Estes tinham a simpatia da burguesia comercial urbana e da classe média urbana (assustada com a retomada do processo inflacionário). A unidade interna desse amplo grupo só foi mantida durante o período de sucessão presidencial.

neste século que já vai descambando para a sua segunda metade. Principalmente porque, ao que parece, os paulistas estão muito deslembados dele. Como esquecidos se mostram dos sentimentos que o inspiraram. [...] Eu mesmo, relendo velhas páginas, fico espantado, como certos tipos que se portaram maravilhosamente nas trincheiras de 1932, podem hoje, orgulhar-se de haver passado para a horda dos palmares pelo avesso. (DUARTE, 1947, p. 8)

É nesse contexto de produção que a obra de Paulo Duarte deve ser lida: como um instrumento de luta contra a presença de Vargas na política. Rememorar a revolução constitucionalista era uma tentativa de reativar a antiga cisão que provocou a guerra e, ao mesmo tempo, denunciar os oportunistas. A publicação, em 1947, foi uma crítica aos que traíram os princípios constitucionalistas, abrigando-se na “horda dos palmares pelo avesso”. Paulo Duarte orgulha-se de ter sido fiel ao movimento e ao antigetulismo e, por isso, acredita ser importante tornar público o seu testemunho de um autêntico revolucionário constitucionalista. A memória do movimento constitucionalista resistia, muito embora não fosse possível determinar a reação dos leitores e, principalmente, dos eleitores.

O fim da Segunda Guerra Mundial também motivou a publicação do livro de Paulo Duarte. A guerra paulista estava sendo esquecida. Homenageavam-se os heróis brasileiros que lutaram no estrangeiro. Silenciava-se sobre os paulistas que lutaram pelo Brasil. No entanto, entre os heróis da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e os constitucionalistas havia algo em comum: ambos combatiam governos autoritários. Contudo, no país o grande desafio do pós-guerra era lidar com um regime “democrático” que conservava muito dos sinais e resíduos do Estado Novo e, ao mesmo tempo, vislumbrar novas expectativas.

Outra estimativa que tornava o movimento paulista propício de ser lembrado no momento pós-guerra era a lembrança dos mortos. Os brasileiros que morreram no exterior eram homenageados em um contexto em que o mundo se indignava com a carnificina decorrente dos conflitos armados. Entretanto, o número de baixas do movimento constitucionalista foi bem superior, mesmo assim, o evento e seus mortos eram esquecidos. Segundo as estimativas de Jeziel de Paula (1998), na Itália, morreram 457 brasileiros; em São Paulo (em 1932) foram 654 mortos.

A atenção dedicada aos muitos mortos da guerra paulista remete a pergunta: para que todos os soldados morreram? A resposta invoca o ideal constitucionalista que motivou tantos homens a arriscarem a própria vida: “o martírio consciente por um cristianismo constitucional” (DUARTE, 1947, p.78). Assim, lembrar os mortos sensibilizava os sobreviventes e os remetia aos fatos.

Na obra de Paulo Duarte, a guerra constitucionalista é descrita como o movimento em potencial que alteraria o cenário sócio-político brasileiro. O autor lamenta a perda dos constitucionalistas e avalia que não permitiu ao grupo alcançar a vitória militar. Uma crítica feroz é feita aos traidores da causa constitucionalista, que condenaram o movimento à derrota e, conseqüentemente, ao esquecimento, o que perturbava o autor.

O livro revela a subjetividade do autor que expressa, por um lado, uma mescla de heroísmo e orgulho do seu martírio social na luta pelo que acredita serem os princípios que regeriam uma sociedade mais justa e livre e, por outro, a angústia e o medo do esquecimento.

2.3 A descrição do combate paulista

Paulo Duarte começa a narrativa dos acontecimentos alguns dias após a eclosão do movimento armado quando chegou a Frente Leste³²: “Eu, com fito de unir-me ao capitão Odilon, da mesma força, meu amigo, com um comando na frente leste. Queira cumprir minha promessa que fizera de procurá-lo se a guerra estalasse. A guerra estalou, eu viera um pouco atrasado, mas viera” (DUARTE, 1947, p. 13).

A revolução de 1932 se desenvolveu dividida em seis frentes: Frente Leste, ou do Vale do Paraíba; Frente Sul, ou Paranaense; Frente Mineira (menos Vale do Paraíba); Frente do Litoral (entre a Serra do Mar e o litoral norte de São Paulo) e as Frentes em outros estados (a Frente de Mato Grosso e a Frente do Rio Grande do Sul).

O Vale do Paraíba, localizado na fronteira com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi uma das regiões onde os combates foram mais intensos, gerando grandes transtornos para a população que teve que fugir das cidades como Bananal, São José do Barreiro, Areias, Silveiras, Lavrinhas, Queluz, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Lorena, Cunha, além de Guaratinguetá e Aparecida do Norte. Essa região tem o relevo mais abrupto do estado de São Paulo, é acentuado devido à Serra da Mantiqueira que possui elevadas escarpas e morros isolados, ou seja, está compreendida entre os desníveis da crista da serra e as planícies do vale³³.

Conforme Euclides Figueiredo (1933), o plano de operações militares partiu do estudo

³² Pela narrativa de Paulo Duarte, entende-se que o ex-combatente tenha chegado a Cachoeira, na Frente Leste, em 11 ou 12 de Julho de 1932. Conforme a narrativa de Euclides Figueiredo (transcrita por Antonio Carlos Pereira, 1982, p. 429), o autor esteve com os comandantes do movimento na Chácara do Carvalho durante os primeiros dias de luta.

³³ As informações sobre o relevo do Vale do Paraíba podem ser encontradas (entre outros sites) no endereço da Internet: www.guiadovaleparaiba.com.br.

da topografia da região, pois o fator “terreno” era a primeira base para a movimentação das tropas. Este podia oferecer as condições mais ou menos favoráveis à atuação dos constitucionalistas ou do lado inimigo.

Durante várias vezes, na narrativa de Paulo Duarte, os morros e pontes são descritos como elementos da guerra. Algumas vezes são apresentados praticamente como personagens da trama, transferindo-lhes sentimentos humanos, como coragem, sofrimento e dor. A perda de cada um deles é lamentada por acarretar graves consequências, pois facilitaram a invasão do território pelo inimigo.

O aproveitamento dos recursos naturais para conduzir as operações militares só foi possível pelo trabalho dos engenheiros da escola politécnica, que desenvolveu conhecimentos técnicos e estratégicos. Suas iniciativas foram elogiadas várias vezes pelo autor, que considerava os esforços do grupo que se dedicou intensamente à criação e construção de reforços bélicos e aos meios de comunicação e transporte.

Os cirineus da engenharia vieram suavizar a subida. Rasgaram prateleiras, aparam as muralhas hostis. Abriram riscos que desceram pela montanha vermelha, vermelhos como uma longa hemorragia. Furaram o mato em fundas picadas [...].

Nunca um automóvel pôde ali entrar, nos seus dias pacíficos. Mas o que a paz não fez, conseguiu-o a guerra. Paralelo ao corredor da linha férrea, a engenharia furou uma estrada. Atirou pontilhões sobre o córrego. Estivou brejos, entupiu desfiladeiros e um dia saiu em Lavrinhas. Nesse mesmo dia, o automóvel de Nelson, conduzido por Barbieri, parou em frente à Casa Grande de Vila Queimada. (DUARTE, 1947, p. 93-94)

Os politécnicos exerciam trabalhos de engenharia civil essenciais, como cartografia, construções de postos, pontes, estradas etc. Toda essa infraestrutura permitiu o movimento extraordinário de trens. De dia e de noite, silvavam as locomotivas e os carros rodavam sobre os trilhos.

Além do terreno, há também o fator “clima” que, neste caso, favorece ou prejudica as ações militares dos dois lados. A obra de Paulo Duarte começa exatamente narrando as dificuldades dos combatentes em um momento de chuva, que fora frequente no primeiro mês de guerra.

- Chegue um pouco pra lá. Está vindo muita água do barranco.
- E aqui? Estou todo molhado. Acho que vamos ter que desistir de descansar esta noite.
- Diabo! Justamente hoje, sem bombardeio, que a gente não pode dormir por causa desta maldita chuva!

- Precisamos providenciar uma toca melhor, onde ao menos não chova. Esta lona, tenho a impressão de que cata toda a água do barranco pra jogar em cima da gente. Guerra boa tem que ser sem chuva.
- E sem tiros... (DUARTE, 1947, p. 11)

A chuva dificultava o posicionamento nas trincheiras, sendo um incômodo à visibilidade que se tinha do inimigo, especialmente no período noturno. O transtorno causado pela chuva desfavorecia ainda mais os constitucionistas enquanto eram fustigados por forte tiroteio inimigo. Entre os ex-combatentes, era comum o comentário de que a chuva parecia ser aliada dos adversários, sendo um entrave à ação constitucionalista, mesmo em momentos de retirada.

O som da metralhadora embalava a rotina do *front*. Vários dias recaíram ao som do tiroteio vindo das trincheiras inimigas e na monotonia do tijuco em que se chafurdavam. Nestas condições, o autor comenta que logo a trincheira se tornou sinônimo de: “Sangue, lama, chuva, bala, porcaria e morte” (DUARTE, 1947, p. 44). Essa imagem das trincheiras era conhecida apenas pelos combatentes que enfrentavam as privações.

A primeira cidade em que o autor chegou foi no município de Cachoeira. Viajou com um grupo o dia inteiro e, ao aproximar-se da cidade, comentou: “Entramos a primeira rua da cidade, não fosse o número de fardas, ninguém podia adivinhar uma vanguarda de guerra. Lembrava mais cidade do interior em dia de festa. Automóveis, gente, grupos alegres” (DUARTE, 1947, p. 14). Esse cenário inesperado motivou a indignação do jornalista:

enquanto se perdia tantos soldados na trincheira, havia cenários como em Cachoeira, cheia de soldados para fazer multidão! Na frente, de verdade, estava morrendo uma porção de mocidade – outros moços anônimos – para garantir a farra campestre, a farra dos moços que têm nome... (p. 15)

A presença de jovens de família ricas na trincheira foi ironizada em vários momentos pelo autor. Na opinião deste, os jovens faziam da retaguarda um “grande acampamento de ciganos” elegantes. As críticas direcionavam-se especialmente ao Batalhão Piratininga, porque era o que estava mais próximo aos seus olhares, pois atuaram no Vale do Paraíba.

O capitão Arcy comunicou pelo telefone que acabavam de chegar dois pelotões do batalhão Piratininga, para reforçar as linhas. Ia enviá-los. Um batalhão de voluntários. Batalhão Pó-de-Arroz, como fôra apelidado. Moços da melhor sociedade. Estudantes, meninos ricos... Recebemos a notícia com indiferença. Precisávamos soldados, mandavam recrutas de luxo... Com essa mesma indiferença, algumas horas mais tarde, recebemo-los em

frente ao posto de saúde [...].

O Bayma explicou-me que os meninos eram bons. Não tinham ainda entrado em fogo, mas gente disposta a morrer.

Mas nós precisávamos de gente disposta a viver! Que soubesse matar sem se expor. (DUARTE, 1947, p. 40-41)³⁴

Contudo, não era a diferença social ou o despreparo dos soldados o foco das críticas de Paulo Duarte. Pelo contrário, o autor considerava que essas fraquezas eram reflexos das atitudes dos oficiais. Acostumados com uma existência totalmente diversa, o autor considerava que muitos meninos ricos do batalhão Piratininga se tornaram homens no *front*. Acreditava que alguns jovens, ao contrário dos oficiais, aprenderam que no campo de batalha todas as classes se nivelam. Os oficiais, entretanto, mantiveram a distinção da hierarquia e se transformaram em alvo fácil para a ira do jornalista.

O mau comportamento de oficiais pareceu intrigar Paulo Duarte e a narrativa de episódios condenáveis é constante no texto. É uma forma de o autor comprovar, gradativamente, sua visão de que 1932 não foi uma guerra derrotada, mas traída, pois aos poucos a vitória foi sendo entregue ao inimigo: quando não se atacou com coragem, não se resistiu com dignidade e abriu-se grande espaço para a desorganização. Tal situação é apresentada pelo autor desde o início das narrativas do conflito armado.

A mesma depressão dos dias passados na inutilidade do Grande Quartel General, onde os instantes de sacrifício alheio alimentavam a carreira do oportunismo.

Passei a noite assuntando sobre a nossa desgraça e sobre a nossa desorganização.

Quase dois meses de tempo, nem uma providência de preparação da guerra inevitável! Meio mês de guerra, nem organização, nem disciplina! (DUARTE, 1947, p. 16)

Os memorialistas e a historiografia comumente apontam a desorganização da guerra como um dos fatores da derrota. Segundo Alfredo Feijó, o militar da Força Pública, ex-comandante do Regimento da Cavalaria do Rio Pardo, “foram três os motivos que levaram à derrota, todos localizados no começo da luta: a má organização da revolução; a precipitação do 9 de Julho e a falta de comando geral em chefe... Tínhamos três entidades empenhadas numa revolução, sem um comando único, real e atuante” (BORGES, 1997, p. 49).

Paulo Duarte não menciona diretamente a questão da precipitação da data. Contudo,

³⁴ O Batalhão Piratininga era formado por engenheiros da Escola Politécnica. Há registro de que eles se rebelaram e desobedeceram as ordens da comissão de professores da escola que, de posse de uma requisição do Q.G., tencionava impedir a sua partida para o *front*, alegando que seus serviços seriam mais úteis no Serviço de Engenharia da Força Pública do estado. O primeiro pelotão ficou conhecido como “Caçadores de Piratininga”.

ênfatiza a questão da má organização da guerra. Na citação acima, entende-se que a demarcação do momento inicial das batalhas não aparenta ser o fato de maior relevância, pois parecia evidente o caminho ao qual as hostilidades levariam. O que é criticada é a falta de planejamento, especialmente estratégico, sobre as manobras, os recursos materiais e humanos e toda a organização exigida em um confronto armado e, principalmente, a falta de coragem de lutar.

A situação encontrada por Paulo Duarte em Cachoeira foi um dos fatores que lhe fez seguir para as linhas de frente. O autor parecia indignado em ver a guerra da retaguarda, pois ali a sensação era de inutilidade. Contudo, confessa que sua decisão foi repentina e uma surpresa para si mesmo.

Senti vontade de fazer também qualquer coisa. Por isso, dirigindo-me a um grupo mais hesitante, procurando imitar a energia do Nino:

- Vamos! Todos para a frente!

Um soldado perguntou:

- O sr. nos manda para a trincheira, mas vai também com a gente?

- Naturalmente, seu idiota! E você precisa de companhia para criar coragem?

A pergunta do soldado me fizera avançar demais, pois não me passava pela cabeça a idéia de ir para a frente. O soldado é que tinha razão, mas eu é que tinha xingado...

- Desculpe-me, meu capitão, respondeu humilde sem o primeiro rompante.

Promovera-me por palpite, pois nem fardado estava. Fardado ou não, capitão ou não, o caso é que me encontrava em situação da qual não havia recuo.

[...] Algumas balas assoviaram perto. O caso principiava a ficar sério.

Senti uma coisa desagradável e comecei a compreender os soldados que não queriam avançar. (DUARTE, 1947, p. 23-24)

O comportamento de Paulo Duarte revela um homem enérgico quando necessário, que não apresenta seus medos aos outros - porque, mesmo que esses sejam inevitáveis, ele procura superá-los. Em “Raízes Profundas”, o primeiro volume de *Memórias*, o autor comenta que “coragem nada mais é do que a capacidade de dominar o medo. Eu tinha aprendido isso, nos momentos de perigo, e com soldados sob o meu comando, como conto alguns casos, em *Palmares pelo Avesso*” (DUARTE, 1974, p. 77).

Paulo Duarte comentou o seu despreparo em assumir posição na frente, com bom humor (o que é inerente a crônicas e à personalidade do autor que, por vez, escreve como um cronista). E ele não era o único combatente incapacitado para enfrentar missões militares. Como parte do contingente era formada por civis, deparou-se com a aceitação quase irrestrita de voluntários e com a falta de treinamento que, quando existente, era feito em no máximo dois dias. Era ministrado por algum graduado (como sargento) da Força Pública e consistia em algumas instruções rudimentares de armamento, tiro, ordem e unidade no ataque e na

defesa. Ao combatente restava a exclamação: “Que admirável professora a frente! Mas cobrava caro...” (DUARTE, 1947, p. 41).

No livro, o autor também manifestou a sua dificuldade de adaptação à vida militar.

Duas coisas explicavam essa repugnância. O soldado precisa ter disciplina e levantar cedo. Eu nunca tive disciplina e sempre levantei tarde. Disciplina, para mim, é uma modalidade civilizada do cativo. Tenho horror ao horário. É o método com a sua intolerável monotonia. (DUARTE, 1947, p. 13)

Contudo, em pouco tempo a contestação foi deixada de lado e Paulo Duarte foi se adaptando, sedento por aprendizagem, mergulhando na guerra pelos ideais que defendia.

Inquietou-lhe, por exemplo, o capitão Ferraz Ramos, que assumiu por pouco tempo o comando de Bianor (afastou-se por motivos de doença: febre e dores no peito). Para o autor, o capitão aparentava ser um homem indiferente à guerra. Descreveu-o como uma pessoa tranquila, de uma passividade desanimadora. Paulo Duarte se irritava com isso, pois o capitão aprovava tudo que lhe fosse proposto, enquanto o que queria era “ouvir uma objeção que ensinasse qualquer coisa a nós, leigos de guerra” (DUARTE, 1947, p. 28).

Consciente de toda sua imperícia no ambiente de guerra, Paulo Duarte confessa também seu desconhecimento da hierarquia militar. “Eu mal distinguia a hierarquia dos galões. Avesso à farda, nem fardado estava. Por palpite, um soldado me promovera a capitão. Assim mesmo, quando lhe falei com aspereza. Tenho para mim que, se fosse mais violento me chamaria major. Se houvesse proferido um palavrão subiria a coronel” (DUARTE, 1947, p. 28).

O autor grateja com o fato de ter sido chamado de capitão, pois reconhece a fragilidade de sua condecoração. Na sociedade civil, as hierarquias são estabelecidas em relação à função ou ao cargo ocupante pela pessoa física. Paulo Duarte, por exemplo, foi intitulado comandante do Trem Blindado. A ida para a frente de batalha, além de uma atitude impulsiva, foi também uma decisão do autor: “A minha integração naquela causa, depois de pregar a reação pelas armas, tantas vezes, e a minha vaidade incentivavam essa loucura decisiva” (DUARTE, 1947, p. 25)³⁵. A atitude de Paulo Duarte voltou-se, portanto, contra os oficiais, alvo de suas críticas:

Ora, a coisa mais inútil deste mundo é um tenente de retaguarda. A mais

³⁵ Paulo Duarte, durante a campanha da Aliança Liberal, pregou enfaticamente a reação armada caso se confirmasse a derrota eleitoral.

enquisilante³⁶ também. Aparecem por minutos, numa elegância e numa prosápia ostensiva, para depois contar lá atrás. Foi um destes que veio, um dia, aqui. Parecia cavalo de caboclo rico. Completamente arreado. Tinha tudo. Revolver, binóculo, canivete com serrinha, saca-rolhas, abridor de cerveja, furador, um canivete tipo caixa de ferramenta; e ainda uma combinação admirável de correias cruzando no peito, cruzando nas costas; um capacete de aço com as armas da República, esporas de metal branco, botas de verniz; culote com reforço de camurça na bunda. Lindo que estava aquele tenente! (DUARTE, 1947, p.133).

Paulo Duarte descreveu, em minúcias, o traje e os aparatos do tenente, aproximando-se da caricatura, com a clara intenção de, por meio do escárnio, condenar a atitude da elite militar paulista. Comparemos com a forma com que o autor descreve o soldado da frente:

Alguns caminhões cheios de soldados, sujos e barbados passaram rumo a Cachoeira. Vultos todos parecidos, uns com os outros, da mesma côr, estandardizados pela sujeira. Uns de cara ou braços amarrados. Manchas de sangue. Com certeza, heróis da frente.

[Heróis] não eram. O Mariano explicou que era tropa desmoralizada que ia refazer-se na retaguarda. (DUARTE, 1947, p.19)

Os ferimentos e a fisionomia cansada identificavam (e visivelmente diferenciavam) os soldados que foram para a frente (tendo atitudes heróicas ou não) daqueles que permaneceram na retaguarda. A crítica resvalava-se nos valores hierárquicos da instituição militar. A restauração da disciplina não se tornou por acaso a preocupação básica dos chefes militares envolvidos nos dois lados do conflito em 1932.

O combatente transformava a guerra em experiência pedagógica, tanto no que diz respeito à aprendizagem das práticas corriqueiras de um soldado, como na transformação do cidadão paulista e brasileiro. A analogia entre guerra e sociedade é evidenciada quando o autor descreve as funções de oficiais e soldados.

Nessa noite, aprendi que o soldado na trincheira é igual a uma criança. Criança boa porque sabe que está ali para morrer e ali fica conformado, sem uma queixa. Mas, como toda criança, atento no exemplo dos mais velhos. Imita-lhe os gestos, imita-lhe as ações.

O que o oficial faz, o soldado também faz. Se o oficial avança, ele avança, se corre, ele também corre. Todos são bons. Matéria prima boa dependendo de quem a trabalha. Oficiais, sim, estes há os bons e há os maus. Por causa dos maus oficiais, - mais tarde veria tantas vezes! - tantos soldados maus. Estes é que levavam a fama. Aqueles nem sanção conheceram para as suas vilezas [...].

Mais tarde, pouco mais tarde, iria aprender ainda outra coisa. O soldado ruim, facilmente, se transforma em bom soldado, ao passo que o oficial ruim

³⁶ O texto provavelmente apresenta algum erro ortográfico, contudo, a citação foi mantida como no original.

é ruim mesmo pra toda a vida (DUARTE, 1947, p. 29)

O autor vincula o papel ideal de um oficial à figura de um mestre que ensina seus alunos e seguidores. Os soldados-civis constitucionalistas eram leigos em assuntos bélicos e a fragilidade destes combatentes era ainda maior diante do exemplo dos oficiais que debandaram diante dos soldados estarecidos. O exemplo da guerra pode ser transposto para a sociedade, pois a ausência de força moral dos oficiais parecia se estender para um conjunto bem maior de cidadãos, em especial os políticos.

As frentes de 1932 iniciaram a lustração de uma gente nova. As florestas das velhas genealogias foi derrubada, foi queimada neste agôsto (sic) terrível das queimadas, para a plantação dos cafezais de outra mentalidade. Das velhas árvores desgalhadas, só ficou de pé um ou outro tronco de lei que resistiu ao fogo e permanecerá dando sombra às lavras môças (sic) e lembrando, na opulência que persiste e ostentar no porte, que a terra é boa, mas como tôda (sic) terra boa, se deu troncos de cerne, deu também muita madeira mole. Justamente essa madeira mole que as queimadas de 1932 estava destruindo. (DUARTE, 1947, p. 197)

É interessante perceber a amplitude do significado de 1932 para Paulo Duarte. Além de um movimento em defesa da Constituinte e de oposição ao Governo Provisório, a guerra constitucionalista marcou uma luta em prol das transformações da estrutura e da mentalidade arcaica e oligarca que haviam predominado no Brasil, especialmente no estado, até então. Essa mentalidade é associada ao perrepismo. Essa visão é presente em *Palmares pelo Avesso* e reforçada, com ainda mais ênfase, em *Memórias*.

[...] nós precisamos, de qualquer maneira, impedir que se dê ao nosso trabalho o aspecto antipático e torpe de uma contra-revolução quando, em 1932 como em 1930, os nossos fins eram exclusivamente acabar com a mentalidade triste que passou à história com o nome de perrepismo. Na primeira revolução lutamos contra o perrepismo do PRP. Na segunda lutamos também contra o perrepismo dos tenentes. Se os perrepistas nos acompanharam, foi porque fizemos crer a São Paulo que haviam envolvido e nunca para para ressuscitar um regime deplorável cujo renascimento nós, os moços do Brasil, jamais permitiremos. (DUARTE, 1975, p. 45)

Nas duas citações de Paulo Duarte, apesar do distanciamento temporal em que cada uma foi escrita, percebe-se que há em comum a ideia de mudança relacionada a 1932. Menciona-se a diferenciação do “velho” (“velha nobiliarquia” e “velhas genealogias”), ligado ao oportunismo e privatismo, que tem seu espaço invadido por uma mentalidade “nova” (“mocidade” e “moços do Brasil”), mais relacionada à coletividade e à defesa dos interesses

favoráveis ao bem de todos, ao menos em nível de discurso. Paulo Duarte procura afastar a visão do movimento como uma tentativa das oligarquias paulistas de retomarem ao poder e vinculá-lo à ideia de continuidade da obra revolucionária, iniciada em 1930.

Para o autor, a trincheira é o lugar do aprendizado, no qual os sacrifícios são transformados em redenção, sendo o sofrimento necessário para a modificação do “espírito amolecido” devido ao “repouso prolongado” (referindo-se aos anos em que o poder político esteve concentrado nas mãos de um grupo restrito). Nesse sentido, o autor expõe que, diante dos horrores da guerra, “se polia para o brilho de depois” (DUARTE, 1947, p. 73).

A pedagogia da guerra, para Paulo Duarte, é também uma oportunidade de autodescoberta nas trincheiras. O autor fala de si, dos seus aprendizados. Eis o caráter autobiográfico de *Palmares pelo Avesso*.

Eu, com minha negação militar, o nada que sabia, aprendera ali, naqueles poucos dias, pois nunca havia assistido a uma manobra, ignorava mesmo o que vinha a ser um flanco. A única aula de guerra tida antes era as paradas de gala comemorativa do aniversário de Independência [...]. A Vala Suja fôra o meu curso especializado e o meu curso de Estado Maior, como estava sendo de outros como eu. (p. 58-59)

Por muitas vezes o autor voltou-se para si, para seus temores e despreparo com o ambiente da guerra e, assim, pôde compreender as reações de outros combatentes. Entendeu que os jovens soldados estavam inseguros e por vezes com medo, por isso, precisavam presenciar gestos firmes que lhes passassem a segurança que faltava pra enfrentarem o medo que pairava sobre todos. Compreende-se o outro ao olhar para si.

Quantas vezes me invadiu um medo quase irreprimível, sem explicação. Sobretudo à noite, só com muito esforço se consegue vencer a crise. Nos primeiros é mais comum. Depois esses acessos vão diminuindo. Mas, de vez em quando, de surpresa, o medo bate de novo à porta...por isso, não me revolto contra o soldado, mas contra o oficial que corre. Este tem obrigação de dominar-se.

O segredo do domínio é não perder o raciocínio. Basta pensar que no mais das vezes a segurança está no lugar mais perigoso e a morte numa retaguarda [...]. No ambiente especial das linhas de fogo, essas coisas e mais o hábito vão pondo a gente indiferente e apático. Mas, apesar disso, é preciso um alerta contínuo, porque o medo é o melhor cúmplice do inimigo. (DUARTE, 1947, p. 99)

A passagem por Cachoeira foi rápida. Paulo Duarte hospedou-se na cidade. Desapontado com o que viu na retaguarda, o ex-combatente sentiu-se impulsionado a ir para a

frente. Mas antes de partir, pela manhã, numa conversa com Júlio de Mesquita Filho, comentou sobre suas observações da noite anterior e soube notícias de que Queluz estava ameaçada após a debandada de Salto³⁷. O inimigo atacou a região e a tropa debandara, perdendo a ponte e mais alguns quilômetros de terra. Já se falava em fatores dificultadores da vitória paulista: o ardor do inimigo e a desorganização da tropa. Diante do acontecido, o comando fora substituído. Quem assumiu o lugar do coronel Ângelo foi o coronel Theophilo, que estava no Túnel.

Quando Paulo Duarte resolveu sair de Cachoeira, partiu em direção a Queluz, enviado por Euclides, compelido de retornar com notícias sobre a situação na região. “Tomei o carro, onde Mariano e o Nino já me esperavam e entramos pela estrada de Areias. Ao longe, as primeiras nuvens escureciam os píncaros da serra da Bocaina. Eu deixara Cachoeira atingido, como a serra, das primeiras nuvens escuras” (DUARTE, 1947, p. 19). Ao chegar a Queluz, cidade das linhas mais de frente, encontraram o local abandonado pela população civil, com poucos soldados e muito menos oficiais. A cidade antiga foi transformada em posto militar. O cenário refletia bem a proximidade da guerra e tinha aparência de ordem.

No dia 13 de julho, Queluz foi surpreendida pelo aparecimento de um avião inimigo, que acabou retardando a partida de alguns soldados para a frente. Foi a primeira vez que assistiram a presença da aviação inimiga. Apesar dos receios, não houve ataque e percebeu-se que se tratava de uma missão legalista de reconhecimento.

Tivemos que nos ocultar.

Era o meu primeiro contato com a guerra, propriamente dita. Calouro, tive receio de uma nova rata. Chegava a da manhã!³⁸... Por isso, minha atenção se fixou no coronel [Theophilo] e no capitão [Arcy] que, calmos, sem pressa, se dirigiram para o interior da estação. Fiz o mesmo, aparentando igual calma e invocando todos os conhecidos teóricos lidos nos livros de guerra. Apesar de tudo, atrás de mim, parecia que vinham todas as bombas do avião.

Era um avião muito pachorrento.

Por mais de uma hora, muito alto, apenas rodou por cima de Queluz. Pachorra torturante para mim, à espera de uma explosão que afinal não veio. O aparelho terminou por desaparecer pacificamente, como havia chegado. (DUARTE, 1947, p. 22)

Conforme relatos de Armando Brussolo (1932), nessa data as missões não foram

³⁷ Júlio de Mesquita Filho era um dos membros do Estado Maior e, por ser um homem da confiança de Paulo Duarte, servia-lhe como um mediador entre ele, um militante da luta constitucionalista e os membros do alto comando.

³⁸ O autor refere-se a sua indiscrição ao insistir em interrogar um companheiro, Zarico, que estava pensativo. Zarico era um dos diretores do Partido Democrático e preocupava-se por ter que ir a São Paulo tratar de assuntos políticos, que eram sigilosos.

somente de reconhecimento. Os tiros que Paulo Duarte ouviu atrás de si não foram apenas frutos de sua imaginação. Na verdade, não sabia ele que naquela tarde ocorrera o primeiro bombardeio aéreo contra uma cidade brasileira, Cachoeira Paulista. O ataque governista causou grande pânico na população.

O repórter Brussolo (1932, p. 35) narra, em seu diário, no dia 15 de julho, que as várias notícias eram espalhadas, anunciando-se que: “A aviação legalista bombardeou tropas rebeldes”. As informações espalhavam-se ainda com poucos créditos, pois eram difíceis as comunicações com as frentes de batalhas. Só com o tempo poderiam ser confirmadas. Nesse caso, o fato foi certificado pelo autor:

Ao que estou informado e conforme notícias que redigi no jornal, no Valle do Parahyba (sic) nossos soldados tiveram o seu baptismo de fogo ante-hontem (sic). Registraram-se algumas escaramuças. Tomaram parte as tropas vanguardistas dos constitucionistas e as que foram enviadas pelo dictador (sic) Getúlio Vargas. Foram diminutos os disparos feitos. O mesmo não succedeu (sic) no encontro do 1º R.C.D. com as patrulhas do 5º Batalhão da Força Pública. Estas eram comandadas pelo capitão Odilon. Estabeleceu-se fortíssimo tiroteio. (BRUSSOLO, 1932, p. 35-36)

O avião retirou-se ao fim da missão de reconhecimento de Queluz. Sem que os soldados soubessem o que aconteceu em Cachoeira, retornaram à plataforma para continuarem a organização dos preparativos para a ida à frente, até a estação de Bianor. Uma locomotiva partiu e logo retrocedeu, porque o trem fora atingido por um forte tiroteio e os soldados, temerosos, não quiseram obedecer a ordem de desembarque. Foi então que Nino e Paulo Duarte, para convencer os soldados, viram-se obrigatoriamente convencidos de que também deveriam ir para a frente.

Assim que teve contato com a o tiroteio nas trincheiras, Paulo Duarte (1947, p. 25) exclamou: “Para que avançou mais do que podia, seu burro! escutava dentro de mim – agora que leve o diabo!”. Sob seu primeiro forte tiroteio, além de controlar o próprio despreparo e medo, o combatente se sentiu no dever de, com seu próprio exemplo, não deixar a tropa debandar, mas pelo contrário, atacar. Era necessário mover de posição. O autor relata que ocultou a fraqueza para que os soldados o acompanhassem e decidiu atravessar até a vanguarda.

Senti a necessidade de uma loucura decisiva. Pensei na perda do setor, caso se verificasse outra debandada. Pensei também no meu ridículo [...]. Penso até que a vaidade humana gritou ainda mais alto do que a minha integração na causa!

Foi nesse instante que me apossei da minha loucura. Num gesto enérgico, com o desespero e a inconsciência, atravessei o campo da metralhadora inimiga.

O barranco a cem metros de distância, me abrigou como um peito materno... [...] Seguiu-me um punhado de soldados. Outros permaneceram no mesmo lugar, semi-apavorados. Gritei, cuspi insultos.

De pistola em punho, novamente, fiz menção de regressar. Outro grupo pulou rápido e atravessou! Depois outro. (DUARTE, 1947, p. 25)

A travessia foi vista por uma trincheira ditatorial que intensificou o ataque, mas não houve feridos. Aliviados, os soldados gritaram e fizeram gestos de insultos aos cariocas, pois estavam em Queluz, próximo à divisa com o Rio de Janeiro.

A mesma sorte não foi repetida na noite posterior. A chuva impediu o retorno de Paulo Duarte para a retaguarda, em Cachoeira. O combatente teve que permanecer em Bianor (estação ferroviária do município de Queluz) e, na madrugada foi atingida por um forte tiroteio.

Ao amanhecer, os soldados perceberam as péssimas condições em que estava a estação. Conforme a descrição do autor (DUARTE, 1947, p. 29), a “estaçãozinha de Bianor” parecia “objetivo militar sem nenhuma importância... localizada num buraco”. Por isso, sugeria que o “mais conveniente” era que fossem estudadas “linhas melhores e mais altas, que não fossem varridas pelas posições, a cavaleiro, do inimigo”.

Nessa ocasião, os soldados combateram em uma trincheira próxima; uma vala de escoamento que era passagem obrigatória para o lugar onde estavam guardadas as armas e munições, na estação. Tratava-se de um esgoto fluvial que os soldados passaram a chamar de “Vala Suja”.

As condições regulares de higiene da trincheira agravavam-se pela presença dos mortos da noite. “Eram os primeiros cadáveres que eu via na frente. Senti repugnância em tocá-los. Enquanto os olhava, à beira da linha, esperando a gôndola, dançava no meu espírito tudo quanto pode pensar quem ainda não está adaptado a carnificina” (DUARTE, 1947, p. 31). Os primeiros contatos com os mortos da guerra causaram um certo desconforto, mas, aos poucos, conforme o autor, os cadáveres incomodavam menos que a chuva e o tiroteio inimigo, que dificultavam as ações. Eram as etapas de adaptação ao ambiente de guerra, que geraram sentimentos cuidadosamente descritos pelo autor.

Quando o capitão Ferraz retirou-se para Queluz para tratar de suas enfermidades, este não retornou, e o comando foi dividido entre o autor e o tenente Napoleão – nas linhas férreas – e Nino, auxiliado pelo tenente Lemos – nos morros. A equipe se pôs a planejar um ataque ao inimigo e, para isso, contaram com o Trem Blindado que viria de Cachoeira. O

Trem Blindado era a poderosa arma de avanço e reduto constitucionalista, que atravessava sobre os trilhos do território da guerra, transportando alimentos, material bélico de uso diário e, principalmente, os soldados. Esperava-se que o Trem Blindado fosse o pavor dos ditatoriais. Os combatentes aguardaram pelo trem com esperança de efetivarem os planos cuidadosamente pensados, mas o trem não apareceu.

Quatro e meia!
Cinco horas!
O Trem Blindado não apareceu!
A manhã surpreendeu-nos no mesmo lugar. Uma chuvinha fina punha um véu na paisagem. Voltámos à Vala Suja com um desânimo profundo. Os soldados diziam palavrões contra o trem.
Um desânimo profundo, mas no íntimo, eu pelo menos, sentia um clarão de prazer.
A alegria de quem convalesce de uma moléstia brava ou de uma tentativa de suicídio. (DUARTE, 1947, p. 35)

O combatente demonstrou o alívio de não ter tido que se arriscar. Contudo, a irritação dos soldados tinha justificativa: tinha-se a percepção de que, com o atraso do trem, a operação de ataque seria adiada ou cancelada. Isso aumentava as possibilidades do avanço do adversário e os constitucionalistas estariam em posição de maior desvantagem e de riscos. Isso foi o que efetivamente aconteceu:

Muito tiroteio durante a noite. As informações do sargento Bolaino estavam confirmadas. Já quase impossível ficar na estação e na pequena trincheira perto, porque as balas atingiam os dois pontos de todos os lados. Passamos a noite sem poder mexer na trincheira que uma metralhadora hostilizava de flanco, enfiando-a quase ponta a ponta.
Um dos soldados, chegando-se mais na extremidade para apanhar a bissaca tomou uma bala no rosto e caiu ao meu lado, sem gemer. Abaixei-me para tomar a bissaca cheia de munição. Senti como um punhado de pedregulho bater forte no meu capacete. Parecia que o inimigo nos enxergava no escuro. As metralhadoras procuravam a gente. E à noite passou num barulho infernal.
O inimigo enlouquece... recebíamos tiros sem saber de onde. Não era mais possível agüentar ali. Resolvemos abandonar a estação ao amanhecer e ocupar as linhas boas, um pouco atrás. (DUARTE, 1947, p. 37)

A estação de Bianor não apresentava muitas vantagens estratégicas. Os combatentes que já questionavam a viabilidade de manter a estação, após o tiroteio, tiveram certeza de que era melhor reforçar Queluz. Conforme o autor, a retirada de Bianor não foi fácil. O maquinista avançou o trem e as rajadas continuavam. Por sorte, tiveram apenas um ferido, o major Novaes. Assim, a "estação de Bianor ficou sendo terra-de-ninguém. Agora, por ela, apenas

passavam, em sentido contrário, as balas ditatoriais e as balas constitucionalistas. Umais perfeitamente iguais às outras. Só as direções eram diferentes” (DUARTE, 1947, p. 39).

As surpresas e dificuldades de combate acompanharam os dois exércitos: constitucionalistas e governistas. Na historiografia, encontramos comentários sobre os combates na pequena estação de Bianor que apresentam também a impressão dos ditatoriais. Nesse dia, foi a estreia do Trem Blindado, que apareceu inesperadamente. Segundo Hernani Donato (1982), o trem fez "uma incursão diabólica nas linhas inimigas". Causou pavor entre os ditatoriais, que abandonaram as suas posições. Assim, estas não puderam ser retomadas pelos constitucionalistas porque (como em outras vezes) faltavam tropas paulistas prontas para a ofensiva.

“O inimigo vinha progredindo” (DUARTE, 1947, p. 41). Paulo Duarte e seus companheiros tiveram o primeiro contato com o “vermelhinho”, que inaugurou o bombardeio aéreo na região em que se encontravam³⁹. O combatente logo deu as ordens para que se ocultassem e não atirassem, pois seria “asneira” – invocando todo o conhecimento teórico que adquiriu com um avião e nos livros de guerra.

A estratégia de ação diante de um bombardeio aéreo foi explicada à tropa pelo autor e, seu parceiro Nino. Eles esclareceram que a recomendação de se ocultarem não se tratava de covardia, pois o fato é que um fuzil não atingiria um avião – o que seria então gastar munição inutilmente – e seria uma questão de defesa: “pois a presença de soldados denuncia o acampamento e localiza a fôrça. Além da bomba ele observa o adversário [...] É um espião que a gente não pode agarrar nem evitar. O avião é o melhor olho do inimigo. Lá do alto nos espiando...” (DUARTE, 1947, p. 43-44).

A saída para Queluz foi antecipada após a informação trazida por um soldado de que uma patrulha inimiga havia avançado. “Um grande movimento de infiltração se déra (sic) [...]. Observara que o adversário avançara para a nossa retaguarda, a fim de processar o envolvimento” (DUARTE, 1947, p. 49). Tudo devia ser feito com urgência e precaução para não serem aprisionados.

Paulo Duarte narra todo o esforço do Batalhão Piratininga nesta retirada, em que os jovens soldados tiveram uma caminhada penosa por morros, carregando nos ombros materiais pesados e homens feridos. Comentou que estes rapazes, que não eram acostumados a trabalhar, agiram de maneira exemplar. Apresenta ao leitor o ambiente de esforços braçais e de tensão nervosa do fogo ditatorial que os havia castigado. Só depois revelou que, apesar dos

³⁹ O “vermelhinho” é o nome popular para o modelo WACO C.S.O., que se tornou o mais conhecido. Era um aeroplano armado de metralhadora e porta-bomba. Realizou boa parte de suas missões no Vale do Paraíba e era o terror dos combatentes.

sacrifícios físicos e concluído o percurso, descobriram que a informação não procedia e, felizmente, ao regressarem, encontraram as trincheiras sozinhas, enquanto o inimigo continuava a atirar sem nada perceber.

Qualquer novidade anunciada no *front* exigia providências imediatas. O desencontro de informações acarretava um desgaste físico e psicológico desnecessário aos soldados, num momento em que se exigia o máximo possível de concentração de esforços. Nesse caso, o desfecho foi positivo. O mesmo não aconteceu com um erro cometido pelo Trem Blindado que, por engano, atacou uma trincheira amiga em Bianor. Os efeitos foram irreparáveis e o abalo foi geral entre as tropas ao receberem a notícia. O tenente Rosas conta a Paulo Duarte como tudo aconteceu.

[...] o Trem viera já ao amanhecer. Havia alguma claridade. Podia-se bem distinguir a trincheira. Quando passou pela Vala Suja, os soldados levantaram-se para saudá-lo. A resposta foi a metralhadora. Apavorados, os ainda não atingidos desataram aos berros “somos paulistas”! “somos paulistas”! Mas qual! Parece que foi pior, pois aí a trincheira era varrida mesmo de bala!...

[...] a outra trincheira assistira a tudo, tanto assim que se deitaram no fundo e não se moveram enquanto o Blindado andou por ali. Até o inimigo viu o desastre! (DUARTE, 1947, p. 62)

Paulo Duarte tentou sossegar a tropa e atribuir o desastre ao inimigo. “Não é verdade! Quando o Blindado avançava, o inimigo fez um ataque sobre o trem. Daí ter sido atingida gente nossa! Eu estava lá e vi! Feche a boca pra não dizer asneira!...” (DUARTE, 1947, p. 56). Mas não adiantou, a tropa estava em desespero, causado pela exaustão dos últimos dias e pela carnificina do Blindado.

Percebe-se que no fim da narrativa as críticas aos oficiais foram intensificadas. A aproximação da derrota exigiu que fossem apontados problemas e erros. A Frente Leste, que era uma das mais importantes, há dias não tinha um oficial e estava sob o comando de civis que, como Paulo Duarte, por mais que se esforçassem, não tinham conhecimentos militares. A indisposição dos oficiais em colaborar com o aprendizado dos civis e com a guerra em si era o que mais indignava Paulo Duarte.

A conduta dos militares com os quais teve contato fez-lhe acreditar que se interessavam mais pela carreira administrativa, longe dos quartéis e do perigo. O combatente relata o quanto repugnava “o espetáculo deprimente de todos os dias dado por oficiais!” (DUARTE, 1947, p. 58), que lhe davam vergonha e desespero.

O depauperamento da tropa trazido pela covardia de uns, pela inépcia de outros; por um orgulho tolo de quase tôda (sic) a oficialidade de carreira, desprezando os civis que se tornaram oficiais na linha de frente; pela gente do Exército não receber com boa cara o comando de superiores da polícia. Indivíduos incapazes de compreender que ali não existe mais nem esta nem aquela corporação, mas um exército novo, que devera permanecer unido e forte contra um inimigo unido e forte! Mas, qual! Era uma gatinha que, acima do dever militar, punha as suas vaidadezinhas, as suas ambiçõezinhas, as suas mentalidadezinhas! (DUARTE, 1947, p. 58)

Exausto pelos últimos ocorridos – a debandada desnecessária do Salto e a carnificina do Trem Blindado – Paulo Duarte comenta que sentiu que o momento era doloroso e se inquietou com seus pensamentos desordenados: “a primeira vez que senti o desespero invadir-me naqueles dias cheios de imundice física e moral” (p. 59).

O massacre do Trem Blindado despertou um intenso pavor entre os constitucionistas, mas antes que se recompusessem dos traumas, os combatentes tiveram que enfrentar a maior arma do terror: o “vermelhinho”. Era o momento do Piratininga assistir ao primeiro bombardeio sério, que foi sucedido por outros ataques com mais ímpeto: “Parecia que o inimigo tinha recebido refôrço (sic)” (DUARTE, 1947, p. 71). A reação do Piratininga foi a debandada em pânico.

Quase em meio do ataque, pelo morro da frente, começaram a descer soldados em pânico. Nunca vi pavor como o que retratavam aquelas fisionomias! Os soldados atiravam-se pelo morro abaixo, como pedras a rolar [...] Com os primeiros fujões, chegaram também os dois tenentes trazidos pelo Lopes. Comandavam a debandada! (DUARTE, 1947, p. 70)

Em condições de extrema violência e risco de morte como as que os soldados enfrentavam, especialmente sendo a maioria deles civis despreparados para lidarem com essas situações, o despertar do pânico era uma constante compreensível. Entretanto, nem todos admitiam que o pânico – uma reação normal ao estado de extremo perigo causado pelo bombardeio aéreo – fosse acompanhado por atitudes de debandada.

Paulo Duarte apresentou-se bastante rígido em considerar que a guerra exigia dos soldados a superação das dificuldades de controlar o próprio medo, sendo importante se proteger e reagir na medida do possível. Entretanto, o autor demonstrou não admitir que os soldados se entregassem às fraquezas e adversidades, considerando que era “covardia” ações como debandadas, que eram prejudiciais também por facilitarem a infiltração do inimigo em terras constitucionistas.

A reação de ira contra essas atitudes, especialmente cometidas por membros de

condecorações superiores, gerava desentendimentos entre o próprio grupo e arriscava-se desobedecer a hierarquias: “Ante o ocorrido, o soldado Oliveira também perdeu a serenidade. Furioso, aos palavrões, esquecido da disciplina, xingando os companheiros de covardes, espatifou a sanfona, arrumando-a sucessivas vezes (sic) ao chão” (DUARTE, 1947, p. 70).

Os bombardeios aéreos causavam mais pânico do que danos humanos e materiais. Paulo Duarte relata que os ataques aéreos eram fortíssimos e frequentes. Contudo, os aviões despejavam sua carga que caía, geralmente, longe, nos morros ou dentro do rio. E isso demonstrava a ineficiência dos ataques, o que fez com que os constitucionalistas considerassem o bombardeio aéreo ditatorial como “aviação de caça e pesca” (DUARTE, 1947, p. 113). O autor brinca que se não soubesse das intenções dos adversários para com eles, interpretaria que não queriam atacar, o que era na verdade uma dificuldade de agir de forma tática com essa nova arma de guerra: o avião, que deveria atirar as bombas em altitude mais baixas.

O aparecimento de homens feridos e mortos vítimas de bombardeios aéreos era raro e procurava-se mostrar isso aos soldados. Mas era inútil. O efeito moral sobre as tropas era terrível. O autor acredita que fosse por causa da impressão da impossibilidade de defesa.

Desde as primeiras vítimas casuais, o medo do avião penetrou definitivamente. Só ver o inimigo passeando por cima, levava aos combatentes a convicção de que estavam descobertos, vistos pelo aviador que podia fazer alvo em cada um como quisesse... Por isso, o bombardeio aéreo, se não causava grandes danos, era um elemento terrível a semear o pânico, preparando a derrota. (p. 113)

As notícias de perdas de posições importantes agravavam o estado de pânico entre os soldados. Com a última debandada, os constitucionalistas perderam as linhas do capitão Valente na frente leste – onde os soldados tentaram resistir, mas a posição se tornou insustentável – e, conseqüentemente, a Vala Suja, que tivera de ser abandonada. As experiências na trincheira são descritas com atenção pelo autor, demonstrando que esse havia sido o espaço de aprendizagem do autor e de outros como ele.

Foi doloroso para nós o abandono dessa trincheira que sintetizava todos os nossos sofrimentos. Seu fundo lamacento estava abundantemente regado de sangue nosso. As suas bordas testemunharam o esforço desesperado de uma energia espantosa, sob o martírio consciente por um cristianismo constitucional. Ali sofremos a agressão do tempo, do inimigo e também a agressão do companheiro que, em todas as cruzadas, nunca falta com o seu golpe pelas costas. Perdida agora, pela sua conformação, nem ao inimigo poderia servir. Permanecia fiel aos amigos que a abandonaram. Esquecida, a

Vala Suja ficava no Vale do Paraíba como um símbolo. (DUARTE, 1947, p.78)

O território paulista é redesenhado pelas trincheiras, ferrovias, fazendas e pelos morros, sendo este um compêndio de impressões e emoções vividas pela guerra que redefiniram momentaneamente a geografia paulista. Nesse sentido, Cachoeira representava a retaguarda inútil; a Vala Suja, chamada assim devido às condições regulares, tornou-se um símbolo de aprendizagem e Bianor foi representada como uma estaçãozinha sem importância. Analisaremos ainda: a bela e grande fazenda de Vila Queimada; a epopeia do Morro Verde e a liberdade encontrada na travessia da Serra da Mantiqueira e na despedida do Brasil (representado pelo presídio de Fernando de Noronha).

As ameaças ao território constitucionalista tornavam-se mais sérias, pois eram atacados por várias frentes à medida que os campos ficavam descobertos. Soma-se a perda de algumas regiões o fato que os ditatoriais eram superiores em número – o autor fala em dois mil homens, dando a entender que o número de constitucionalistas era menor nessa linha de combate. Nessas condições, Queluz estava perdida.

Segundo o autor, o adversário percebia a confusão e recrudescera o ataque às linhas desorganizadas. Entre os constitucionalistas, preocupava a ampliação do clima de derrotismo entre alguns comandantes (mesmo os que antes deram provas de bravura), que parecia ser ainda maior que o desânimo das tropas. O autor analisou que nos rostos se via o abatimento. Os “rapazes do Piratininga” reclamavam, pois se sentiram indignados por se submeterem a riscos de serem massacrados.

Vidigal Pontes (2004) escreveu sobre as condições das forças paulistas, considerando que apesar do empenho com que reuniram esforços, essas estavam mal equipadas. Além da falta de armamento e munição, os que existiam eram obsoletos. Um exemplo da inferioridade bélica constitucionalista era notado na aviação. No início, havia apenas cinco aviões, além de outros dois pertencentes a aviadores civis. Depois encomendaram alguns do Chile, mas apenas três chegaram ao destino, sendo que outros dois não chegaram a atravessar a fronteira. Outras encomendas (de munição, armamentos e aviões) feitas aos Estados Unidos não chegaram a tempo em razão do bloqueio aos portos paulistas.

Por outro lado, as tropas do governo estavam bem preparadas e, além de recursos humanos e bélicos fartos, dispunham da capacidade de importação, enquanto os constitucionalistas pagavam as penas pelo bloqueio implantado por terra e mar. Segundo Vidigal Pontes, a estratégia de Góes Monteiro era de que São Paulo estivesse em uma situação

parecida com a da Alemanha e do Império Austro-Húngaro durante a Primeira Guerra Mundial: que tivessem seu potencial industrial minimizado pelo bloqueio terrestre e naval, que neutralizava a capacidade exportadora e impedia a entrada de matéria-prima e insumos para a produção armamentista.

O autor expõe que às forças paulistas restava o esforço de adaptação da indústria para atender as demandas de maior urgência – como alimentos, fardas, capacetes e munições. Os paulistas surpreenderam pela rapidez do improviso e engenhosidade das adequações. Um dos graves problemas gerados pelo bloqueio naval foi o abastecimento de produtos alimentícios fornecidos por outros estados, como sal – que exigiu a construção de salinas de emergência. A moagem do trigo sofreu uma nova padronização aumentando o índice de outros componentes, como farinha de mandioca e milho.

A Escola Politécnica aplicou-se aos estudos, inventos e fabricações de armamentos e explosivos, sem o conhecimento perfeito do seu comportamento e dos acidentes que poderiam ser provocados. Os politécnicos muitas vezes tiveram que resolver problemas com os quais nunca sonharam confrontar-se, à iminência de uma explosão fatal. Outras inovações tinham o objetivo de dissimular, como as bombas de fumaça usadas como cortina de deslocamento no *front* ou na camuflagem de pontos estratégicos. A principal arma de dissimulação era conhecida por “matraca”, instrumento de madeira que produzia um ruído semelhante ao de uma metralhadora, a fim de enganar o inimigo. Vejamos o comentário de Paulo Duarte sobre a situação bélica constitucionalista:

Quando ela arrebentara, os paulistas esperavam os seus aliados com os quais combinaram a execução sumária de uma ditadura. Apesar disso, os paulistas ficaram sós e sós fizeram a guerra. De modo que quase todo o armamento esperado foi defender a estabilidade ditatorial. Por isso a indústria bélica precisou ser improvisada, ante o bloqueio logo de início realizado. A fábrica de cartuchos trabalhava, mas a fabricação não permitia prodigalidade. Para poupar a munição, um “bresser” de Cruzeiro inventou a matraca. Instrumento de madeira que arremedava as metralhadoras. De noite servia para o tiroteio de inquietação, proclamava ao inimigo, de dia, uma potência de fogo que nunca possuímos...

Mas apenas com as matracas e canhões de madeira não podíamos acompanhar as apostas adversárias feitas com artilharia pesada e quase um fuzil metralhadora para cada soldado. Daí a invenção das bombardas. Podíamos fabricar as bombardas, mas como obter os canhões para lançá-las? Artilharia primitiva, a fabricação não oferecia grandes dificuldades, entretanto, faltava o material capaz de resistir à explosão do arremêso (sic). Fabricou-se com o existente. Numa experiência de novo tipo de projétil, explodiu esse na boca da peça, matando um dos nossos generais e muitos outros elementos preciosos. (DUARTE, 1947, p. 124)

A concepção de que expor as tropas a tantos riscos era um ato de inconseqüência foi compartilhada pelo coronel Herculano de Carvalho ao se referir à matraca, que acreditava que, na presunção de iludir o adversário, na verdade, procuravam iludir a si mesmos. Segundo ele, permitir que os soldados se expusessem às balas adversárias, às granadas e aos aviões que portavam metralhadores, tendo como armas de defesa instrumentos insuficientes e inadequados, já não era humano, era loucura (HERCULANO *apud* CAPELATO, 1981).

O uso da matraca não foi criticado por muitos memorialistas. Paulo Duarte considera que essa invenção foi uma necessidade diante das circunstâncias, uma iniciativa dos louváveis engenheiros da escola politécnica. Era tratada como uma arma para enganar o adversário, daí o lado “cômico” do fato. Contudo, nada se podia constatar a respeito dos efeitos de seu poder de persuasão sobre os adversários. Por outro lado, é possível concordar que a utilização da matraca pode ter tido um efeito psicológico positivo nos constitucionalistas, que de alguma forma se sentiram criativos, animados e acreditaram na utilidade do invento. Entretanto, considera-se que foi uma medida inconsequente, e mesmo de irresponsabilidade, motivada talvez pelo despreparo em lidar com a guerra, que expôs os soldados a um desastre, pois a reação inimiga aos “tiros” se tornava mais impetuosa.

A partir das críticas de alguns comandantes e da historiografia, conclui-se que a matraca, por fim, abalou a reputação dos constitucionalistas, sendo um exemplo negativo da falta de organização e de recursos dos revoltosos, que sem planejamento entraram na guerra acreditando que essa não seria duradoura e tiveram que improvisar, arriscando vida e saúde de voluntários que foram conquistados pela propaganda do movimento.

Paulo Duarte manifestou-se irritado com a desorganização do movimento constitucionalista. Àqueles que não colaboravam com a luta eram lançadas palavras de extrema indignação quando se percebeu que os raros recursos se tornavam ainda mais restritos porque eram desigualmente distribuídos.

Uma ânsia de desespero (sic) nos atormentava. Não pude jantar direito, irrito-me num hotel do Cruzeiro a presença dos oficiaizinhos da retaguarda, comendo alegremente na melhor súpria desse mundo. Vinham, de automóvel, jantar em Cruzeiro para espairar (sic) o tédio da guerra. Gasolina desperdiçada inutilmente, enquanto em tôda (sic) parte, até os médicos tinham os seus automóveis restringidos para a economia da essência necessária à guerra! Voltei a Queluz amargado de raiva contra aqueles patifizinhos (sic) farreando no sacrifício alheio. (DUARTE, 1947, p. 79)

Entende-se que, para o autor, diante de tantas adversidades era imprescindível que houvesse a participação ativa e comprometida de todos os combatentes. Caso houvesse o

compromisso de todos, poderiam pensar na vitória e, mesmo quando se pensava nas possibilidades de derrota, a norma era resistir acima de qualquer impedimento, o contrário seria considerado indigno. Tratava-se, portanto, da defesa moral de um movimento movido pelo ideal constitucionalista.

A narrativa de Paulo Duarte apresenta os detalhes da guerra; diferente das notícias jornalísticas que tentavam amenizar a situação dos constitucionalistas para não apavorarem a população. O ambiente no *front* estava longe de um cenário de tranquilidade, descrito no livro do repórter Armando Brussolo⁴⁰. Os constitucionalistas caíram como peças de dominó enfileiradas. A retirada de Queluz foi considerada um “desastre” irremediável. Era preciso começar a organizar o novo espaço de ação: Vila Queimada e o Morro Verde.

Vila Queimada é o nome de uma das grandes fazendas do Vale do Paraíba, na serra da Mantiqueira. Segundo o autor, tratava-se de um lugar tranquilo, em que a guerra civil transformara em campo de batalha, onde logo abriram as trincheiras. A chegada ao local revigorou a resistência paulista. A narração de Paulo Duarte assume, temporariamente, um tom mais ameno. Voltou-se a falar nas motivações da guerra: a liberdade. O autor se impressionou ao ver os esforços dos homens e a atuação da engenharia de guerra ao adaptar o ambiente. Rapidamente alojaram-se, abrindo as trincheiras e os espaços entre os morros para o transporte e a comunicação. Receberam os reforços do batalhão “Paes Leme”, comandado pelo capitão Pinho, antigo oficial da Força Pública. O autor diz que o batalhão impressionou pela organização, o que os diferenciava do Piratininga.

Os ditatoriais também apresentaram novidades: inauguraram uma nova ação – “bombardeio de verdade” com cinco a oito aviões de uma vez. Houve dias em que toda a frente – Pedreira, Morro Verde, Vila Queimada e “Paes Lemes” à direta – era malhada por aviões e canhões. O ataque dos adversários abalava os constitucionalistas: esgotava os soldados da frente e desorganizava a retaguarda. Sem armamento capaz de se contrapor aos ataques aéreos, restou aos soldados o aprendizado da defesa: construíram abrigos subterrâneos para cinco a seis pessoas. À medida que tomavam precauções de defesa, os transtornos de pânico causados pelos aviões foram diminuindo.

O assalto ao Morro Verde deixou os constitucionalistas sem sua proteção natural. Para proteger esse ponto estratégico, os constitucionalistas tiveram também momentos de “martírios” gloriosos. O tenente Melo e cinco soldados decidiram ficar e lutar para manter a montanha, mas, apesar da determinação, nem o Morro Verde, nem os soldados resistiram as

⁴⁰ O livro *Tudo pelo Brasil* é analisado no terceiro capítulo deste estudo, sendo possível perceber as diferenças da narrativa desse e do jornalista Paulo Duarte.

“dezenas de detonações”.

Nesse clima segue a narrativa de Paulo Duarte, descrevendo o ambiente em que os constitucionistas conviviam com o fogo inimigo, com dias sangrentos, com a falta da munição e, muitas vezes, com retiradas sem resistência ou justificativas válidas. Segundo o autor, a falta de atitude abatia mais os soldados do que as mutilações de alguns companheiros: tornava indigna a perda de cada combate e a perda de territórios anunciava a iminência da derrota.

A grande tragédia parecia inevitável. Não era crível manter o Cruzeiro, a não ser que um fator imprevisto viesse a nosso favor.

Um crítico da História disse que, depois de morto Robespierre, só se o impossível acontecesse a França fôra (sic) capaz de salvar-se. E o impossível aconteceu com o surgimento de Napoleão.

Para salvar o eixo principal da guerra paulista, só se também o impossível acontecesse...

O Túnel! Tantos sacrifícios! Tantos mortos! Tanto sangue, tanta amargura! Tudo perdido!...

O comando da Divisão já estava redigindo a ordem da retirada. A ordem da retirada do Túnel! O comandante devia estar sofrendo muito... (DUARTE, 1947, p. 218-219)

As imagens heroicas da guerra moldaram a visão idealista da guerra civil. Paulo Duarte almejava uma vitória que produzisse um grande líder, um verdadeiro herói nacional, fosse civil ou militar, mas que entrasse com a força moral de um Napoleão. Mas a derrota se aproximava, além das ameaças externas; o Túnel estava comprometido por dissensões internas. Diante do descalabro moral e da iminência de uma derrota pouco honrosa, iniciou-se o processo de luto: entender a derrota da revolução por meio da identificação das traições e dos traidores. Quando Paulo Duarte e seus companheiros ainda estavam em Vila Queimada, começaram a chegar as informações: “As coisas lá pelas outras frentes, ao que pareciam, andavam mais inquietadoras ainda. Notícias más. Falava-se em traição da Força Pública. Não acreditei. Neste gênero de guerra é muito relativa a profundidade dos ideais” (DUARTE, 1947, p. 160).

Conforme demonstra o autor, a traição vinda do Túnel era um agravante, pois o Túnel era o símbolo das esperanças dos constitucionistas, sendo um dos seus principais redutos, onde se combateu a Força Pública de São Paulo. Paulo Duarte explicou o que significava, para os paulistas, a participação da Força Pública nessa luta e o peso das notícias que abalavam os constitucionistas.

Corporação paulista, com tradição de bravura e lealdade muito antiga, mesmo sendo quase toda a sua oficialidade composta de homens de pouca cultura, só se podia esperar dela uma absoluta firmeza até o fim, não apenas pelos motivos repassados, muito precários quando os homens defendem a própria pele. A nossa derrota seria a ruína da Força. Só uma burrice incomensurável poderia esperar qualquer clemência do vencedor para com êla (sic) no caso de sermos vencidos. (DUARTE, 1947, p. 161)

Os constitucionalistas aproximavam-se da possibilidade de serem vencidos. Nesse momento da luta, já haviam perdido todas as regiões de montanhas e a guerra estendia-se por planaltos, que tornava a situação mais decisiva. Segundo o autor, a resistência dependia da crise que se manifestava nas tropas do Túnel que, “aureolados pela fama de heroísmo”, se achavam no direito de escolher posições.

Foi então que um oficial das fôrças (sic) do Túnel, tenente Demóstenes, procurou os oficiais do Saldanha para assinar um documento já com as firmas de diversos outros oficiais da Fôrça Pública (sic). Era um abaixo-assinado no sentido da oficialidade recusar-se a tomar posições. Dois motivos alegavam: a ausência do comando e a falta de segurança das novas linhas, onde as trincheiras não tinham sido abertas... (DUARTE, 1947, p. 233)

A proposição desse abaixo-assinado, mais do que uma demonstração de comodidade ou fraqueza, é considerada uma clara atitude de traição. Para o autor, o fato de estarem em posições de risco não justificava o abandono do posto. Paulo Duarte, que dificilmente admitiria que o documento tivesse aceitação generalizada, considerou o abaixo-assinado uma ação de “algum traidor astuto” que invadiu o ânimo de alguns oficiais da Força Pública. Acreditava que a questão seria resolvida com a descoberta do propositor e retira-lo-ia do convívio da tropa.

O autor ressalta a surpresa nos meios constitucionalistas com a divulgação de tal documento. Alguns oficiais repeliram tal atitude insuflando os soldados a resistirem. Apesar dos sucessivos desastres causados por ações duvidosas e fracas de alguns oficiais, o autor comenta a dificuldade dos soldados em admitirem a suspeita. Mesmo com tantas apreensões e desapontamentos, os paulistas não esperavam que as mazelas dos oficiais pudessem atingir a Força Pública. Acreditavam que, por ter sido fundada e mantida pelo estado, a milícia permaneceria fiel.

O choque foi tamanho e devastador. O Túnel era a última parada para a derrota no território paulista e não teve um fim diferente das outras. “[...] fora mantido quase só pelo ânimo da Força Pública. Pois agora estas mesmas patentes que se cercaram de uma fama de

lenda, desmoralizavam-se, depois do recuo de Cruzeiro, desfaziavam-se como o fundo lamacento das trincheiras com as enxurradas dos morros” (DUARTE, 1947, p. 238).

Depois da retirada do Túnel, a Força Pública perdeu completamente o ânimo. Qualquer motivo era momento de exacerbar as insatisfações. Paulo Duarte teve notícias, por exemplo, dos combatentes que se reuniram em torno de um soldado ferido e o cercaram de um carinho exagerado, comentando que os pequenos sofriam a loucura dos grandes. Para o autor, “era o preparo preliminar da traição no ânimo dos soldados!” (p. 309). O autor comenta que, aos poucos, eram impregnados por uma atmosfera de calamidades, em que já não era mais possível saber quem eram os bons e quem eram os traidores.

O que muitos constitucionalistas consideraram traição se consumou com um ofício que o G.Q.G. enviara ao inimigo nos últimos dias de setembro de 1932: era a proposta de armistício. O documento gerou discussão no alto comando, tendo alguns comandantes considerado-o como um “nefelibatismo tolo” e de “eloqüente (sic) pusilanimidade” (DUARTE, 1947, p. 308).

Em reunião com comandantes e oficiais, o coronel Euclides fez a leitura das propostas de armistício. Só então os soldados da frente conheceram seu conteúdo. O autor afirma que, a partir da leitura do documento, via-se a desorientação e o atalhamento em que tudo se resolveu, sendo um processo feito às escondidas.

O pedido de armistício apresentara-se por diversos despachos; no primeiro contexto era uma confissão de derrota e quem se confessa derrotado não tem autoridade para discutir a paz. Na segunda redação, novas modificações, e nova na terceira e na definitiva, aquele documento lamentável já em mãos do inimigo [...]. Iríamos ser esmagados completamente, pois o inimigo não era tolo e, por muito fraco que estivesse, se sentiria fortalecido com a confissão de uma fraqueza maior. (DUARTE, 1947, p. 315)

Os que propuseram o armistício defenderam-se alegando que o haviam feito com boas intenções. O coronel Maia falou em nome deles: “Como militar vira o nosso esmagamento pelas armas inimigas, cujos recursos não se podiam comparar à nossa miséria de elementos materiais. Por isso, não hesitara em propor [...] para evitar a São Paulo a derrota completa e os horrores da invasão” (DUARTE, 1947, p. 316-317).

Em resposta a essa afirmação, Paulo Duarte, tomando a palavra em nome daqueles que eram contra o armistício, disse que, diante do exposto, a guerra continuaria, pois os constitucionalistas ainda não se sentiam derrotados e ali estavam dispostos a lutar contra a invasão e a desonra. Independente das decisões do alto comando, o grupo liderado pelo

coronel Euclides, do qual Paulo Duarte fazia parte, decidiu resistir.

No primeiro dia de outubro de 1932, os que persistiam na luta assinaram um compromisso com o coronel Euclides, dando-lhe “ampla, irrestrita e incondicional solidariedade para prosseguir na luta armada dentro da revolução constitucionalista, onde fosse possível e em qualquer lugar do país para onde fosse deslocada” (DUARTE, 1947, p. 319).

Na ocasião, Paulo Duarte já era comandante do Trem Blindado (posição ocupada em Lorena, quando o Blindado foi colocado em ação novamente, após um tempo de abandono por falta de armamento), e o colocou à disposição dos planos de Euclides. O coronel pretendia formar uma coluna, que teve a adesão de comandantes que garantiram cerca de 3.000 homens. As estradas de ferro levariam ao Mato Grosso ou ao Rio Paraná. Contudo, os trilhos foram obstruídos para dar passagem aos comboios da Força Pública.

No dia 2 de outubro de 1932, a Força Pública não só assinou o armistício, como se comprometeu com os ditatoriais, em um acordo separado, assinado pelo coronel Herculano de Carvalho. O governo civil e os políticos não foram consultados, o que gerou uma certa apreensão sobre o que aconteceria em São Paulo. O pacto firmado entre Herculano e o Governo Provisório assinalava que a Força Pública era encarregada de garantir a ordem pública no estado e de preparar a transição do governo. O próprio Herculano assumiu provisoriamente a interventoria⁴¹.

Estávamos irremediavelmente liquidados! Impossível atravessar São Paulo, já sob o poder do inimigo. O comandante da Força Pública, que a êste se aliara, depusera o governo e guarnecera a cidade. Na estação do Norte, onde deveríamos desembarcar, esperava-nos um batalhão para desarmar os últimos intransigentes

O Julinho enviara relatório de tudo ao cel. Euclides, informando a pressa com que foram tomadas providências contra nós. (DUARTE, 1947, p. 329)

Nessas condições, o Trem Blindado teve de ser abandonado, pois “não estava disposto a cair nas mãos dos vencedores” (DUARTE, 1947, p. 329). Muitos soldados que formavam a coluna foram liberados a voltarem para as casas. Desfeita a coluna, formou-se um grupo de fugitivos que partiriam para o sul, em uma pequena embarcação, com planos de que se não pudessem continuar a luta, procurariam asilo político em outros países.

Nessa parte da narrativa, o autor admite a “vitória” dos ditatoriais. Fala em “ditadura vencedora” associada a um momento de escuridão sob o país. Contudo, o reconhecimento da

⁴¹ Ver José Alfredo Vidigal Pontes, *op. cit.*

vitória não implica no reconhecimento da “derrota”. O autor não se coloca como “derrotado”; era um fugitivo que não se entregou e continuava a buscar soluções. Entende-se que para Paulo Duarte, enquanto houvesse alguém investindo na luta constitucionista, não se podia considerá-la derrotada.

Atrás, ia ficando a praia de Guaraú, ao fundo da qual se estendia, desafiador, o vulto maciço da serra verde que havíamos vencido durante a noite. Neste momento, a montanha escura já nos separava de uma ditadura que havíamos combatido tenazmente, mas vencedora, nos perseguia. À nossa frente, o Oceano Atlântico, belo, ensolarado, como de braços abertos e nos convidar. E principiamos a avançar, rumo ao sul, que, para nós, era o rumo da liberdade e da ação... (DUARTE, 1947, p. 346).

As metáforas com elementos da natureza: a noite e a montanha escura são associadas à ditadura, “vencida durante a noite” ou “combatida tenazmente”. O autor reveste de tom poético a descrição do momento, em que as novas conjunturas permitiram-lhe repensar a luta e significar sua posição, que foi valorizada ao identificar no “outro” elementos negativos e, em si, um baluarte da liberdade.

O oceano simboliza o afastamento do território ditatorial e a idéia de nova fase. Ao encontrá-lo, o autor verbaliza a sensação de liberdade e as pretensões de ação. A mesma ordem de reflexão é expressa ao se falar sobre a Constituição: a principal bandeira da guerra. Em alto mar, o autor comenta ter encontrado um farol que tinha em sua base escrita a palavra “Constituição”; e descreve sua impressão: “Para o alto subia a torre, de onde, à noite, uma luz guiava os viajantes do mar. Em baixo, base dessa luz, doze letras que guiaram São Paulo na mais dolorosa rota de sua história” (p. 351).

Depois que embarcaram, decidiram passar pelo litoral de Florianópolis porque o mar da região era mais tranquilo. Surpreenderam-se com uma patrulha em lancha policial, cujo capitão reconheceu Euclides e foram presos, enviados para o Rio de Janeiro, para juntarem-se aos outros presos na Casa de Correção. Era o fim da guerra para Paulo Duarte.

Após um período na prisão, foram enviados para o exílio na Europa, onde se escreveu o livro, cheio de ressentimentos, rancores e críticas. É nesse contexto que se compreende as expressões como a “mais dolorosa rota da história”, que é diferente da descrição da guerra feita no prefácio pelo autor, quinze anos depois, de “o mais belo capítulo da história de São Paulo”.

CAPÍTULO 3

IMAGENS DA GUERRA: NARRATIVAS CONSTITUCIONALISTAS

Um acontecimento ou uma situação vivida não pode ser transmitida a outrem sem que seja narrado. Ao contar suas experiências, o narrador transmite o que foi vivenciado, selecionando e organizando dos acontecimentos de acordo com determinado sentido. A narrativa é o trabalho de cristalização da linguagem em imagens que remetem à experiência e é a forma que o narrador pode expor sua versão sobre os fatos.

Nesse capítulo, escolhemos três narradores da revolução constitucionalista de 1932: o repórter Armando Brussolo; o coronel Euclides Figueiredo e retomamos o relato do combatente Paulo Duarte. Na narrativa de cada autor o passado aflora à consciência na forma de imagem-lembrança. Assim, no texto cada um refaz, repensa e reconstrói o passado, tendo como base as lembranças que são construídas com os materiais que estão a disposição de cada autor no conjunto de representações que provocam a consciência presente (HALBWACHS, 1990 e BOSI, 1994). A base para os escritos é a memória, cada autor relaciona a lembrança do passado mediante a sua inserção social e ao momento da escrita – o que é especialmente relevante, considerando que todos os escritores conheciam o desfecho da guerra⁴².

Ecléa Bosi (1994, p. 68) afirma que a função da lembrança é conservar o passado do indivíduo em sua relação com o grupo: “O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo”.

⁴² Ecléa Bosi (*op.cit.*, p. 68) trata do conceito a lembrança fazendo referência a William Stern que afirma que “a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto *vivenciada*”. Segundo a autora, Stern refere-se ao estrato objetivo da lembrança (“história”, “mundo”), mas subordina-o manifestadamente a subjetividade (“seu”, “vivenciada”).

É nesse sentido que nos propusemos a analisar as obras dos autores citados, considerando que cada um apresenta sua versão dos fatos, falando em nome da verdade. Procura-se perceber a projeção do sujeito ao registrar suas lembranças e como nesse jogo, em que lembrança e esquecimento dialogam, se atribui sentido ao acontecimento.

3.1 Armando Brussole: imagens do soldado-herói

Armando Brussole era repórter do jornal *A Gazeta* em 1932, quando foi incumbido da missão de escrever as notícias da guerra constitucionalista a partir da zona de operações militares. Seu livro trata-se de um diário produzido durante as hostilidades e foi publicado pouco tempo após o final do conflito. *Tudo pelo Brasil* fez parte do primeiro grupo de publicações sobre o movimento paulista, atendendo ao ávido interesse da população. Publicado no mesmo ano da guerra, que se encerrou na metade do segundo semestre do ano de 1932, o livro foi rapidamente esgotado, exigindo uma nova edição. A velocidade com que as casas editoriais e livrarias trabalhavam é um claro indício do enorme interesse do público em torno da compreensão do dramático acontecimento.

O diário do repórter apresenta o cotidiano no campo de batalha. Ao narrar o nascimento do livro, Armando Brussole relata as orientações dadas pelo secretário do jornal: o repórter devia envolver-se no ambiente dos combates do grupo revolucionário, assistindo, de preferência, a alguns combates. Devia evitar qualquer referência a manifestações de covardia, descrevendo para os leitores, distantes do campo de batalha, a impressão exata da guerra por meio das “reportagens vividas” (BRUSSOLO, 1932, p. 10). As recomendações do secretário, apresentadas no início do livro, indicam a construção de um relato favorável aos paulistas, o que não impediu que o repórter afirmasse:

Sendo trabalho de um repórter, claro está que suas páginas apenas contêm factos despidos de commentarios.

Limitamo-nos a ser uma passiva machina photographica. E nossa objectiva tratou de focalizar e fixar episodios interessantes e que viessem a servir de subsídio à história que, no futuro, se escreverá sobre o movimento constitucionalista esposado por São Paulo e Matto Grosso. Nada mais (p. 11).

O jornalista tece com o leitor um pacto de verdade e imparcialidade na narrativa, buscando negar a presença de interpretações pessoais. Ao comparar-se com uma “passiva máquina fotográfica”, salienta a noção comum de que as “câmeras não mentem”. De fato, a invenção da fotografia, no século XIX, despertou entusiasmo com a possibilidade de

objetividade do registro. A objetividade do registro fotográfico foi objeto de crítica recorrente, ainda no século XIX. Peter Burke (2001, p. 13) apresenta as opiniões de vários autores, entre eles o norte-americano Lewis Hine, que ironiza tal perspectiva de objetividade ao afirmar que "embora as fotografias não possam mentir, os mentirosos podem fotografar".

A metáfora usada permite adentrar na pretensa objetividade do jornalista Armando Bruscolo: longe de qualquer relação com a “passiva máquina”, a obra do jornalista expôs a intenção de “servir de subsídio a história” ao reunir artigos e fotos na coletânea. A historicização da experiência de 1932 articula-se a pretensa objetividade dos fatos sob a perspectiva do método histórico. O livro foi produzido a partir do objetivo expresso de se tornar uma referência para a compreensão da guerra tanto para os leitores do jornal, quanto para as gerações vindouras. Entretanto, percebe-se nas marcas do relato que o autor partilhou da significação do evento ao narrá-lo por meio do uso da linguagem e das suas figuras. A obra de Bruscolo é, sobretudo, um diário de campo de um repórter na zona de batalha. Assim, o autor comenta suas impressões pessoais dos fatos. Inevitavelmente, apresenta uma versão dos fatos comprometida por visões de mundo de indivíduos e do grupo social em que estava inserido.

O jornalista trabalhava no vespertino paulistano que, na época, era dirigido por Casper Líbero (de 1918 a 1943, ano da morte do jornalista), a quem o autor dedica o livro. A *Gazeta* passou a circular, em São Paulo, a partir de 16 de maio de 1906, sob a direção de Adolfo Campos de Araújo. Após sucessivos proprietários, Casper Líbero comprou o jornal que estava à beira da falência. Diferente de muitos jornalistas da época, que viam na carreira um trampolim para se alcançar cargos políticos⁴³, Casper Líbero lançou uma nova perspectiva aos profissionais do jornalismo e fez da profissão seu instrumento de ação na sociedade. O diretor ficou conhecido pelo seu empreendedorismo e por seus projetos de vanguarda que, para muitos, tornaram *A Gazeta* no mais moderno jornal vespertino da América Latina entre as décadas de 1920 e 1940 (HIME, 2003, 2004)⁴⁴.

⁴³ A nova forma de produção dos jornais - incorporando fórmulas inéditas de construção de textos, bem como novidades gráficas - inaugurada na década de 1930, está relacionada ao fim da fase do jornalismo político-partidário do século XIX. Francisco Rüdiger (2003) analisa que, com a forma político-partidária, o jornalismo tornou-se um meio de formação doutrinária da opinião pública. Nesse contexto, a propriedade de um jornal se tornou um meio de ascensão política. Assim, “a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária” (p. 35).

⁴⁴ A afirmação sobre a modernidade de *A Gazeta* não é diretamente proporcional à popularidade do periódico, pois o jornal de maior circulação era o carioca *Correio da Manhã* e o de maior prestígio em São Paulo era *O Estado de São Paulo*. Segundo Gisely Valentim Vaz Coelho Hime (2003, 2004), as publicações da época consideravam *A Gazeta* como o jornal mais moderno da América Latina, considerando os aspectos editorial, material e administrativo. O projeto de modernização do jornalista-empresário Casper Líbero visou acompanhar o processo de evolução da sociedade abordando temas diversos (como as colunas voltadas a mulheres, aos esportes e a crianças); comprando novo maquinário e construindo novo espaço físico (o primeiro edifício

Casper Líbero era filho do médico Honório Líbero, um dos fundadores do Partido Republicano Paulista nas localidades de Bragança Paulista. Empunhando sua bandeira política, posicionou-se ao lado do PRP em 1930 e, durante o Movimento Constitucionalista, usou o jornal para difundir os ideais revolucionários. Segundo Maria Helena Capelato (1989), *O Estado de São Paulo* e *A Gazeta* comandaram o movimento 1932 no âmbito da imprensa paulista, sendo o primeiro representante dos democratas e o último, dos perrepistas.

Em *Tudo pelo Brasil*, percebe-se que os artigos escritos por Armando Brussole tinham como objetivo incentivar o leitor a assumir certas posições diante da guerra. O título é bastante sugestivo: aparta as acusações governistas de que o movimento era separatista ou regionalista e afirma a concepção de que o movimento (mesmo tendo como território de luta apenas os estados de São Paulo e, menos expressivamente, o Mato Grosso) perseguia a defesa do bem nacional. Isso constitui em um coeso discurso que conclamava a população à luta e demonstrava a preocupação primordial de garantir a continuidade da hegemonia paulista.

[...] aqui, em meio de densas florestas e impenetráveis bosques é que podemos conhecer profundamente o quanto é grande e o quanto é nobre a nobilíssima alma do paulista cioso de suas gigantescas tradições. Não se illudam, na zona de guerra em que se opera o formidável movimento constitucionalista, cada soldado é um patriota e cada patriota é um heróe prompto a arrastar as maiores vicissitudes e a derramar seu sangue em pról da causa abraçada [...]. Esses milhares e milhares de moços se erguem e, encarnados num só homem, desfraldam a bandeira da Liberdade e saberão honral-a e defendel-a como bons e leaes brasileiros que são! (BRUSSOLO, 1932, p. 108-109)

A propaganda constitucionalista, até o último momento, buscou elevar o moral das tropas e do povo paulista, divulgando os ideais da luta e impedindo que fosse abalada a convicção no “predestino histórico” do estado como principal promovedor dos bens nacionais. São Paulo, em guerra, mais uma vez desafiava as adversidades do ambiente, caminhando para o fim determinado: a defesa da liberdade.

Ao definir os significados de 1932, Brussole (como outros jornalistas constitucionalistas) propaga o sentido do “patriotismo paulista”: o estado se coloca a serviço do bem do país, devotando a ele o que tem de melhor. Para o autor (1932, p. 139), os paulistas eram os paladinos defensores da “pátria oprimida”, que queria ser libertada dos “grilhões dos autocratas que se aboletaram no poder”. São Paulo é representado como o grande patriota que

construído no Brasil para abrigar uma sede de jornal, que reunia todos os departamentos necessários para o funcionamento de um jornal. Foi instalado também um auditório, um restaurante e, mais tarde, a Rádio Gazeta). A nova sede, inaugurada em 1939, foi construída com verba proveniente da indenização paga pelo Governo de Getúlio Vargas ao jornal, após a destruição da redação em 1932, quando *A Gazeta* aderiu aos constitucionalistas.

lutava juntamente com Mato Grosso e tinha a seu lado “toda a opinião nacional”.

Conforme Cerri (2001), o “patriotismo paulista” faz parte da ideologia da paulistanidade, que, desde o final do século XIX, firmou-se como representação da região no cenário nacional, ressaltando o sentimento de unidade do grupo:

Ninguém se esquiva de participar da formidável cruzada. Expontaneamente (sic), o operario (sic) abandona a forja e o advogado sua banca para, confraternizados, se alistarem nos batalhões que se formam diariamente. E assim se vae (sic) organizando esse colossal Exercito da Lei que assombra os mais scepticos (sic) [...].

Desde a mais alta à mais humilde classe se acham aqui entrelaçadas, niveladas num só plano e ambicioso ideal [...] também serve para patentear que entre bandeirantes nunca houve e continua a não existir quaesquer (sic) preconceitos de raças ou posições sociaes (sic). (BRUSSOLO, 1932, p. 139)

Assim, o autor (1932, p. 29) representa a campanha constitucionalista como um “grito unânime”, que exigia “ampla liberdade para todas as classes sociaes (sic)”. Mais uma vez, trabalha a relação entre São Paulo e o Brasil, afirmando que a causa havia “empolgado o coração de todos os brasileiros”, sendo que “a população bandeirante” havia se colocado consciente de “seus deveres e dos verdadeiros princípios” que levaram a rebelião contra Vargas. Por isso, o movimento começou “confiante na victoria (sic) final”.

Na descrição de Armando Brussolo, essa convicção permaneceu invicta durante as batalhas. As dificuldades enfrentadas pelos revoltosos – nas limitações próprias ou nos obstáculos impostos pelo adversário – foram apresentadas em paralelo à descrição do trabalho dos soldados constitucionalistas que se empenhavam com paixão e exaustão na missão. Destacou-se a união, a dedicação e a superação das tropas que, heroicamente, suplantavam as adversidades.

O movimento constitucionalista, desde que irrompeu estava fadado a ser uma epopéa (sic). Ninguém duvidou, um só instante, de que a marcha do formidável Exército da Liberdade não seria tolhida pelos que se encontram ao serviço da dictadura (sic).

Por que? (sic)

Porque era a mocidade paulista, e mattogrossense (sic), que se levantava, de armas em punho, disposta a redimir, a custa de quaesquer (sic) sacrificios, a Patria (sic) sacrificada, que caminhava ao descabro, fazendo ruir todo o exaustivo (sic) realizado pelos nossos antepassados. (BRUSSOLO, 1932, p. 171)

O autor transmite a impressão de que os soldados dedicavam-se à causa com muita satisfação e que a vitória era iminente. Assim, o autor tenta transmitir ao público a imagem de

uma guerra gloriosa, enfatizando a coragem dos soldados e as vitórias constitucionalistas. Além das observações pessoais, o repórter faz referência a entrevistas feitas com militares de diversas patentes e soldados civis, generalizando a percepção otimista da guerra:

Sentamos numa pedra, depois de ter visitado as trincheiras de vanguarda, estou a trocar algumas palavras com o capitão Marcos Ribeiro.

– Capitão, como se têm portado seus soldados?

– Valentemente. Qualquer elogio não poderia ilustrar (sic) o heroísmo destes bravos rapazes. Luctam (sic) conscientemente e manejam o fuzil com habilidade e eficiencia (sic).

– Têm tido contacto (sic)?

– Ainda a pouco tivemos uma troca de tiros. O adversário afastou-se. (p. 110)

Em continuidade a esse diálogo, o capitão comenta a morte do combatente Ary Cajado, identificado como “um valente defensor da Liberdade do Brasil” (BRUSSOLO, 1932, p. 111). A narrativa ressalta os mártires e heróis constitucionalistas e pouco destaca as derrotas sofridas. No mesmo dia, Armando Brussolo, que estava na região do riacho do Salto, havia encontrado as tropas prontas para uma possível fuga, devido a uma debandada na noite anterior. Todavia, a descrição desse fato só aparece em nota de rodapé.

A mesma conduta narrativa é adotada quando o repórter visita a região de Silveiras. Ao conversar com o coronel José Joaquim de Andrade, fora informado que os constitucionalistas permaneciam firmes nas posições e que a crença na vitória era inabalável e generalizada. Os comentários do autor sobre o abandono de São José do Barreiro, que obrigou a retirada de outras regiões e causou a debandadas de Queluz, também são comentadas apenas em nota de rodapé. A pouca atenção despendida ao repórter por um soldado é interpretada como um empenho no exercício da função e, ao indagar sobre a data da esperada vitória, recebeu a seguinte resposta: “Para breve. Uma luta gloriosa como esta não póde demorar muito tempo. Temos que vencer logo. Isto é tão certo como dois e dois são quatro...” (BRUSSOLO, 1932, p. 185)⁴⁵.

O autor transcreve os diálogos reforçando sua credibilidade, visto que a pretensão é convencer o leitor da veracidade dos fatos. Ressalta-se que o repórter situa-se numa posição intermediária, estando em contato com os que vivenciavam a realidade e os que desejam obter informações sobre ela. Os soldados no campo de batalha transmitiam mensagens de otimismo

⁴⁵ A visita de Armando Brussolo a Silveiras ocorreu no mês de agosto. Paulo Duarte (1947), que combateu na região no mesmo período, descreve constantes retiradas e debandadas, que deixavam os soldados em estado de tensão e agonia diante das dificuldades de ação e das desistências dos companheiros. Diferente de Brussolo, Paulo Duarte descreve as dificuldades de se pensar em vitória, pois a falta de munição e de bons oficiais eram perceptíveis e restringiam as ações. Sendo assim, quando avançavam, as ofensivas eram discretas.

ao repórter. Essa era uma ação estratégica, pois assim, sabiam que as boas notícias chegariam aos parentes (tranquilizando-os), aos paulistas nas cidades (entusiasmando-os) e aos inimigos (amedrontando-os). É nesse sentido que se entende a observação de Brussolo (1932, p. 90) de que: “O nome da 'Gazeta' é uma varinha de condão. Naquelles (sic) rostos fatigados só há sorrisos para a gente. Ficamos desvanecidos!”.

No cumprimento de seu ofício, o repórter seleciona o conteúdo e a forma com que esse será comunicado. Muitas publicações tinham como objetivo acalentar e entusiasmar a população paulista, pois muitos eram familiares dos combatentes. Além disso, o repórter tinha consciência de que a guerra exigia o controle de informações. É estratégico que diante das hostilidades, cada lado procurasse divulgar só a sua verdade ou até manipular a verdade, pois a informação é parte do aparato de guerra. Por isso, as descrições das privações enfrentadas pelos constitucionalistas aparecem discretamente no diário do repórter, e não chegavam ao jornal.

Nesse contexto, o autor apresentou-se surpreso com as notícias de derrota constitucionalista. Em 28 de setembro, o autor havia chegado de uma visita a Guaratinguetá, onde encontrou a cidade abandonada pelos civis, após ter sido bombardeada pela artilharia do Governo Central. Comenta que o cenário lhe fez recordar as cenas vistas no cinema que remontavam à Grande Guerra. Ao comparar com os rastros de destruição nas proporções de um conflito nunca antes visto, o autor dramatiza a condição paulista. Na data, o repórter teve notícias de que as expectativas de vitória estavam frustradas, sendo essa recebida com espanto diante do inesperado.

Como dizia, acabo de vir de Guará. E o que logo me surpreendeu (sic) foram as palavras sopradas ao meu ouvido por um amigo:

– Parece que estamos perdidos!

Ri largamente, até que lágrimas borbulharam em meus olhos:

– Perdido? E por que? (sic)

– O porque, ignoro. Apenas tenho o pressentimento de que São Paulo se renderá.

Fitei-o, intrigado.

– Que é que faz pensar desse modo?

– Desde manhã correm numerosos e insistentes boatos de que o general Klinger vae (sic) pedir um armistício, durante o qual serão assentados as bases da paz. A principio não dei credito ao que se dizia. Mas, tanto se insistiu no assumpto, que agora me convenci de que assim será. Uma voz interior me leva a pensar do mesmo modo.

– Você está muito pessimista. Pense em cousas alegres e verá que essa nuvem passará.

– Talvez tenha razão. No entanto... não creio.

E assim nos despedimos. (BRUSSOLO, 1932, p. 244-245)

Nesse momento, começavam a circular os boatos de que o Comando pedia o armistício. Brussolo destacou que uma atmosfera diferente rondava as cidades: a população demonstrava estar apreensiva e insatisfeita. As notícias chegavam descontraídas e dificultavam a atividade jornalística: “Nós, os repórteres, andamos em terreno acidentado (sic). Não logramos pisar com firmeza (sic). Corremos atabalhoadamente, à cata de notícias. E não obtemos informações que nos venham elucidar (sic) e arrancar desta teia que nos envolve” (p. 246).

O final do conflito é apresentado como uma traição da Força Pública, que se rendeu, e do General Bertholdo Klinger, que organizou o armistício. Crescia-se a cólera contra os que favoreceram os entendimentos com o Governo De Vargas e, especialmente, contra o general. Segundo o repórter, os mais exaltados falavam em fuzilamento dos traidores, que abusaram da boa fé ilimitada do povo.

A população e os soldados foram inocentados da responsabilidade da derrota e continuaram sendo glorificados. O comportamento dos paulistas após o armistício demonstrou a vergonha e a revolta com o desfecho inesperado. Segundo o autor (1932, p. 260), a opinião pública se levantou para patentear seu desagrado ao manifestar: “Ser vencido, sim; mas, vencido com honra!”. Ao final da guerra, o povo gritava: “Antes vêr (sic) São Paulo arrasado (sic) e todos seus filhos mortos que mais um vez tornal-o captivos (sic)! Grande terra! Grande terra!” (p. 260-261). Buscavam proteger a honra dos bandeirantes, da terra de Piratininga.

Como repórter, Armando Brussolo presenciou a guerra de perto e apresentou ao público as pretensões de imparcialidade. Contrariamente, sua exposição apresenta-se pouco informativa e bastante subjetiva. Até o último instante tentou-se manter o moral elevado dos constitucionalistas. Assim, ocultavam as dificuldades e limitações enfrentadas pelo grupo, que culminaram no avanço das tropas ditatoriais e na derrota constitucionalista.

Ao final da guerra, Armando Brussolo comentou seu desfecho, que envergonhara os homens dispostos a morrer pelo movimento constitucionalista e, sucessivamente, elogiou a grandeza do movimento: “Tudo, portanto, está terminado! Findou esse grande movimento, essa épica revolução constitucionalista que, na história da nação brasileira, há de passar como sendo a Epopéia de São Paulo!” (p. 277).

Nos capítulos seguintes, dedica-se a defender a superioridade paulista, afastando qualquer contrassenso. Procurou desmentir os argumentos ditatoriais, identificando o separatismo como o motivo da guerra, e que São Paulo estava em penúria em razão do bloqueio organizado pelo governo.

Em seus comentários finais sobre a obra, Armando Brussolo (*Ibidem*, p. 286-287)

reconhece que seu livro tem defeitos (embora não os enumere) e aponta, também, o que considera ser as qualidades de seu trabalho: “organizado sobre bases certas e conscienciosamente”, tratando-se de um “despretensioso registro de acontecimentos de importância”. O autor comenta ainda as penalidades a que os paulistas foram expostos, entre elas, a censura e o exílio; e elogia-os porque, mesmo castigados, todos altivamente assumiram sua participação no movimento⁴⁶.

No decorrer de toda a narrativa, o autor reforça a convicção na honra e no heroísmo dos combatentes paulistas: “os bravos e valentes soldados da Lei e da Liberdade” (p. 278). Por várias vezes expôs que aqueles que se empenhavam na luta acreditavam na vitória e estavam conscientes da justiça e da grandeza da causa.

Quanto ao desfecho do movimento, não se admite a derrota paulista e conclui-se que:

São Paulo vencido?

A essa pergunta, como alguns outubristas o fizeram, todos são obrigados a responder:

– Não!

Apenas foi entregue às mãos de seus inimigos. (p. 286)

A afirmativa de que São Paulo não perdeu a guerra, mas fora traído, preserva a dignidade daqueles que foram fiéis ao constitucionalismo e manifesta a insatisfação com os traidores, que tiveram sua reputação questionada. Assim, não desapareceram as dádivas heroicas e a memória que se registrou foi a de um povo que não se resignou. O desfecho do caso foi tratado com desagrado, não sendo reconhecida a fraqueza paulista ou a responsabilidade pela derrota, mas apontando as falhas a que foram subjugados.

3.2 Euclides Figueiredo: a guerra vista pelo alto comando militar

Durante a revolução constitucionalista, o coronel Euclides Figueiredo foi comandante da 2ª Região Militar, que tinha como Chefe do Estado Maior o coronel Palimércio de Rezende. Os dois militares tornaram-se amigos em 1922 quando serviam ao gabinete do Ministro de Guerra. Desde então, estiveram engajados em vários movimentos, como a oposição ao golpe de 1930 e o movimento constitucionalista, em que se tornaram figuras de alto relevo. À memória do amigo, Euclides dedica o livro sobre a guerra paulista.

⁴⁶ Armando Brussolo comenta, em meio a esses gestos, que só uma voz soava negando tudo quanto participou: é a do Dr. Marrey Junior, que passou a ser chamado de “político matreiro”. Por sua artimanha, que buscava satisfazer apenas interesses pessoais, tornando-o ridículo aos olhos dos ex-companheiros de luta.

Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932 foi publicado (pela primeira vez) em 1954. Nos anos anteriores (entre os fatos e a publicação da obra), Euclides Figueiredo atuou mais ativamente na oposição a Getúlio Vargas. Com a derrota do movimento paulista, o militar partiu para o exílio, onde confabulava contra Vargas. Ao regressarem do exílio, Euclides e Palimércio foram candidatos a deputados federais pelo Partido Republicano Paulista, na expectativa de participação na Assembleia Constituinte, mas não obtiveram êxito.

Figueiredo aquiesceu em apoiar a tentativa de deposição do presidente organizada por integralistas e democratas, em 1938. Foi preso (1938-1942), teve cassada sua patente de coronel e foi decretado como morto. Depois de liberto e anistiado⁴⁷, teve participação na fundação da União Democrática Nacional (UDN) e no processo de redemocratização do país em 1945. Foi eleito deputado federal, atuando no parlamento de 1946-51.

O Governo Dutra foi o momento propício para a erupção da memória de 1932, que só então pôde ocupar os espaços oficiais. Apesar do grande número de produções, a memória do movimento restringiu-se ao memorialismo, sendo assim, era marginalizada nos meios políticos. Como deputado, Euclides Figueiredo teve a possibilidade de registrar a discussão nos meios parlamentares, lembrando e explicando os acontecimentos da Era Vargas em seus pronunciamentos.

Com a publicação do livro sobre a guerra paulista, em 1954, Euclides Figueiredo voltou a registrar a memória constitucionalista. O lançamento da obra já estava sendo preparado para esse ano comemorativo, que correspondia ao IV Centenário da cidade de São Paulo. Segundo Sílvio Luiz Lofego (2004), a comemoração ganhou a dimensão de portadora da memória paulistana, fazendo da evocação do passado uma das suas marcas mais expressivas: trouxe para o epicentro das festas a lembrança de marcos históricos. O momento impôs a produção de um manancial memorialístico, que constituiu um magnífico esforço de concentração de forças para naturalizar a imagem de um elo entre o passado glorioso e um futuro predestinado. Nesse contexto, Euclides Figueiredo dedicou o livro aos paulistas, no aniversário de sua imortalidade, e à memória de Palimércio de Rezende, apresentado como “soldado brasileiro”, veiculando a guerra de 1932 às expressões da paulistanidade.

No contexto político nacional, o assunto voltou a surgir no final do segundo governo de Vargas, marcado por conturbadas crises políticas e pela proximidade de eleições do parlamento. A UDN e a imprensa, especialmente na figura de Carlos Lacerda, intensificaram a

⁴⁷ Em abril de 1945, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto de anistia a todos que cometeram crimes políticos desde 16 de julho de 1934.

oposição ao presidente, com o objetivo claro de derrubá-lo. Esse ano foi significativo também pela morte de Vargas em agosto.

Euclides Figueiredo informou nas primeiras páginas que sua produção não se tratava de uma obra de memórias como outras sobre o movimento de 1932, que narravam episódios da campanha, faziam apologia ao esforço do povo bandeirante e eram restritos ao âmbito da participação de cada autor na luta. O autor expôs que apenas os chefes militares estavam em condições de oferecer material para uma história mais pormenorizada. Por isso, sua obra reúne as anotações feitas por ele e outros ex-combatentes durante o exílio em 1933⁴⁸. O grupo produziu um caderno de apontamentos em que anotaram, cronologicamente, as lembranças da guerra. Assim, considera-se que o “livro é a concatenação, com as necessárias complementações, dos elementos colhidos naquelas fontes” (FIGUEIREDO, 1977, p. 14). Dadas as explicações, o autor afirma: “é ainda incompleto, mas é verdadeiro”. E cumpre o ritual do pacto de veracidade da narrativa. Estava, então, preparada a defesa de sua obra.

Euclides Figueiredo dedicou dois capítulos específicos a tratarem dos momentos pretéritos a eclosão do movimento⁴⁹. Começa questionando os mitos em torno de 1930, considerando-o como um golpe. Conclui-se que esse foi “um verdadeiro desastre”, pois “o programa da Aliança Liberal ficou em letra morta”⁵⁰ e nenhum dos avanços do governo getulista justificou o abalo que sofreu a Nação, com o golpe a suas instituições (FIGUEIREDO, 1977, p. 15).

O livro de Euclides Figueiredo pode ser considerado como um texto de oposição a Vargas, portanto não se deteve apenas no episódio de 1932, ao contrário fez um panorama da presença política do governante, apontando as consequências negativas de quinze anos de ditadura. Os udenistas procuravam deixar sempre claro que era necessário romper com esse passado monolítico e arbitrário. Por fim, exalta aqueles que em meio às turbulências perceberam que o Governo de Vargas representava a morte da democracia e não se detiveram, pronunciando-se contra as arbitrariedades. Assim, Figueiredo elogia a todos que, como ele mesmo, perceberam a morte da democracia e que, com “muita convicção íntima” e “muita

⁴⁸ Os nomes citados por Euclides (1977) por terem contribuído com o caderno de anotações da revolução são: Palimércio de Rezende, o jornalista Austregésilo de Atahyde e o tenente José de Figueiredo Lobo.

⁴⁹ O livro analisado de Euclides Figueiredo é uma construção posterior a Era Vargas e vinte e dois anos após a guerra civil paulista, o que justifica a necessidade de uma avaliação do contexto. A obra de Armando Brussole e Paulo Duarte foram escritas em meio a efervescência dos fatos, não exigindo a exposição dos antecedentes.

⁵⁰ Euclides Figueiredo (1977) foi contra o golpe de 1930, mas demonstrou ser a favor dos princípios democráticos defendidos pela Aliança Liberal. Apesar de ter sido candidato pelo Partido Republicano Paulista, demonstrou ser simpatizante também do Partido Democrático, compreendendo as motivações de seu envolvimento com as revoluções de 1930 e 1932. Seu irmão, Leopoldo Figueiredo, foi um dos fundadores do PD em Santos e expressava a ele o desgosto com os rumos dos acontecimentos, a decepção com “os homens do Rio Grande do Sul”.

coragem”, saíram em luta por ela, tornando-se ferrenhos opositores da ditadura varguista.

O autor (1977, p. 27) afirma que, diante do exposto, “foi a própria ditadura, pelos seus desregramentos e revelados propósitos de se prolongar no Poder, que preparou o clima para a Revolução de 32”. Considerou que São Paulo foi o estado mais humilhado, com designações sucessivas de interventores que lhe eram estranhos, e que todos os Estados sofriam com a falta da Constituição. Assim, repercutia a revolta de que São Paulo tomou a causa para si, envolvendo, sem distinção, toda a população.

Figueiredo explica também o motivo do envolvimento dos militares na guerra civil: “arrancar o país dos usurpadores do poder, para entregá-los ao povo restabelecendo o império da Lei, a ordem e a segurança nos negócios público e a hierarquia nas classes armadas” (p. 124). Os tenentes que ocupavam postos importantes subvertiam a hierarquia militar, acirrando as tensões nos quartéis entre a baixa e a alta oficialidade. Sendo assim, tratava-se também de uma questão de honra restaurar a ordem e a disciplina do Exército. A defesa da honra, do povo brasileiro e do Exército, é central para compreender o envolvimento de Euclides Figueiredo no decorrer de toda a luta constitucionalista.

Com o relato detalhado de suas impressões, Euclides Figueiredo descreve o ambiente de preparação da revolução constitucionalista, lembrando o evento de 23 de maio como um marco em que foi derramado o “sangue heroico dos moços paulistas” (p. 41). Comenta a escolha do general Bertholdo Klinger, que exercia o comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, Comandante Geral da revolução, sendo este indicado por Isidoro Dias Lopes: “Ponderei que outro não nos poderia trazer maior contingente em homens e em recursos bélicos, nem mais fôrça (sic) moral, por seu passado e seu renome militar” (p. 38).

Contudo, esses são praticamente os únicos elogios tecidos a Klinger. As críticas começaram a surgir devido aos motivos da precipitação da data. Segundo o autor, Klinger havia sido penalizado (reformado de seu cargo) em represália à atitude indisciplinar de ofender publicamente o Ministro de Guerra: um grave acontecimento, “que deveria ficar circunscrito ao âmbito do Exército, intempestivamente precipitou o levante armado em São Paulo, prejudicando em grande parte seu êxito, pela brusca interrupção que acarretou nas ligações ainda não ultimadas” (p. 85). O autor expõe que, desvanecidas as esperanças de atitudes mais ponderadas de Klinger, era imperativo solidarizar-se com o erro antes de abandonar à própria sorte um companheiro de causa e agir com presteza. Começou, assim, a justificar a derrota, demonstrando que foram os fatos que conduziram os homens, provocando a insurgência antes que essa estivesse devidamente preparada.

Euclides Figueiredo expõe seus desentendimentos com Bertholdo Klinger, mesmo

sem expressar-se de forma direta e pessoal. O general apresentou-se em São Paulo no dia 12 de julho. Até esse momento, Figueiredo havia sido o Comandante da revolução. Orgulhosamente, afirmou: “Tudo assim preparado e assegurado, já às 21 horas senti-*me* senhor da situação. São Paulo inteiro estava em nossas mãos [...] o que havia de mais ponderável nas tropas da Região passara a *me* obedecer, e a revolução *eu* faria estourar daí a poucas horas” (Grifo meu – FIGUEIREDO, 1977, p. 122).

Posteriormente, relatou que Klinger não cumpriu sua promessa de apresentar consigo a tropa matogrossense, afirmando que essa não seria necessária para a vitória. A contribuição da tropa era esperada e sua ausência comprometia consideravelmente os planos formulados. Euclides declarou que seu Estado-Maior foi desfalcado para compor o grupo de Klinger. Relatou também que, durante a posse, este proferiu palavras desconcertantes para os que pensavam em luta armada e se preparavam para ela: “disse que devíamos, preliminarmente, tentar a vitória pela conciliação” (1977, p. 149).

Dessa forma, o autor demonstrou o abatimento de Klinger. Depois, descreve seu pronunciamento, em que, diplomaticamente, se dizia honrado de passar ao “distinto amigo” o comando da 2ª Região, e fez-lhe um pedido de que ele os conduzisse com o pulso firme, para que São Paulo implantasse a bandeira da Lei. O coronel deixou explícita a diferença entre si e Klinger, demonstrando a veemência de seu comprometimento com a causa.

Bertholdo Klinger é responsabilizado pelo desfecho da guerra paulista desde o começo da narrativa de Euclides Figueiredo. Os conflitos entre os dois voltam a ter destaque ao final da luta quando se discutia o armistício, pois tinham posições contrárias.

Euclides Figueiredo manifestou-se contrário a proposta de armistício e alegava que o comandante-chefe, General Bertoldo Klinger, não tinha autoridade para fazer tal proposta, pois, para o coronel, 1932 não se tratava de uma guerra, mas de uma revolução que não tinha no armistício seu fim.

Mostrei que não podia compreender como o general Klinger se julgasse com o direito de dar ordem para a cessação da luta pela simples investidura, que lhe coubera, de comandante-chefe do Exército Constitucionalista. Achava que mesmo numa guerra regular, se é da competência do comandante-chefe pedir e discutir armistício com o adversário, êle (sic) não se poderia arrogar autoridade de sobrepor-se ao governo (sic), a que êle (sic) próprio deve obediência; do contrário, haveria inversão de poderes. Se isso acontecia na guerra regular, com muito mais forte razão deveria ser observado numa revolução, em que cada um entra porque quer e deve poder sair somente quando quiser, ou mesmo não sair, se não quiser. (FIGUEIREDO, 1977, p. 283)

O general Bertholdo Klinger alegou que, desde o início do movimento, o alto comando tinha percepção de que a guerra estaria perdida, caso não houvesse um acontecimento externo em socorro a São Paulo e Mato Grosso – pois o número de combatentes era reduzido, considerando a deficiência de armas e a ausência de aliados. Depois de todas as tentativas de reverter a situação bélica e com o esgotamento dos recursos, o general considerou que “o alto comando absolutamente não pretendia levar a guerra, a ferro e a fogo, a um grão (sic) de desmedidos sacrifícios de vidas e de bens materiais” (FIGUEIREDO e KLINGER, 1933, p. 19). Diante disso, o alto comando tomou para si a responsabilidade de propositura do armistício, mesmo não secundada pelo governo.

O coronel demonstrou como Klinger articulou com os comandantes das frentes, conseguindo o apoio de nomes importantes, como o de Basílio Taborda e do coronel Herculano de Carvalho. Euclides Figueiredo tentou negociar com os comandantes, mas estes já haviam acertado os planos com Klinger e defendiam sua posição, alegando que, como comandante geral, centralizador dos comandos, ele estava em condições de conhecer melhor que qualquer chefe isolado as dificuldades de ordem geral do Exército Constitucionalista. O coronel verbalizou surpresa diante dos pronunciamentos dos colegas. Por fim, o autor afirmou que Klinger se rendeu e que havia se declarado sem função, pedindo a Góes Monteiro que o resignasse ao seu destino.

O livro apresenta a guerra a partir do ponto de vista do alto comando, onde as decisões são tomadas. Por isso, as observações são centradas nas operações táticas, na troca de informações e nos conflitos internos entre os comandantes, retratados em boletins diários das operações e dos resumos analíticos. As descrições diárias da situação são diretas e breves: o autor usou linguagem militar, relatando a localização de batalhões, capitães e oficiais; se houve ou não alterações quanto aos destacamentos; o nível de perdas de posição e de pessoal (se foram grandes ou não); o estado moral das tropas; quais as táticas utilizadas e de que forma foram atacados pelos inimigos. O autor também demonstrou conhecimento das posições ditatoriais e reconheceu a eficácia de algumas manobras adotadas pelos adversários: “O ataque a Queluz se processou no dia 10 de agosto (sic). Foi formidável; rendamos homenagens aos ditatoriais” (FIGUEIREDO, 1977, p. 209). Entretanto, ressalta-se que à narrativa cronológica são acrescentados elementos de análise obtidos com o conhecimento do desfecho dos fatos, portanto, a perspectiva da guerra se amolda à visão do presente.

Figueiredo transcreve notícias do jornal *A Tribuna*, de Santos. Percebe-se que o autor, em seu trabalho de triagem do material da época, buscou textos jornalísticos que corroboraram com a construção da imagem positiva dos chefes militares; privilegiou textos

que elogiavam a competência de alguns líderes e as operações por eles comandadas – mesmo em caso de retiradas, ressaltando o ponto de vista tático. Assim, o autor também elaborou uma imagem de si que apresenta ao leitor, que lhe deu credibilidade e autoridade para tratar do assunto.

O retraimento das nossas fôrças neste setor é uma dessas operações que não podem ser descritas, no laconismo de uma crônica. Trabalho gigantesco, assombroso, que só por si revela a tática dos grandes chefes militares sob cujos ombros pesa a enorme responsabilidade da guerra, dentre os quais se destacam os coronéis Euclides Figueiredo, Palimércio de Rezende, Andrade e Sampaio [...]. Ademais, a efetivação dêsse (sic) plano viria melhorar as nossas condições e eficiência, de vez que passaríamos da defensiva para a ofensiva. (A TRIBUNA, 1932 *apud* FIGUEREDO, 1977, p.239)

As estações de Cruzeiro e Cachoeira e das localidades intermediárias achavam-se literalmente repletas de famílias [...]. Não se notava, entretanto, na fisionomia dessa pobre gente, nenhum sinal de desespero (sic) ou de pesar. Tal como no semblante dos soldados, lia-se em tôdas (sic) as expressões o palpitar da alma paulista, capaz de todos os sacrifícios, neste instante memorável (sic) da nossa nacionalidade, para o trunfo final dessa jornada épica [...]. De tal estratégia foi a retirada, que o inimigo dela não se apercebeu, relutando para ocupar, até hoje, as posições que abandonamos. (A TRIBUNA, 1932 *apud* FIGUEREDO, 1977, p.240-241)

As citações tratam do trabalho de retirada das cidades de Cruzeiro e Cachoeira – uma operação forçada pelo abandono das cidades de Silveiras, Pinheiros e pelo retraimento do Túnel. Anteriormente, o autor narrou uma série de precipitações, em que flancos importantes foram abandonados, comprometendo as regiões mais próximas que, desguarnecidas, sofreram fortes investidas dos ditatoriais. Segundo o autor, os comandos superiores não foram surpreendidos com a contingência das retiradas. Essas foram decisivas para a derrota constitucionalista e, apesar de sua amplitude de alcance, os jornais ainda divulgavam a possibilidade de uma luta ofensiva.

Euclides Figueiredo ponderou que as retiradas tornaram-se inevitáveis, mas criticou a premência de sua realização, pois acreditava que poderiam continuar combatendo mais dias na região, pois: “Importava, porém, do ponto de vista tático, como do ponto de vista moral, resistir onde estávamos, para desgastar as fôrças do adversário, o mais possível e não lhe proporcionar o gôsto (sic) de uma vitória fácil” (p. 236).

O coronel buscava evitar a desonra de um movimento que defendia ideais dignos, o que justificava maiores investidas e sacrifícios. Todavia, o coronel preocupava-se também com a qualidade dessa resistência que, para ser duradoura, deveria continuar acontecendo em

regiões solidamente fortificadas, evitando abalos que enfraquecessem a moral dos paulistas.

Assim, Euclides Figueiredo construiu a imagem de 1932 e de sua participação no evento. Demonstrou o dinamismo de sua capacidade de ação como comandante, ciente das dificuldades enfrentadas pelos soldados e das possibilidades táticas de atuação. Expressou que o povo heroico de São Paulo lhe reservava a confiança em fazer eclodir e comandar o “mais brilhante movimento cívico da história do Brasil republicano” (FIGUEIREDO, 1977, p. 95). Ampliou ainda o conteúdo simbólico do evento ao reportá-lo a ele como uma “revolução”, ao contrário de 1930.

Sucessivas evacuações ocorreram no dia 30 de setembro, data em que foi feita a comunicação de cessação da luta pelo rádio. Ainda nesse contexto, Euclides Figueiredo julgava que era possível resistir e que os termos do armistício eram humilhantes, pois considerava que São Paulo não estava vencido e que a declaração da derrota feria o brio paulista. Coerente com suas ideias, o coronel decidiu continuar a luta e formar uma coluna que partisse para o sul ao encontro de João Neves. Em defesa da honra pessoal e do movimento constitucionalista, Euclides Figueiredo quis ir às últimas consequências ao formar a coluna.

O coronel verbalizou que resistiria com os companheiros ou sozinho, se fosse o destino. Entre os resistentes, encontrava-se Paulo Duarte, a quem se refere outras vezes. Lembra que ele foi comandante do Trem Blindado e informante da situação nas frentes do Vale do Paraíba – nada que revelasse alguma proximidade afetiva entre eles. Quando preparavam a resistência, “a marcha do resto do Exército Constitucionalista, varanda a terra bandeirante pra o Noroeste, e depois em busca do sul do Brasil”, refere-se a Paulo Duarte e Reinaldo Saldanha como “meus dois grandes auxiliares nesse transe e adeptos ardorosos da prossecução da luta” (FIGUEIREDO, 1977, p. 286), demonstrando que o respeito entre eles surgiu durante a luta, o que gerou uma amizade.

Euclides Figueiredo resumidamente comenta os momentos finais da luta, no dia 3 de outubro, quando a desistência foi imposta e a coluna dissolvida. Pensavam ainda ser possível atingir o mar do Rio Grande do Sul, quando foram presos. A narrativa é breve e o autor cita, como referência bibliográfica sobre a descrição desse momento da luta, o livro de Paulo Duarte pela excelência da narrativa:

Eramos apenas sete; e os sete ainda acreditavam ser possível continuar a luta constitucionalista em alguma parte. Os episódios dessa aventura e do seu malôgro (sic) estão todos contados no livro de Paulo Duarte “Palmares pelo avesso”. Ninguém os poderia narrar com mais fidelidade, pois aquele

improvisado tenente da Revolução participou da ousada tentativa de fuga, com o mesmo ânimo que nunca a abandonou na luta. Escuso-me de reproduzir aqui sua narrativa, por dizer muito de perto da minha pessoa. (p. 297)

Na introdução, o autor apresenta seus agradecimentos aos companheiros que fizeram a leitura do texto original, entre eles Paulo Duarte. Em alguns momentos, a narrativa de ambos apresenta similaridades, como ao tratarem de Bianor, quando estava sucessivamente sob posse de ditatoriais e constitucionalistas. Considerando a amizade entre Euclides e Duarte e os tempos de produções e publicações das obras, é muito provável que *Palmares pelo Avesso* tenha colaborado com a escrita do coronel. Em ambos (sobretudo na obra de Euclides Figueiredo), buscou-se produzir uma memória que reivindicasse para si a honra revolucionária e o patriotismo, evitando-se a imagem de fracasso e vexame.

3.3 Paulo Duarte: honra e vivência de guerra

No segundo capítulo deste estudo, a análise de *Palmares pelo Avesso* foi centrada nas percepções do autor com relação ao movimento, abordando as motivações, as dificuldades e o desfecho da guerra paulista. Tratou-se da análise sobre a construção da memória de 1932 no relato de Paulo Duarte. Nesse capítulo, retomamos a obra para o estudo do relato enquanto vivência do autor, ou seja, o foco são as experiências e impressões pessoais deste, buscando apresentar uma imagem da guerra constitucionalista – mesmo quando esse remete a si, às suas emoções, aos seus feitos e àquilo que presenciou.

A guerra é um tema corrente na humanidade, pois é uma das mais antigas e constantes atividades humanas. As histórias de confrontos e personagens (reais ou fictícios) surgem e percorrem diferentes espaços e épocas. Os conflitos são retratados em diversas produções da historiografia, da arquitetura e das artes. Na tradição literária, a guerra se associa intimamente às noções de heroísmo e honra. Os romances, que fizeram parte da infância de muitos (até os dias atuais), despertavam para um tipo imaginário de herói.

Paulo Duarte confirma a influência desse gênero ao citar o clássico *Os três mosqueteiros*: “Alexandre Dumas!... Michel Zevaco... Camaradões bons daquele tempo... Bastião de St. Gervais! 'Mil vezes a morte a abandonar o posto'. Athos... Honra de fidalgo... D'Artagnam! Brio militar... Meus queridos contos de fadas!” (DUARTE, 1947, p. 37). A

história e o lema dos mosqueteiros⁵¹ evidenciam virtudes heroicas, como coragem, honra e o comprometimento do grupo em defesa do ideal, ao ponto de corajosamente arriscar a vida.

O exemplo dos heróis literários é lembrado no *front*, espaço da guerra verdadeira, onde se esperava que fossem despertadas tais virtudes. Ao evidenciar os mosqueteiros de Dumas, Paulo Duarte dimensiona o “herói ideal”. No entanto, demonstrou (por meio da expressão “contos de fada”) que não encontrara nos soldados o comportamento esperado. O comentário do autor é percebido como uma crítica, especialmente aos combatentes que tinham ofícios militares.

A guerra desperta múltiplas percepções no combatente. No momento de escrita, o autor busca ordenar suas visões sobre o conflito e dar sentido a ele, avaliando o passado para reinterpretar o presente. Era preciso explicar a derrota, mas também preservar a reputação do movimento. Por isso, o autor apresenta elogios e críticas, banalidades e heroísmos. As explicações são buscadas não só nas dificuldades bélicas enfrentadas pelo exército constitucionalista, mas são também relacionadas ao comportamento dos soldados. Nesse sentido, o autor sinaliza os “heróis” e “anti-heróis” constitucionalistas para garantir que sejam revestidos de glórias aqueles que de fato a mereceram.

Paulo Duarte afasta a ilusão de uma guerra romantizada e expõe como o contato com o *front* acarretou a desconstrução do imaginário de um conflito honroso e fácil. O autor (1947, p. 118) revela que “a princípio todos os moços levantaram-se, numa exaltação magnífica de entusiasmo para o grande desfile de uma vitória sem tiros. Depois, tôda (sic) essa exaltação desapareceu, não pelo horror que a guerra inspira naqueles que a conheceram de perto, mas pelo susto das primeira granadas”.

A partir de afirmações como essa, o autor reforça a visão do movimento constitucionalista como uma guerra, que o diferenciava das paradas militares (que muito precederam a história do Brasil). Por isso, muitos não estavam preparados, especialmente aqueles que alistaram mais por vaidade do que pelo real conhecimento e defesa do ideal. A imagem de uma guerra aos moldes da tradição literária, de duelos gloriosos e rápidos foi desfeita.

Ao final do conflito, diante dos saldos (de vítimas e “traidores”), a guerra revelou-se cruel e a memória do herói constitucionalista, na obra de Paulo Duarte, foi construída em

⁵¹ Alexandre Dumas (1971) misturou aventura, humor e amizade no romance de 1844. Na obra, a imagem do herói é associada a virtudes de coragem e honra, que não estão estabelecidas por si mesma: devem ser provadas perante o corpo social. A história diz que as qualidades do jovem D’Artagnam são testadas por Athos, Porthos e Aramis, *Os três mosqueteiros* do rei Luís XVIII, cada um com uma habilidade, como nobreza, força e esperteza. D’Artagnam conquista a farda de mosqueteiro. Entre os quatro passa a existir uma grande amizade. Juntos lutam para preservar o trono das intrigas palacianas, enfrentando aventuras e perigos.

comparação com os exemplos de “anti-heróis”, retratados como aqueles que se envolveram na luta e entregaram-se ao desânimo. Lembrando que, para o autor, a honra não estava no alistamento, mas em servir no posto onde se exigisse mais esforços.

Nesse sentido, o autor enfatiza as críticas aos oficiais e soldados da retaguarda e os elogios aos soldados da frente. Pessoas de diferentes categorias sociais e profissionais alistaram na luta; no entanto, as diferenciações apareceram no campo de batalha, em que alguns foram privilegiados em permanecerem na retaguarda, enquanto a frente era entregue à própria sorte.

Pensei no soldado da frente. O soldado da frente, aquê (sic) que não tem nome e, pela eterna contradição das coisas, dá sempre muito mais do que os que o têm, geralmente é tão bravo no fogo, como tímido na retaguarda. Que não sofrem êsses (sic) pobres heróis na frente, para depois serem pagos com o desprezo (sic) da retaguarda! A linha da frente é o ventríloquo da retaguarda. O ventríloquo dá voz ao boneco bem vestido e o boneco bem vestido recebe os aplausos da assistência... (DUARTE, 1947, p.168)

O autor demonstra sua indignação com o uso de metáfora ao referir-se ao soldado como ventríloquo da retaguarda. Este apresenta uma imagem diferente do que os jornais e rádios divulgavam, de uma guerra em que os sacrifícios da luta são enfrentados com empenho, vontade e unidade entre os soldados. Na obra analisada, predomina uma percepção pessimista sobre a atuação dos soldados e oficiais constitucionistas que recebiam os elogios indevidos. Por isso, Paulo Duarte é ríspido em suas críticas à imprensa, pois os jornais apresentavam combates e heróis inexistentes, como Sereno, “pacífico ajudante de cozinha do nosso Q.G”, que apareceu entrevistado em um jornal, contando sobre “um combate da sua imaginação”, ao lado de “um retrato tirado aí em qualquer canto, de carabina, em posição de quem, deitado, defende ferozmente a linha” (DUARTE, 1947, p. 190). Por outro lado, os jornais também supervalorizavam os militares e suas bravatas individuais, o que desagradava os verdadeiros combatentes no fogo.

No geral, nosso repórter tanto tem de ignorante, como de preguiçoso e, comumente, bajulador. Bajula os governos e contenta-se em publicar as notas do Palácio acrescidas de floreios laudatórios, sempre os mesmos, mas de grande alcance futuro... Na guerra, apenas uma adaptação do sistema. A mesma coisa com os chefes militares que, pelas suas próprias funções, muitas vezes nunca vão à frente [...]. O fraco porém desses jornalistas são mais as intencções do que as trincheiras. De outro lado, o fraco natural dos militares é a glória. (DUARTE, 1947, p. 91)

Mais uma vez, Paulo Duarte critica os militares que se satisfaziam com as glórias individuais. Sobre a relação entre a postura militar e da imprensa, o autor (1947, p. 189) reconhece que o interesse militar exija a censura e que “o conjunto das notícias de guerra deve ser de um otimismo capaz de manter em calma e sem alarme a população”. Contudo, analisa que “esse otimismo não deve chegar ao exagero ridículo que se via em todos os jornais”. Percebe-se que a dissimulação de heroísmo constitucionalista desagrada o autor, que julga inútil e inacreditável esse tipo de escrita dos fatos.

Enquanto isso, os verdadeiros combatentes jazem esquecidos na Terra-de-ninguém. Os verdadeiros soldados nunca podem sair de lá para essas cabotinadas. E, se algum dia saem é para o hospital ou para o entêrro. Quem vai para o hospital não fala ao jornal, geme. E quem acompanha um entêrro na qualidade de defunto nem fala, nem geme. De qualquer maneira uma impossibilidade absoluta de ficar herói. (DUARTE, 1947, p. 191)

Paulo Duarte alerta para os verdadeiros heróis que não sobreviverem ou não tiveram a oportunidade de narrar suas história e torná-las públicas. O autor fala em nome destes, para que não fossem esquecidos pelo tempo, pois só aquilo que é conhecido pode ser lembrado. Nesse sentido, considera-se que “a escrita do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não sobreviveram. Nesse sentido, escrever é também uma forma de dar túmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos” (SELIGMANN-SILVA: 2003, 55)⁵².

Em contrapartida à divulgação dos feitos de pseudo ou anti-heróis, eis que surge o soldado anônimo. Ao registrar as atuações de alguns desses, divulga-se os feitos dos genuínos heróis da guerra constitucionalista. Assim, o autor nos apresenta o jovem Augusto, na época com seus 17 anos, cujo sobrenome é desconhecido – que corajosamente colocou-se em situação de perigo para desimpedir a passagem do trem blindado.

O nosso trem não podia recuar!
 Estávamos presos!
 A exclamação brotou dentro de mim ao ouvir a comunicação do Carlos com uma voz metálica. Abusáramos demais!
 Retruquei ao Carlos. Recuaríamos o trem até encostar-se aos entulhos. Fôsse avisando da aproximação para que o maquinista detivesse a marcha, enquanto isso, se escolhesse um voluntário para se sacrificar em favor do resto do trem.
 – Se ninguém se apresentar, rematou o Carlos, eu descerei.
 Mas não foi preciso. Todos queriam ser destacados no segundo carro, para o sacrifício!

⁵² Ver também Certeau (200, p.107-108): “a escrita construiu um 'túmulo' para o morto [...] Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui pedagogicamente alguma coisa que o leitor deve crer e fazer. Este processo se repete em muitas outras formas não-científicas, desde o elogio fúnebre, na rua, até o enterro”.

Quando o trem, obedecendo às instruções do carro 1º, parou chegado aos dormentes, o Carlos escolheu o menor dos rapazes [...]. Pequenino, não era preciso abrir uma das portas laterais do carro, manobra perigosíssima àquele instante em que recebíamos balas de todos os lados. O Augusto deslizou-se pelo pequeno quadrado da latrina, caindo já no leito da linha.

Mas o inimigo defendia a sua armadilha. O fogo varria o leito ferroviário. O pequeno, entretanto, impávido, alheio às balas, arrastando-se ao leito da via férrea, calmamente, foi empurrando o primeiro dormente que rolou ao lado. Depois o segundo e, cinco minutos depois, o telefone, que narrava cada fase da manobra, deu a linha por desimpedida.

Cindo minutos que duraram um século [...].

E transmitiu a ordem:

– Esperar o Augusto. Se não entrar, o trem avançará um pouco para pegá-lo ferido ou morto.

Dois minutos depois:

– O Augusto entrara ileso. (DUARTE, 1947, p. 265-266)

O jovem soldado tivera sorte de ficar ileso, considerando o alto número de mortos e feridos da guerra de 1932. Quem tinha essa fortuna não poderia abusar. Mesmo assim, Augusto repetiu a operação quando pela segunda vez foi necessário, demonstrando que o sentido de sua atuação repousava no serviço ao ideal e no auxílio aos companheiros, o que o tornou digno de ter sua história registrada. O final feliz é um sopro de alívio em meio a tantos infortúnios e tensões constitucionalistas que envolvem a narrativa.

O conteúdo heroico é dimensionado nos feitos de Augusto que, ao arriscar sua vida em prol do grupo e sair vencendo a morte, ganhou o reconhecimento dos companheiros. A coragem em expor-se à possibilidade de perder a vida (a única coisa que o vivente perde em definitivo) torna “dignos de admiração aqueles que escolheram arriscá-la, jogando constantemente no campo de combate” (ARGUELHES, 2008, p. 89). Atitudes de reptação do sopro vital são consideradas indícios que separam heróis de pessoas comuns.

O narrador estendeu ao grupo o reconhecimento pelos atos de bravura. “No grande combate de Lorena, o espírito de sacrifício dêsses (sic) moços chegou ao auge. O pequeno Augusto foi promovido [...] Mas, se pudesse fazer inteira justiça, as promoções tinham que alcançar a todos” (DUARTE, 1947, p. 281). O autor retira da história o aspecto individual da ação, transformando-a em representação de um espírito coletivo. Assim, a imagem de heróis constitucionalistas é criada.

A saga de Augusto é narrada em clima de ação e aventura. As palavras acionam sentidos no leitor que criam, na mente deste, imagens. Segundo Marília da Silva Franco (1984), o início do século XX experimentou o diálogo entre literatura e cinema, que apresentam ao leitor gestos, ações e emoções dos personagens. As obras literárias influenciam o cinema na arte de contar história, mas também se tornaram influenciadas pela incorporação

de procedimentos cinematográficos. Essa aproximação é notada na obra de Paulo Duarte, que trouxe para sua obra influências do cinema europeu pós-guerra.

A população foi despertada para a desassociação entre o imaginário (sobretudo da tradição ocidental) de guerra e o confronto real durante a Primeira Guerra Mundial. Delmo de Oliveira Arguelhes (2008), expõe que a Guerra de 1914-1918 inaugurou um novo estilo: a guerra total – em que não apenas as forças armadas se defrontaram, mas populações inteiras, produzindo cifras até hoje aterradoras de 20 milhões de seres humanos mortos (mais de metade civil). A ilusão de que a guerra seria edificante e rápida foi desfeita nas trincheiras. A carnificina da Grande Guerra também foi responsável pela solidificação de um sentimento pacifista que, apesar de já existir, encontrou respaldo após 1914.

Esse sentimento pacifista impulsionou estudos científicos e produções artísticas. Nos anos de 1920, as narrativas de guerra se tornaram temas de curiosidade para o grande público e foram adaptadas a livros e filmes. Acredita-se que essas obras tenham influenciado a leitura que Paulo Duarte fez da guerra que presenciou como combatente.

Ao transcrever sua vivência, o autor aproxima-se das descrições da Primeira Guerra e, em alguns momentos, faz comparações entre esta e o confronto paulista. Dessa forma, o autor apresenta o movimento constitucionalista como uma verdadeira guerra, não como uma simples revolta armada. Assim, amplia o conteúdo simbólico do evento, inédito em território nacional.

No início no livro, ante as dificuldades de descrever com as próprias palavras, Paulo Duarte compara o cenário da guerra paulista com as cenas criadas pelos cineastas Friedrich Wilhelm Murnau e George Wilhelm Pabst. Embora Paulo Duarte não tenha citado os títulos dos filmes, considerando o tema e o ano de produção, acredita-se que o autor tenha se referido aos clássicos: *Nosferatu*: a sinfonia do horror e *Guerra, flagelo de Deus*, respectivamente.

O alemão Murnau ultrapassa as marcas do expressionismo em filmes como *Nosferatu*⁵³, filmado após a Grande Guerra, em 1922. O cineasta expressa seu temor diante das mazelas que afligiram a Europa, exprimindo o ambiente de revolta e desespero, decorrente da atmosfera que entremeia os anos próximos ao pós-guerra. Os elementos visuais e a caracterização dos personagens exteriorizam as deformações do próprio espírito da época: névoas, sombras, árvores retorcidas, animais assustadores e a imagem horrenda e mórbida de

⁵³ *Nosferatu* é um vampiro e seu nome, segundo J. Gordon Melton (*apud* NOVO, 2008, p. 2), tem origem grega e significa “portador de pragas”. “Alguns autores apontam a representação do personagem e a desgraça trazida por ele como um prenúncio do nazismo na medida em que o diretor enfatiza os perigos trazidos pela figura do estrangeiro, simbolizando uma preocupação com a integridade alemã que viria a se transformar mais tarde no nacionalismo exacerbado”.

Nosferatu – que representa o supremo da angústia, da miséria e do sofrimento (BARSALINI, 2006; NOVO, 2008). Murnau utiliza diversos elementos, como luzes e sombras, que criam efeitos dramáticos: linhas e formas, que nos remetem ao clima onírico do pesadelo e da agonia.

As imagens vistas nas telas produzidas por Murnau eram trabalhadas para atingir o efeito de “choque”, que incomoda o telespectador. As imagens cinematográficas registradas na memória são lembradas quando, no caso, esse telespectador tem contato com a guerra verdadeira. Paulo Duarte (1947, p. 12), ao citar o diretor, expressou como se sentiu no ambiente de guerra, lembrando das imagens do filme, que davam a “impressão de um redemoinho ou de uma queda bem alta”, demonstrando o quanto o autor vivia num ambiente de extrema desordem e desorientação.

Murnau, com seu espírito vanguardista, desenvolveu também o chamado realismo alemão, que se afirmou a partir de 1924, com *A Última Gargalhada*. Segundo Luiz Nazário (1983), as paisagens imaginárias, os fenômenos paranormais, sobrenaturais e delirantes do expressionismo são substituídos pela análise da realidade e da mente humana. O austríaco G. W. Pabst realizou alguns dos filmes mais exemplares deste novo “realismo social”, pintando seres humanos como criaturas movidas por instintos primários.

Guerra, flagelo de Deus (cujo título original é *Westfront 1918*) trata-se de um sensível filme sobre a desesperança e a inevitabilidade da guerra (RENNÓ, 2006). Há uma clara semelhança com outro filme do mesmo ano, *Sem novidades no front* (1930), adaptado do romance de Erich Marie Remarque (*Nada de novo no front*)⁵⁴. Em ambos não há demonstração de heroísmo e os personagens principais são soldados comuns (pessoas “anônimas” que eram flageladas pelo confronto e pela perpetuação das diferenciações sociais e hierárquicas). São questionados os “benefícios” do confronto armado e no final do filme, aparece um “Fim?”, enfatizando as dúvidas se a Grande Guerra acabaria com outras guerras.

Esse é o primeiro filme sonoro de Pabst, que pôde mostrar “As botas dos cadáveres e das vítimas futuras, a lama peganhenta das trincheiras, as dramáticas cenas de hospital, os gritos de dor e de horror, os massacres, a loucura” (COSTA, 1997, p. 31-32). Estas são cenas que têm semelhanças às imagens da guerra apresentadas por Paulo Duarte: a incômoda chuva, a trincheira como um esgoto fluvial, as barbas do cadáver, a carnificina do Blindado, soldados amedrontados e a própria loucura.

A comparação com os dois cineastas, que trabalham com os gêneros terror e drama, transparece no modo como Paulo Duarte narra o horror da guerra. Esses gêneros se apropriam

⁵⁴ REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

da tensão, do inesperado e do sombrio. Nas obras de Murnau e Pabst, a câmara é usada para interpretar estados emocionais dos personagens que se depararam com o confronto bélico, em que são questionados os valores tradicionais e há urgência de manifestar a inquietação em ver-se diante da crueldade humana.

Nesse mesmo sentido de abordagem, a obra de Paulo Duarte demonstra visíveis semelhanças de estilo narrativo com o romance pacifista do escritor alemão Erich Marie Remarque, *Nada de novo no front* (que inspirou o filme citado de Pabst)⁵⁵. A notória obra de Erich Remarque (1981) é a história do jovem alemão Paul Baumer, que é convocado para a guerra e no *front* deparou-se com vidas parecidas com a sua: jovens que deixaram paixões e o desejo de conquistar o mundo para unirem-se pela “solidariedade firme e prática” de defesa da Pátria; com capacidade de adaptação da melhor forma possível às situações adversas. Esses jovens de famílias humildes viram na guerra a primeira profissão de suas vidas e que se depararam com um futuro incerto e um passado muito curto para ser o referencial no momento em que urgia retomar a normalidade da vida, marcada pela perda da mocidade. Verbaliza-se uma única certeza: a do absurdo da guerra, não importa o lado em que esteja.

Os combatentes aparecem nas obras desses autores como homens até então comuns, que enfrentam na guerra seus medos, solidões, espantos e crises de desespero. Jovens com esperanças de futuro que eram ameaçados pelo conflito e que desejavam ser livres para poder realizá-los. Eles carregaram para o *front* a lembrança de suas vidas anteriores ao conflito, com poucas preocupações e obrigações, que agora se viram responsáveis por sua própria sobrevivência, sabedores que nem sempre dependeriam apenas do seu esforço pessoal. Vida e morte não estavam sob o controle unitário de cada homem. A constante ameaça de morte fez com que muitos desses combatentes pensassem apenas na vontade de se distanciarem da situação que vivenciavam, pouco importando o resultado final do conflito, para que voltassem a viver as próprias vidas⁵⁶.

⁵⁵ A obra de Erich Remarque (cujo título original é *All quiet on the western front*) foi lançado em 1929. O êxito do livro logo se projetou em outros países e foi adaptado para o cinema, sendo considerado o melhor filme de guerra, contemplando o autor. De fato, não se encontrou nenhuma prova explícita de que Paulo Duarte leu o livro escrito por Remarque. Contudo, o sucesso de *Nada de novo no front* o tornou acessível não só aos leitores e telespectadores do roteiro adaptado para o cinema. Apesar de tantos pontos de encontros, as obras de Paulo Duarte e Erich Remarque se distanciam por terem significativas diferenças: o primeiro é um protesto pacifista após a Primeira Guerra Mundial, da qual o autor fora testemunha; e *Palmars pelo Averso* celebra a memória do movimento. Paulo Duarte mantém-se fiel a 1932 e é defensor do patriotismo paulista. O autor lamenta a perda dos constitucionalistas e no livro avalia as principais falhas que não permitiu ao grupo alcançar a vitória militar. Apesar das aproximações entre Paulo Duarte e Remarque, não se pode afirmar que o paulista leu o livro do alemão, pois não há citações em sua obra. Supõe-se que Duarte tenha visto o citado filme de Pabst.

⁵⁶ Nesse sentido, Paulo Duarte (1947, p. 48) comentou, por exemplo, o aniversário de um estudante de Direito, “comemorado” no *front*: “Ano passado ficara três dias na bebedeira comemorativa. Quê saudades de uma farra! Hoje, um dia como os outros [...] Todo encharcado na trincheira [...]. O aniversariante hoje não sonhou em ser presidente da República [...]. E comentava com o grupinho: - Se sonhei foi escapar dessa”.

O que se percebe é que se torna impossível a um soldado sair da experiência de luta armada tal como entrou. O convívio com as adversidades da guerra inevitavelmente provocam o amadurecimento dos homens.

[...] um moço que fêz a guerra, por exemplo. Que conheceu a Vala Suja, o Morro Verde, a Pedreira, as dezenas de Valas Sujas, Morros Verdes e Pedreiras espalhadas na suplicada terra de São Paulo nunca mais será moço. Porque o sofrimento, quando exagerado, envelhece os espíritos como a ginástica demasiada depaupera em vez de fortalecer o músculo. (DUARTE, 1947, p. 163-164)

O autor afirma que as preocupações da guerra envelhecem o homem, torna os soldados mais intolerantes e acaba com os escrúpulos. Os combatentes habitam-se na guerra e vivem subjogados por mecanismos neuro-fisiológicos de sobrevivência adaptativa que se localizam além do centro de racionalidade. Este é um estado psíquico de intensa ansiedade e excitabilidade, suscitado durante a guerra, quando a pessoa vivencia o trauma (ou momento aflitivo) que envolveu morte, ferimento ou ameaça à integridade física própria ou de outros⁵⁷.

O estresse é um processo necessário do ponto de vista psicoemocional para a adaptação do organismo a uma nova situação, mas que em ambientes de tensão suscita atitudes de esgotamento, ansiedade, irritabilidade e descontrole – como narrou Remarque ao falar dos “acessos de raiva da frente” e Paulo Duarte ao lembrar sua impulsividade.

Tive ímpeto de agarrar uma das F.M. abandonadas pelos soldados fujões e metralhá-los, ali mesmo no lugar da pouca vergonha. Mas os soldados eram os menos culpados! Primeiro tinha que enfiar uma rajada naquele tenente de borra. Isso passou me como um relâmpago. Mas não fiz nada! O respeito pela vida humana ainda tatuado em meu espírito por uma educação jurídica carinhosamente prolongada, não deu coragem de matar daquele jeito! Os longos dias de carniça, de destruição ainda não haviam conseguido criar em mim o coscorão grosso que me adaptasse bem naquele esporte de todos os dias. [...] a vergonha que senti da minha covardia em não abatê-lo, tudo intensificou de tal maneira a crise de desespero que me levantei esquecido das preocupações em direção ao P.C. [...]. Transpus o campo de pé, indiferente, sem mesmo sentir a bala assoviando. Venci o cume e desci a pequena escarpa, do outro lado, enfiado totalmente pela fuzilaria inimiga. Guiado pela ira, mais me irritando os sibilos aos lados: - Pode acertar! Berrava raivoso dentro de mim, dirigindo-me às balas. – Acertem, se for

Erich Remarque (1981, p. 20) apresenta conclusões muito parecidas quando relata o diálogo dos personagens Kropp e Miller, amigos de Braumer: “Para mim é uma coisa estranha pensar que, em casa, jazem numa gaveta uma data de poemas e o começo de um drama. *Saul*. Consagrei-lhes bastantes noites e quase todos nós, fizemos o mesmo. Mas tudo isto se tornou para mim tão irreal que já não posso representá-los na memória. Desde que estamos aqui, a nossa vida antiga ruiu, sem que tenhamos contribuído para tal.”

⁵⁷ Atualmente, seu quadro talvez fosse diagnosticado como estresse agudo ou estresse pós-traumático, conforme a definição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM. IV). Disponível em <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>>

gente, cadelas!...

Mas as balas, superiormente, não deram atenção ao insulto. Não era um rasgo de coragem, era uma crise de inconsciência. Sonâmbulo, perdera o sentido. (DUARTE, 1947, p. 60)

Paulo Duarte saiu fisicamente ileso da guerra. Foi atingido por estilhaços de bomba, mas teve apenas um ferimento leve na cabeça. As consequências foram mais intensas no aspecto psicológico. Segundo psiquiatras e psicólogos, o clima de desespero e neurastenia, natural no contexto da vida do sujeito, é aumentado em situação de ameaça. Anos anteriores à guerra constitucionalista, Sigmund Freud já havia trabalhado o conceito de “neuroses de guerra”⁵⁸, que são comuns em conflitos armados, como consequência do impacto extraordinário dos acontecimentos sobre o sistema nervoso dos participantes do conflito. Diante do desamparo, da angústia de finitude, o sofrimento dispara mecanismos de defesa: uma saída para a insanidade (VIEIRA, 2005).

Ponderando que atitudes impensadas como essa da citação foram, de certa forma, raras no comportamento de Paulo Duarte (por vezes tão racional), pode se considerar que o ex-combatente vivenciou no *front* momentos de angústia e ansiedade, ao se defrontar com sua impossibilidade de resolver todas as demandas do meio.

O autor busca demonstrar que o ambiente da guerra desperta nos homens o sentimento de que estavam entravados em incertezas e apreensões; a vida, portanto, tornava-se precária. A trincheira é o espaço de encontro com a selvageria da guerra: lama, mortos, nojo, brutalidade e medo – expressões do atavismo que irrompiam no homem, abalando os fundamentos civilizados.

Nessa situação de fronteiras entre mundo, que desencadeia situações de tensão, a redescoberta da violência associa-se a bruscas erupções de busca por prazer: o álcool, por exemplo, era algo que não poderia passar ao lado do soldado. O frio, o desconforto e os atordoados pensamentos (sobre o significado e desvendamento da guerra e as lembranças pessoais) motivaram os soldados a sentirem vontade de consumirem bebidas alcoólicas, o que é narrado tanto por Remarque como por Paulo Duarte.

O frio da tarde acordou-nos. O frio e o sargento para contar que, indo à Vala Suja, encontrara dois soldados dormindo, bêbados e alguns outros rescendendo a álcool [...]. Fomos à trincheira. Mandeí o sargento examinar todos os cantis. Um dêles (sic) ainda continha metade da pinga.
Passei uma furiosa sarabanda nos soldados, terminado por uma arenga.

⁵⁸ O conceito de “neurose de guerra” foi estudado por Sigmund Freud e outros psicanalistas que vivenciaram a Primeira Guerra Mundial e distinguiram as neuroses de paz e neuroses de guerra. Sobre o assunto, Freud escreveu *Reflexões para os tempos de guerra e de morte* (1915) e *A psicanálise e as neuroses de guerra* (1919).

Soldados conscientes, ali estavam eles por uma idéia. Expliquei mais ou menos o que era a idéia. O soldado paulista é o soldado que defende a dignidade de um povo e quem se bate por uma causa tão grande não precisa de pinga para encorajar-se. Emocionaram-se. (DUARTE, 1947, p. 40)

Paulo Duarte transfere para a narrativa o estado psicoemocional próprio e dos soldados que o acompanhavam, demonstrando algumas transformações de espírito as quais o combatente era subjulgado em situação de guerra. A partir das abordagens individuais, o autor trata da guerra como um todo, apresentando suas ambiguidades e retrocessos. O ideal da ordem se desdobra na realidade de desordem do *front* contida no testemunho dos sobreviventes. Ao mesmo tempo em que europeus e paulistas proclamavam os avanços civilizatórios, apresentando-se pioneiros em muitos casos, a guerra despertava o lado mais bárbaro do homem, ao colocá-lo em contato com a morte, a destruição e a luta por sobrevivência.

O combatente apoiou os planos de revolução alcançada por meio do confronto armado. Contudo, em contato com a realidade, o autor desfaz a ideia de guerra como um nobre espetáculo de voluntarismo, um meio para alcançar as intenções políticas, e percebe que na verdade transcendem as características mais “atrasadas” do ser humano. O autor, então, passa a perceber a guerra como um retrocesso: “Sentimento, educação, tudo vai embora substituído pelo borrão dos instintos, porque na guerra, os instintos aparecem como carrapatos em setembro. Marcha à ré mental” (p. 13).

À medida que os soldados presenciavam a morte de combatentes no cotidiano, diminuía-se o receio de lidar com ela. O autor, que sobreviveu à experiência do risco de morte, expôs suas reações nesse ambiente, demonstrando que procurou se adaptar ao meio, mas que não foram poucos os conflitos. Espantava-se com o próprio comportamento. Acreditava que, assim, consolidava-se a mentalidade do combatente, que só pensava em sua sobrevivência e em se manter no espaço conquistado⁵⁹. A guerra exige a adaptação do homem ao meio, assim, alteram-se as formas de relacionar com o outro, seja esse morto ou vivo, em um processo de desumanização dos laços.

⁵⁹ Sigmund Freud, na primeira parte de *Reflexões para os tempos de guerra e de morte*, produziu o ensaio *A desilusão da guerra*, de 1915, observou que a Grande Guerra provocou mudanças nas atitudes diante da morte. Para o autor, a guerra está fadada a varrer a consideração convencional que é destinada aos mortos. Como afirma o médico austríaco (1974, p. 329), “as pessoas realmente morrem, e não mais uma a uma, porém muitas [...] num único dia”. Assim, tanto os soldados como os que permanecem em casa são obrigados a conviver com a morte no cotidiano.

Estas observações freudianas podem ser percebidas no testemunho da guerra constitucionalista, como expõe Paulo Duarte: “a morte dos próprios companheiros de todos os dias pouca impressão nos causa [...]. O que vale é que a vida aqui não permite muito tempo de duração a essas síncopes de sentimento” (DUARTE, 1947, p. 157)

O material humano era como o de guerra. Um homem caído, um cartucho de granada deflagrado, um cunhete vazio igualavam-se [...]. Cada dia de luta que passava, cada um de nós sentia sempre mais distante o respeito supersticioso pela vida alheia. No máximo ainda se respeitava um pouco a própria vida. Os instintos são mais rebeldes à adaptação. O convívio assíduo das linhas ensinara-nos a ver as coisas não com o coração mas com os olhos da guerra mais frios do que um morto, mais metálicos do que uma baionete. Os maiores horrores, os maiores absurdos parecem a única perfeita normalidade, porque a normalidade é aquilo que é mais comum. (DUARTE, 1947, p. 203)

Paulo Duarte elaborou sua análise da guerra a partir do seu universo cultural e das desventuras no *front*, atacando as demagogias que envolveram o conflito e traçando os perfis psicológicos e comportamentais dos soldados.

A narrativa das vivências no campo de batalha sofre um corte na temporalidade: dos últimos dias de setembro para a Casa de Correição. Após expor sobre o ambiente na prisão, o autor relatou que quando chegara a casa já estava cheia. Assim, enfatiza o fato de ter sido preso por último, nobilitando sua atitude de resistência; só então começa a narrar a fuga para o sul e como foram pegos pela polícia.

A transição temporal, feita através do corte, produz a sensação de movimento e impacto na narrativa, associando instantaneamente as duas circunstâncias (prisão e resistência). Essa forma dinâmica de roteirização também é concebida por roteirista de cinema, pois permite uma flexibilidade e, ao ganhar mais velocidade, torna-se mais estimulante.

Em meio a dor da guerra e a dor da derrota, coube ao autor extrair palavras que fossem capazes de expressar a ruptura da voz, as comoções subjetivas e a esperança de que o sacrifício não seria em vão, sendo perceptível a introdução de uma retórica próxima a linguagem cinematográfica.

3.4 Transformando a derrota em discurso de vitória

A revolução constitucionalista desvendou percepções diversas, pois o conflito agregou amplamente a população que divulgou por meios orais e escritos a memória do movimento. A versão dos vencedores se tornou hegemônica e ocupou espaço nos livros didático e paradidáticos, influenciando a educação nacional e a opinião coletiva. Mesmo assim, as produções dos ex-combatentes e militantes do movimento predominam absolutas entre as produções sobre 1932 na vasta literatura de cerca de 270 títulos escritos por

memorialistas (DE PAULA, 1998). Sendo assim, é inegável a importância dessas produções.

Uma das principais marcas dessa “guerra literária” é a condição do narrador como testemunha dos acontecimentos narrados (ABREU, 2008). Nesse sentido, entende-se que sendo o escritor protagonista da história narrada, mesmo a ocorrência coletiva é descrita conforme uma percepção individual. No processo narrativo, os fatos são recriados na tentativa de reunir os fragmentos do “passado”, dando-lhes nexos, sentido e contextualizando-os. Em sua exposição, o autor comenta os fatos de maneira que apresenta suas provas pessoais com intensão de convencer o ouvinte/leitor e reivindicar na condição de testemunha o atributo da veracidade.

Eis então que um pacto tácito de cumplicidade é criado entre quem escreve e quem lê. O narrador converge-se em protagonista e afirma na condição de “eu vivi” a sua experiência “apoiada em uma realidade tangível” tida como significativa na compreensão do fato; a fim de firmar com o leitor/ouvinte a condição de veracidade do relato, “uma certificação da declaração do autor”⁶⁰. É por isso que há sempre um ritual, onde desculpas, explicações ou declarações de intenção são estabelecidas para se criar uma comunicação direta com o leitor (FEITOSA, 2002).

Neste capítulo, contemplamos (resumidamente) as visões de três autores envolvidos no conflito: o repórter, o militar e o combatente. Cada um deles cumpriu esse pacto com o leitor justificando os motivos e as limitações de sua escrita sobre seu envolvimento no movimento (cada um de uma forma particular)⁶¹. A participação em acontecimentos públicos pode tornar foco de memória, havendo associação entre o fato e suas vidas pessoais. Segundo Ecléia Bosi (1994, p. 381-382), “a lembrança de certos acontecimentos públicos (guerra, revoluções, greves...) pode ir além da leitura ideológica que eles provocam na pessoa que os recorda. Há um modo de viver os fatos da história, um modo de sofrê-los na carne que os torna indelével e os mistura com o cotidiano”. Assim, não apenas o fato chama atenção na narrativa desses autores, mas também as circunstâncias, as sensibilidades, as ênfases e os vazios que a permeiam.

Diante da produção analisada, percebe-se que o registro da memória constitucionalista é permeado pela coexistência da realidade objetiva com sonhos e mitos, vinculados sobretudo a paulistanidade. Nota-se que os autores buscam edificar os bons feitos paulistas, o que torna-se essencial para a construção de uma imagem gloriosa do movimento.

⁶⁰ Sobre a asserção do testemunho, tornada com promessa apoiada sobre o passado certificado pela declaração da testemunha de que “Eu estava lá”, ver Paul Ricoeur, no artigo, “A escrita da história e a representação do passado”, pronunciado na 22ª Conferência Marc Bloch, da École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2000.

⁶¹ Sobre as justificativas de Paulo Duarte, ver capítulo 2, quando tratamos das exposições do autor no prefácio de *Palmares pelo Avesso*.

Embora o desfecho não tenha sido favorável aos constitucionalistas, o relato dos ex-combatentes estruturaram-se em prol da construção da epopeia paulista, o que demonstra a incapacidade em interiorizar a derrota.

A necessidade de narrar algo que seja uma epopeia transformará em cenas épicas as sucessivas retiradas das forças paulistas. Talvez seja uma das primeiras vezes em que as derrotas sejam a base da narrativa dos feitos heroicos [...]. Reverter a negatividade deste fato, mostrando a organização, a racionalidade e a tranquilidade nas retiradas, é a tarefa a que se propõem essas obras. (CERRI, 2001, p. 31)

Os autores retiram da história o aspecto individual da ação, transformando-a em representação de um espírito coletivo. Paulo Duarte, por exemplo, para criar um efeito positivo, estendeu ao grupo o reconhecimento pelos atos de bravura, mencionando que não apenas Augusto, mas outros jovens também que também porfiavam espaços na frente: “No grande combate de Lorena, o espírito de sacrifício dêesses moços chegou ao auge. O pequeno Augusto foi promovido [...] Mas, se pudesse fazer inteira justiça, as promoções tinham que alcançar a todos” (DUARTE, 1947, p. 281).

Assim, a imagem de heróis constitucionalistas é criada. Mesmo sendo derrotada no confronto bélico, na tradição constitucionalista, remete-se aos ex-combatentes como heróis. Nesse caso, o papel heroico é reinterpretado, não exigindo necessariamente a vitória como nos contos homéricos, mas valorizando a coragem e o empenho. A adaptação do conceito de herói foi um meio de tornar a guerra paulista mais honrosa.

A questão da honra é visivelmente relevante para Paulo Duarte e Euclides Figueiredo, que juntos assinaram o compromisso de defender o movimento até as últimas consequências para evitar que se desse a ele o aspecto da desonra diante da invasão ditatorial e da traição. Como afirma Lucian Febvre (1998, p. 48), fidelidade, disciplina, coragem, abnegação, honra, pátria são palavras que em tempo de paz parecem tão vazias de conteúdo, revelam-se, em certas horas, capazes de conduzir o homem a vida ou a morte. Nutridos desse sentimento, Duarte e Figueiredo envolveram-se na fuga para prosseguirem na luta.

Nos três autores, as notícias do armistício são recebidas com surpresa – mesmo Paulo Duarte⁶², que durante o texto demonstrava que a vitória parecia distante diante das adversidades enfrentadas pelos soldados. Independente do lugar social em que se

⁶² Ver Capítulo 2, quando ao narrar o final do conflito, Paulo Duarte descreve como a notícia do armistício é recebida com tristeza pela população e com alívio por alguns soldados e oficiais. O autor expõe os irônicos comentários dos companheiros de batalha sobre o “lindo armistício que o G.Q.G” os arranhou, comparando o fato a um “marido corneado: o último a saber” da traição (*Ibidem*, p. 314).

encontravam os três autores, o que lhes permite um olhar diferenciado sobre as batalhas, concordam que a derrota derivou da traição de Bertholdo Klinger e da Força Pública.

Bertholdo Klinger, por ser o negociador do armistício, é negativamente referenciado, sobretudo por Armando Brussole e Euclides Figueiredo. Em *Palmares pelo Averso*, o autor não se refere diretamente ao nome do general, mas ao Grande Quartel General (G.Q.G) que ele representa. Essas percepções constroem a imagem na historiografia de que foi um erro colocar Klinger no comando, devido a sua impopularidade entre os jovens oficiais (considerando seu passado de repressor legalista) e ao desapontamento com a promessa de seguir para São Paulo acompanhado de tropas matogrossenses⁶³.

A versão da derrota como uma traição corrobora para a representação do conflito como uma epopeia. Há sempre o contraponto entre o heroico e o anti-heroico; a honra e a desonra, o fiel e o traidor. Desta forma, explica-se a derrota, mas não se exclui a existência do que é memorável.

Ressalta-se também que os narradores analisados tiveram suas trajetórias profissionais e pessoais marcadas pelo conflito paulista. Documentar as recordações constitui um verdadeiro campo de batalha, onde entrecruzam os sentidos pessoais e coletivos. Dessa forma, os autores não só registram o movimento, mas também sua participação, com a altivez de terem atuado em um movimento que consideravam tão importante para a história nacional.

⁶³ Ver José Vidigal Pontes, 1932: Brasil se revolta- o caráter nacional de um movimento democrático, 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução constitucionalista foi a maior guerra civil brasileira em termos de mortos e feridos. Contudo, a memória do movimento ficou restrita ao território de São Paulo. As narrativas da guerra movimentaram o mercado editorial no referido estado: ex-combatentes escreveram romances, crônicas, poesias e memórias. O esforço intelectual constitucionalista de registrar a memória do movimento foi notável, sobretudo durante a década de 1930⁶⁴.

A memória constitucionalista, em São Paulo, conseguiu ocupar os “lugares de memória”⁶⁵, sendo registrada, após o fim do Estado Novo, também na convenção de celebrações cívicas, dos monumentos, do feriado estadual e dando nome a ruas⁶⁶. Um caso atípico na história, em que as celebrações cívicas sacralizam o discurso dos vencidos.

Paulo Duarte escreveu e publicou *Palmares pelo Avesso* nesse período; uma obra que restitui a face violenta da guerra e, simultaneamente, traça o roteiro de um confronto político que dividiu o Brasil e gerou “imagens contraditórias” - usando o termo de Emília Viotti (1982). A autora resume que para aqueles que se posicionavam ao lado do Governo de Vargas o movimento era acusado de revanchista e reacionário (visando recuperar posições perdidas). Por isso, era também chamado de contrarrevolucionário. E a pior das acusações teria sido a de separatismo, em que os paulistas estariam cometendo crime contra a pátria. Do lado

⁶⁴ É interessante observar um “detalhe” a respeito da atuação dos intelectuais-escretores que o sociólogo Sérgio Miceli (2001) analisou: o desenvolvimento da indústria editorial no Brasil, que a partir da década de 1930, passou a imprimir os livros no país. Essa era mais uma tendência da política do período de substituições das importações. O autor analisou a conjuntura do mercado do livro no país e apresentou também fatores que influenciaram no aumento do número de leitores, como a abertura de novas universidades e o aumento do interesse por saber mais sobre o país.

⁶⁵ O termo “espaços de memória” é usado por Pierre Nora (1993) ao identificar espaços onde a memória se cristaliza e materializa. Os lugares de memória são produzidos pela sociedade para evocar ocorrência que já não são mais lembradas espontaneamente.

⁶⁶ Em todas as cidades do Estado de São Paulo há uma rua 9 de julho. Militares e jornalistas que atuaram na guerra também foram homenageados dando nome a ruas, como: Armando Brussolo, Coronel Alfredo Feijó (estudado por Vavy Pacheco Borges), Gen. Euclides Figueiredo e Júlio de Mesquita Filho, entre outros. Paulo Duarte dá nome a uma Biblioteca Municipal, tendo seu envolvimento com o movimento de 1932 narrado no link “patrono” do portal eletrônico do Sistema Municipal de Bibliotecas: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/paulo_duarte/index.php?p=193>

constitucionalista, a versão era contra o Governo Provisório que manipulava a política e se instalava no poder. Para esses, tratava-se de uma revolta imbuída de ideais cívicos em defesa das legítimas tradições democráticas.

As imagens contraditórias de 1932 fizeram do tema terreno fértil de pesquisa, especialmente com a abertura da História à versão dos vencidos e silenciados, dando visibilidades à narrativa do vivido. Percebe-se o caráter multifacetado que envolve a construção da memória do conflito armado, que proporcionou uma pluralidade de experiências. Vitórias e derrotas, heróis e traidores, força e fraqueza, virtudes e defeitos compõem a dualidade intrínseca à memória de temas conflitantes, como o da guerra, capazes de abarcar a complexidade dos afetos e ressentimentos, das experiências individuais e coletivas.

A guerra de 1932 foi o desdobramento de movimentos em protesto contra as medidas do Governo Provisório. No início, os opositores eram sobretudo autoridades políticas e intelectuais, militantes da oposição. A elite intelectual, especialmente dos meios da comunicação social, colocaram-se à disposição do movimento e abarcaram a colaboração da população paulista em todas as esferas sócio-econômicas. O movimento, assim, assumiu seu caráter popular, tornando possível a eclosão da luta armada. A guerra exigiu esforços nas trincheiras, nas indústrias e oficinas, na agricultura, nas ciências, nas artes e na imprensa, pois todos estes foram, igualmente, campos de batalhas indispensáveis ao desenrolar final.

A luta armada é encerrada com o pedido de armistício por parte dos constitucionalistas, o que os tornam vencidos militarmente. Mesmo nessas condições, há um perceptível esforço dos ex-combatentes paulistas de registrarem a memória do movimento. Busca-se apreender o processo de construção dessa memória constitucionalista, em que a escrita configura-se em uma “arma” política de intervenção na realidade presente e também uma tentativa de historicizar a experiência, ou seja, fornecer subsídios para a História por meio da atribuição de significado ao movimento contida no registro pessoal dos fatos.

Neste trabalho, analisamos a versão constitucionalista presente na literatura de Paulo Duarte, que faz parte do arsenal de produção do grupo paulista. Atenta-se que entre Paulo Duarte e a maioria dos autores que registraram a memória constitucionalista (como Euclides Figueiredo e Armando Brussolo) há em comum a condição de testemunha dos acontecimentos, que lhe permitiu apresentarem seu julgamento da história e falar em nome da verdade. Cada autor que compõe a bibliografia produzida por sobreviventes e testemunhas dos eventos de 1932 apresenta sua verdade, apresentando as pretensões de imparcialidade de

suas narrativas⁶⁷, embora seja nítido que o ato de lembrar e escrever a memória do movimento comporta claramente a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas.

O movimento constitucionalista é analisado a partir da relação entre memórias, que se apresentam como escritas de sobrevivente que pretendem orientar análises históricas. Eis que se situa o que Eric Hobsbawn (1988, p. 15) chamou de “zona de penumbra”, como um território de incertezas em que se misturam nossas lembranças, as tradições e o elemento afetivo: “Para todos nós há uma zona de penumbra entre a história e a memória; entre o passado como um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas”⁶⁸.

As escritas de contemporâneos aos fatos revelam um projeto de memória de abrangência individual e coletiva, em que se articula para dar significado ao evento, às ações dos indivíduos e à própria vida. No presente estudo, buscamos perceber como a memória da guerra civil paulista foi reproduzida, reconstruída e conservada por Paulo Duarte e (em breve análise) por Euclides Figueiredo e Armando Brussolo.

A revolução constitucionalista e a oposição a Getúlio Vargas marcaram decisivamente a vida de alguns homens públicos, como nosso autor, que se dedicou a lutar não só contra o Governo de Vargas, mas contra a herança deixada por ele. Muitos de seus trabalhos, entre eles seus nove volumes de *Memórias* - que foram escritos a partir da década de 1965, com base em documentos e missivas dos anos de 1932 e 1933 - centram-se na narração dos fatos ocorridos na Era Vargas⁶⁹.

A importância dada aos fatos desse período demonstra que o autor, anos após o final do Governo Vargas, dá continuidade à luta antigetulista, colocando-se contrário ao discurso oficial do Estado. Assim, compreende-se que a luta antigetulista inclui não só a militância e o confronto armado, mas também o registro da memória dos movimentos de oposição, o que situa o interesse político desse projeto de memória que reivindica um espaço no mundo extraliterário.

⁶⁷ Entre as obras analisadas neste trabalho, o pacto com o leitor em que se afirma a objetividade do registro e o certificado de veracidade da narrativa é percebido com mais evidência em *Memórias* de Paulo Duarte, *Tudo pelo Brasil* de Armando Brussolo e *Contribuição para a história da revolução constitucionalista* de Euclides Figueiredo.

⁶⁸ A relação entre a afirmativa de Hobsbawn e o evento de 1932 foi realizada também por Vavy Pacheco Borges (2002), quando a autor expôs que muitos indivíduos são testemunhas vivas dos fatos pesquisados e cada um deles tem em sua mente uma história desse passado próximo.

⁶⁹ A revolução constitucionalista é tema de significativo destaque na produção memorialista de Paulo Duarte. Em *Memórias* o autor reúne os principais acontecimentos de sua vida (da infância aos dias da escrita) e inicia o relato tratando de sua participação nas revoluções de 1930 e 1932, deixando explícito no prefácio que escrevia para deixar seu depoimento para a História. Percebe-se como o movimento marcou a vida do autor, que ao pensar no final da suas lutas – na morte – buscou deixar sua contribuição e sua história para as gerações futuras.

A escrita constitucionista, então, articula afetos e ressentimentos que influenciaram a memória e, através dessa relação, são determinados os limites entre o lembrar e o esquecer, que configuram o que é registrado e o que é ocultado. Dessa forma, consideramos que o autor escolheu para perpetuar no seu relato os aspectos que foram importantes e significativos para sua própria vida; incluindo, nas narrativas, detalhes pormenorizados e íntimos no que tange também aos sentimentos em relação aos fatos do passado. Ressalta-se que a subjetividade do depoimento atende ao objetivo do projeto de memória, que é registrar o evento, sendo esse o foco da narrativa.

A guerra paulista possibilitou vivências diversas, sendo que a relação entre memória e afetividade faz com que existam divergências, inclusive no interior da própria esquerda, que formam diferentes imagens da guerra, determinadas a partir do lugar social de produção⁷⁰. Assim, percebe-se que a disputa de memória é mais complexa do que a simples oposição entre memória oficial *versus* memória *subterrânea*⁷¹.

Diante da diversidade de vivência e interpretações, remetemos a Halbwachs (1990), pois o autor assinala que para se reconstruir uma lembrança não é suficiente que se reconstrua peça por peça a imagem de um acontecimento passado. É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados e noções comuns, formando pontos de contatos entre uma e outra.

Nesse sentido, percebe-se que as narrativas de Paulo Duarte e outros autores revelam divergências quanto aos motivos da derrota e às expectativas do futuro paulista, mas afirmam certezas sobre o passado bandeirante, segundo a concepção de que este germinou um estado excepcional e o forte espírito de paulistanidade. Ao final do conflito, aos constitucionistas restou o desabafo e a defesa do inabalável orgulho paulista. Narrar o ocorrido em 1932 significava mais que falar das experiências pessoais: era ir além e tratar de uma época de

⁷⁰ O termo “lugar social” é usado no texto como uma adaptação do conceito de Certeau (2002), em que o autor se refere que o “lugar social” é fundado por relações e estratégias de poder específicas, que precedem a criação de espaços. No texto, o autor afirma que a pesquisa histórica se faz a partir da articulação de um lugar social de produção, apontando que o ofício de historiador se faz sempre enquadrado em um sistema de referência apresentado nas instituições de ensino e pesquisa. Neste estudo, o termo refere-se ao contexto social, econômico, cultural e político em que se insere os autores, que acima de tudo são atores dos acontecimentos narrados. Considera-se ainda que as narrativas de memórias não são a própria memória, mas suas transformações através da escrita (BURKE, 2000). Nesse sentido, os indivíduos situam suas motivações e o significado de suas ações e as reinterpretam inseridas na conjuntura de sucessões de etapas que marcam a trajetória de vidas. Por isso, essa pesquisa considera o contexto da produção da obra.

⁷¹ Deve se atentar para as contribuições de Pollak (1989; 1992) de que a história é um espaço de disputa de memórias. Segundo o autor, as memórias subterrâneas são parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, que são silenciadas ou ocultadas, diante do espaço de ocupação das versões hegemônicas. Contudo, permanecem vivas, passadas oralmente (acrescentemos os registros pessoais, como cartas) esperando a oportunidade para aflorar. Essas memórias subalternas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crises, mostrando que não apenas coexistem nos espaços de memórias, como também se opõem a essa “memória oficial”, pois esse é um espaço importante de conflitos, em que se determina que datas e acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.

transição no cenário nacional, trazendo à tona, mais uma vez, a história de São Paulo (invocando as glórias passadas).

A escrita é então uma oportunidade aos ex-constitucionalistas de defenderem-se das agruras do tempo e do silêncio da História. A eles coube explicar o porquê da derrota e, por não conseguir enfrentá-la, reescrever a História segundo sua ótica, transformando em “heróis” seus ex-combatentes e mortos.

Segundo Paulo Duarte (1974, p. 74): “Todas as grandezas e misérias de uma derrota que foi a nossa estão narradas no livro *Palmares pelo Avesso*”. Diante do estigma da traição, era preciso filtrar os verdadeiros mercedores das homenagens. Ao refletir sobre a derrota e definir os culpados, o autor não heroiciza todos os constitucionalistas, dedicando-se a lembrar os anônimos que arriscaram-se nas linhas de frente e os resistentes que persistiram na luta enquanto lhes era possível.

Ao final do conflito, permanecia aceso o espírito de resistência. É nesse clima de exaltação que foi preparado o livro *Palmares pelo avesso*. A obra e as cartas escritas no exílio (as missivas compõem *Memórias*) transmitiam a inconformidade dos paulistas com os fatos, mas não a intimidação destes, que afirmavam que o espírito de luta prevaleceria e propunham-se continuar a defender o país das arbitrariedades da ditadura.

Paulo Duarte (1975, p. 44) afirmou em correspondência a Marcos Mélega: “espero que tenhamos de atravessar mais essa crise vencedores como sempre”. A carta de fevereiro de 1933 demonstra que mais do que não aceitar a derrota, os constitucionalistas se diziam vencedores, pois em novembro de 1932 fora marcada a data das eleições para a Assembléia Constituinte, que ocorreu em maio do ano seguinte, sendo a Carta Magna promulgada em 1934. Além disso, Getúlio Vargas cedeu aos paulistas nomeando Armando Salles de Oliveira quanto a interventor do Estado. O Clube 3 de Outubro foi desfeito, representando a desintegração do tenentismo. Esses fatos colaboraram para que os constitucionalistas transformassem a derrota em discurso de vitória⁷².

Diante do contexto em que a narrativa de Paulo Duate foi escrita, considera-se que a memória do evento foi contruída a partir de visões retrospectivas e prospectivas, desvendando um projeto que ordena e dá significado às trajetórias individuais e sociais e que, embora alicerçado no presente, visa, simultaneamente, o passado e o futuro. Nessa direção, compreende-se que o projeto vencido articula um olhar distinto, que repõe as incertezas e os riscos a partir das experiências e expectativas que são parte do vivido, mas que foram, muitas

⁷² Enfim, em virtude da revolução constitucionalista foi instituído no Brasil o governo constitucional. O país pôde ser governado sob bases mais democráticas, mesmo que por pouco tempo: pois brevemente, em 1937, a ditadura de Vargas efetivamente se instalou, oprimindo as conquistas paulistas

vezes, elididos da narrativa vencedora.

Buscou-se, nesse trabalho, lançar luzes sobre parte da produção narrativa dos ex-combatentes constitucionistas que, embora seja ampla, foi suprimida da historiografia hegemônica e tradicional.

Durante o conflito armado, os soldados no campo de batalha vivenciaram os sentimentos, as apreensões, os entusiasmos e as contradições que envolviam a guerra civil. Essa experiência, lembrada a partir da vivência no *front*, apresenta os bastidores da guerra e o cotidiano dos soldados.

Paulo Duarte diverge de outros memorialistas ao relembrar a guerra. Insiste na crueza da guerra: morte, destruição e dor. Também rememora as diferenças marcantes entre oficiais e soldados e se distancia dos mitos da propaganda constitucionalista. *Palmares pelo avesso* clama para que os paulistas pensem na revolução como uma guerra que ainda permanecia atual, mesmo que noutra *front*: a memória da revolução poderia representar um anteparo às pretensões das forças inimigas que, folgadoamente, dominavam São Paulo. Certamente, Paulo Duarte se considerava um vencido, se pensarmos que Getúlio Vargas foi eleito senador pelo Estado de São Paulo, em 1946. A trincheira era outra, restava o passado como campo de conflitos. A memória era arma de combate e foi nesse campo que o jornalista inscreveu o sentido de sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4, (7), 1991, p. 66-81.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. *Sob o céu das valquírias: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na Grande Guerra (1914-18)*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

ARRIGUCI JUNIOR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. *Enigma e comentário: Ensaio sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

BERNEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *O jogo do poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRUSSOLO, Armando Brussolo. *Tudo pelo Brasil: diário de um repórter sobre o movimento constitucionalista*. São Paulo: Paulista, 1932.

BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. *Folha de São Paulo*, Suplemento Mais!. São Paulo, 4 fev. 2001. p.13-14.

BURKE, Peter. *Varietades de história cultural*. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.º 21, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História).

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense. 1989.

CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. São Paulo: Desa Editora, 1965.

CERRI, Luiz Fernando. Narradores de 1932: bibliografia paulista de uma revolução. *Revista Resgate* (Centro de Memória da UNICAMP), Campinas, SP, v. 10, p. 23-38, 2001.

_____. 1932 : águas redivididas. *Olhar de Professor*. Ponta Grossa: UEPG, v. 1, n. 1, p. 107-114, out. 1998.

_____. Narradores de 1932: bibliografia paulista de uma revolução. *Revista Resgate* (Centro de Memória da UNICAMP). Campinas, SP, v. 10, p. 23-38, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *1932: Imagens contraditórias*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.

DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense. 1988.

DOMINGUES, Petrônio José. Os “Pérolas Negras”: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. *Afro-Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais*, Salvador, n. 29/30, p. 199-245, 2003.

DONATO, Hernani. *A Revolução de 1932*. Círculo do Livro, Rio de Janeiro, 1982.

DUARTE, Paulo. *Palmares pelo Avesso*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

_____. *Memórias*. Inteligência da Fome. São Paulo: Hucitec, v.2, 1975.

_____. *Memórias*. Raízes Profundas. São Paulo: Hucitec, v.01,1974.

_____. *Prisão, exílio, luta*. Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde, 1946.

DUMAS, Alexandre. *Os três mosqueteiros*. (Os Imortais da Literatura Universal) 2. ed., v. 7. Trad. Octávio Mendes Cajado, São Paulo: Abril Cultural, 1971.

FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FEIJÓ, Martin C. e GERTEL, Noé. *1932: a guerra civil paulista*. São Paulo: Ática, 1998.

FERRETTI, Danilo José Zioni; CAPELATO, Maria Helena Rolim. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, RJ, v. 04, n. 08. p. 67-87, 1999.

FIGUEIREDO, Euclides *et al.* *Nós e a ditadura: a jornada revolucionária de 1932*. São Paulo: scp, 1933.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977.

FONSECA, Sherloma Starlet. *Paulo Duarte: Entre a História e a Memória da Revolução Constitucionalista*. 104 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Ciência Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2006.

FRANCO, Marília da Silva. Uma Invenção dos Diabos. In.: AVERBUCK, Ligia (Org.) *Literatura em tempo de cultura de massa*. São Paulo: Nobel, 1984.

FREDRIGO, Fabiana de Souza . O Brasil no epistolário de Simón Bolívar: uma análise sobre o descobrimento entre as Américas. *História Revista*, UFG/Goiânia, v. 8, p. 89-115, 2003.

FREUD, Sigmund. Introdução a psicanálise e as neuroses de guerra. Trad. Jayme Salomão. *Obras completas* (vol.XVII, pp. 257-270) Rio de Janeiro: Imago 1974. (Publicada originalmente em 1919).

_____. Reflexões para os tempos de guerra e morte. Trad. Jayme Salomão. *Obras completas* (vol.XIV, pp. 310-341) Rio de Janeiro: Imago 1974. (Publicada originalmente em 1915).

GOMES, Ângela de Castro *et al.* *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.

HAYASHI, Marli Guimarães. Paulo Duarte, um Dom Quixote Brasileiro. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Independência e dependência da consciência de si: dominação e escravidão*. Fenomenologia do Espírito. Parte I. 2. ed. Trad. Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. Petrópolis: Vozes, PP. 126-134, 1992.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Na Fundação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil Cásper Líbero Gera o Conceito de Jornalismo Moderno. *Anais do II Encontro da Rede Alfredo de Carvalho*, 2004, Florianópolis: Anais da Rede Alcar, 2004.

_____. O Jornalista do Progresso: Cásper Líbero e a Modernização da Prática Jornalística Brasileira. *Anais do I Encontro da Rede Alfredo de Carvalho*, 2003, Rio de Janeiro: Anais da Rede Alcar, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; rev. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LOFEGO, Sílvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo – Uma Cidade Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Annablume. 2004.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira (1989-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTAÑÉS, Amanda Pérez. *Vozes do exílio: e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis- SC, 2006.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. *Vidya*, Santa Maria (RS), nº 34, p. 101-122, jul./dez. 2000.

NAZÁRIO, Luiz. *De Caligari a Lili Marlene*. São Paulo: Global, 1983.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1995, pp. 15-31.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. *A crônica, o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/ Rio de Janeiro: Unicamp/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 75-92.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 13-37.

PEREIRA, Antônio Carlos. *Folha Dobrada*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1982.

PIÑA, Carlos. Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico. *Anuário Antropológico/88*. Brasília: Editora UnB, 1991.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 5 (10): 200-212. 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3 (3): 3-15, 1989.

PONTES, José Alfredo Vidgal, *1932: Brasil se revolta; o caráter nacional de um movimento democrático*. São Paulo: O Estado de São Paulo/ Terceiro Nome, 2004.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada*. O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Coleção Ensaios).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indivisível” ao “divisível”. *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. Enciclopédia aberta de Ciências Sociais Von Simon, Olga de Moraes (Org.). São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-42.

REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

RICOEUR, Paul. A escrita da história e a representação do passado, *22ª Conferência Marc Bloch*. École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2000.

RÜDIGUER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. *Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça*. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

SANDES, Noé Freire. 1930: Entre História e Memória. *História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História/ UFG*. Goiânia: Mestrado em História, 8. (½): 141-158, jan/dez. 2003.

_____. *Lembrança, arquivo e ressentimento: as memórias de Paulo Duarte*. Comunicação apresentada no XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética. Fortaleza: 16 de julho de 2009.

_____. O jornalista Costa Rego e o tempo revolucionário (1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh. v. 28, nº 55, p. 41-62, 2008.

SCHIMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1997.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org). *História, memória, literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: UNICAMP, 2003.

SUGIMOTO, Luiz. O Dom Quixote brasileiro. *Jornal da Unicamp*. 7-21 de abril de 2003. p. 12.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. *Argumentos Filosóficos*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TORAL, André. O lado opaco do espelho: as imagens do Movimento de 32, setenta anos depois. *Revista da Faculdade de Comunicação da FAAP (FACOM)*. n. 11, São Paulo: FAAP, 2003.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O General Dutra*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

VARGAS, Getúlio. *Diários (1930-1942)*. SOARES, Leda (Org). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Artigos disponíveis na Internet

ABREU, Marcelo Santos. A Revolução Constitucionalista de 1932: História e historiografia. *Anais do XIII Encontro de História Anpuh*. Rio. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215609388_ARQUIVO_A_RevolucaoConstitucionalistade1932.pdf>. Acesso em: mar. 2009.

BARSALINI, Glauco. Os Elementos Expressionistas na Personagem Romântica Nosferatu. *Intellectus Revista Digital*. Jaguariúna/SP, 2006. Disponível em: <http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/PDF/09_ART_CiencSocias.pdf> .

BORGES, Vavy Pacheco Borges, *Testemunhos de 32*. 2002. Disponível em: <http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/docs/pdf/testemunha_32.pdf?PHPSESSID=4e62646a99dd6678b8b931830bae61df> Acesso em: set. 2008.

COSTA, Ricardo. *Os olhos e o cinema: mimeses e onomatopeia*. Lisboa. 1997. Disponível em: <<http://193.136.64.248/~bocc/pag/costa-ricardo-olhos-cinema.pdf>> Acesso em: jul. 2009.

DE PAULA, Jeziel de Paula. Fotografia foi usada para enfatizar mito separatista. *O Estado de São Paulo*, s/d. Entrevista concedida a Jotabê Medeiros. Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Troy/9288/textos1.html>> .

DSM. IV. Diagnostic and Statistical Manual os Mental Disorders. *PsiquWeb*. Disponível em: <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php>>.

DUARTE, Paulo. O Levante Paulista em 1932. In.: *Folha de São Paulo*. Entrevista concedida ao jornalista Joel Gertel. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/almanaque/memoria_4.htm> Acesso em: 7 de set. 2004.

LOPES, Dirceu Fernandes. Contra o arbítrio, pela liberdade. *Jornal Intercom Jornal semanal da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Ano 4, nº 100, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.intercom.org.br/boletim/a04n100/forum_dirceu.shtml>. Acesso em: 5 dez.2008.

NOVO, Raoni Reis. Nosferatu: Uma sinfonia de horror. *Revista Universitária do Audiovisual*, 2008. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/rua/site/?p=1298>>. Acesso em: mar. 2009

UNISAL, *Centro Universitário Salesiano de São Paulo*. Disponível em: <www.guiadovaleparaiba.com.br> Acesso em: set. 2008.

VIEIRA, Carlos de Almeida. Sofrimento psíquico, trauma e criatividade. In.: Fórum da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBSB), 2005. Disponível em: <http://www.spbsb.org.br/forum2/textos/sofrimento_psiquico_trauma_criatividade.pdf> Acesso em: fev. 2009.

· Bibliografia de apoio

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 183-191.

FEITOSA, Charles. Labirintos: corpo e memória nos textos autobiográficos de Nietzsche. In.: LINS, Daniel e GADELHA, Sylvio (Orgs.) *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Delume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e dos Desportos, 2002

FENELON, Déa (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004

FGV/CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. 2 v. Equipe CPDOC [sob a] coordenação de Isabel Beloch e Alzira Alves de Abreu. RJ. Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, 1984. 1119-1120.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 167-182.

LIMA, Luiz Costa. Persona e sujeito ficcional. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda., 1991. p. 40-56.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In.: MALERBA, Jurandir (Org) *A história escrita: teoria e historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 65-93.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio. Refazendo identidades. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro (2), p. 39-73, jun. 1999.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec:USP, 1997.